

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DOUTORADO

KARINE DOS SANTOS

**INTENCIONALIDADES EM CONFLITO:
um estudo das práticas educativas de ONGs**

São Leopoldo

2015

KARINE DOS SANTOS

**INTENCIONALIDADES EM CONFLITO:
um estudo das práticas educativas de ONGs**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

Orientador: Prof. Dr. Danilo Romeu Streck

São Leopoldo

2015

S237i Santos, Karine dos

Intencionalidades em conflito: um estudo das práticas
educativas de ONGs / Karine dos Santos. – 2015.

184 f. : il. color. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos,
Programa de Pós-Graduação Educação, 2015.

“Orientador: Prof. Dr. Danilo Romeu Streck”.

1.Educação popular. 2. Organizações não-governamentais.
3.Educação – Aspectos sociais. I.Título.

CDU 374

Karine dos Santos

**INTENCIONALIDADES EM CONFLITO:
um estudo das práticas educativas de ONGs**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

Aprovada em 25 de fevereiro de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Danilo Romeu Streck (Orientador) - Unisinos

Professor Dr. Telmo Adams – Unisinos

Professor Dr. José Rogério Lopes – Unisinos

Professora Dra. Dinora Tereza Zucchetti – Feevale

Professora Dr. Xavier Úcar – Universidade Autônoma de Barcelona

Ao Bernardo,
presença fundamental que tornou a escrita da tese um processo menos
solitário.

À Isabela,
chegada esperançosa para um final de tese com mais emoção.

Agradeço [...]

Ao Fabiano, pelo companheirismo. Amor incondicional sempre presente.

À minha mãe, que embalou a Isabela para que eu pudesse escrever. Sem a sua ajuda, nada disso seria possível.

À minha família, por me ensinar a nunca desistir dos meus objetivos.

Às ONGs Casa da Criança, Instituto Lenon Joel pela Paz e Centro Medianeira, pela confiança.

Às colegas e amigas do doutorado Wanderléa e Maria Cristina, pela partilha durante o curso.

À banca avaliadora, por aceitarem esse convite e pela dedicação na leitura atenciosa.

Ao professor Xavier, pela recepção em Barcelona e pela atenção desprendida durante a minha estada na Espanha.

À Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos, pelo carinho e dedicação.

Ao professor Danilo, pelo acolhimento, pela parceria e pela partilha de saberes nestes anos.

À Capes, pelas bolsas que possibilitaram este estudo.

“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar”.

(FREIRE, 2000)

RESUMO

No Brasil, a projeção nacional das organizações não governamentais (ONGs) foi um fenômeno dos anos 1990 que teve relação com o cenário de implantação de um novo projeto societal. As ONGs, em geral, são organizações que realizam práticas educativas voltadas para diferentes públicos reconhecidos pelo senso comum como em condição de vulnerabilidade social. Entre a emergência das práticas educativas e as contradições das intervenções em curso, determinados tensionamentos do social conduzem as ONGs a minimizar os efeitos dos seus resultados. O estudo proposto buscou compreender as contradições entre os objetivos e as práticas educativas desenvolvidas por três ONGs que atuam com programas de políticas de assistência social em São Leopoldo, no RS. Esta tese está fundamentada nos princípios da teoria crítica e da educação popular. A observação participante foi o marco metodológico, tendo na expressão da convivência o seu principal princípio. Neste estudo, não só foi importante acompanhar as práticas no interior das ONGs, mas também ouvir a expressão do público-alvo das suas ações por meio de entrevistas na comunidade em questão. Constatou-se que tais práticas educativas respondem de maneira nucleada, ou seja, restrita ao âmbito de cada sujeito atendido, favorecendo a construção de instrumentais individualizados. Isso significa afirmar que em âmbito coletivo não representa a mudança social que almejam em seus objetivos pois não produzem alterações no lugar social da população atendida. Assim sendo, podemos compreender que tende a existir um alinhamento, consciente ou não, ao projeto político neoliberal, que reproduz as desigualdades sociais, econômicas e políticas inerentes ao modo de produção capitalista, contribuindo para a manutenção do *status quo*. Finalmente, consideramos que as organizações sociais estão envoltas em uma multiplicidade de intenções que fazem com que suas práticas permeiem um campo nebuloso onde são disputados projetos com potencialidades tanto alienadoras quanto emancipadoras. Este estudo pretende colaborar para a construção de percepções do modelo atual de intervenção na questão social e, a partir disso, contribuir para uma qualificação das práticas propostas em espaços como os aqui analisados.

Palavras-chave: Educação social. ONGs. Campo social. Prática educativa. Comunidade.

ABSTRACT

In Brazil, the national projection of non-governmental organizations (NGOs) was a phenomenon of the 1990s and happened in tune with a broader setting of implementation of a new societal project. Usually, NGOs are organizations that promote education practices aimed at different audiences who are recognized by common sense as socially vulnerable. Amid the advent of educational practices and the contradictions of their interventions, some social tensioning lead the NGOs to minimize the effects of their results. The proposed study aimed to shed a light on the contradictions between the educational objectives and practices developed by three NGOs that work with social assistance policy programs in São Leopoldo, Rio Grande do Sul. This thesis is grounded on principles of critical theory and popular education. The methodological framework used was participant observation, having as its main principle the manifestation of daily interaction. During this study, it was not only important to monitor the NGOs practices from the inside, but also to listen to the target audience's opinion through interviews with the community. It could be verified that these educational practices respond in a nuclear way, i.e., they are restricted to the scope of each assisted individual, favoring the construction of individualized instruments. Therefore, it can be assumed that, within a collective scope, they do not represent the social change that these individuals aim because they do not provoke changes in the social space of the assisted population. Consequently, we can assume that there is a tendency for an alignment, either conscious or unconscious, with a neoliberal project that reproduces the social, economic and political inequalities inherent to the capitalist mode of production, contributing to a maintenance of the status quo. Finally, we consider that the social organizations have multiple intentions, which place their practices in a foggy field where projects that range from alienation to emancipation are disputed. This study aims to collaborate with the construction of perceptions about the current model of social intervention and, from that point on, to contribute to the improvement of the proposed practices in spaces such as the ones analyzed here.

Keywords: Social education. NGOs. Social field. Educational practice. Community.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Mapa geral dos precedimentos metodológicos	52
Quadro 2 - Características ONGs	73
Quadro 3 - Objetivos das ONGs.....	74

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa conceitual da trajetória da pesquisa	39
Figura 2 - Mapa da cidade de São Leopoldo	41
Figura 3 - Logotipo Instituto Lenon	45
Figura 4 - Logotipo Casa da Criança e do Adolescente	46
Figura 5 - Logotipo Centro Medianeira.....	47
Figura 6 - Registro Círculo de Diálogos Casa da Criança e dos Adolescente.....	57
Figura 7 - Registro Círculo de Diálogos Instituto Lenon	58
Figura 8 - Registro Círculo de Diálogos Centro Medianeira.....	58
Figura 9 - Registro Círculo de Diálogos Casa da Criança e do Adolescente 2.....	59
Figura 10 - Registro Círculo de Diálogos Instituto Lenon 2.....	60
Figura 11 - Registro Círculo de Diálogos Centro Medianeira 2.....	60

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Produção acadêmica – variação temática CAPES	30
Gráfico 2 - Produção acadêmica – distribuição por estado CAPES.....	31

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRINQ	Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBTC	Confederação Brasileira dos Trabalhadores Circulistas
CCA	Casa da Criança e do Adolescente
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COL	Círculo Operário Leopoldense
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FASFIL	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos
FCORS	Federação dos Círculos Operários do RS
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISO	International Organization for Standardization
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MST	Movimento dos Trabalhadores sem Terra
NOB	Norma Operacional Básica
ONG	Organização Não Governamental
PAIF	Proteção e Atendimento Integral à Família
PGPQ	Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade
PNAS	Plano Nacional da Assistência Social
PPP	Projeto Político Pedagógico
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 A PROPOSTA DE ESTUDO	23
2.1 O OBJETO DA PESQUISA	23
2.2 AS PISTAS ENCONTRADAS NA PRODUÇÃO ACADÊMICA	29
2.3 OS OBJETIVOS DA PESQUISA	38
2.3.1 Objetivo Geral	38
2.3.2 Objetivos Específicos.....	38
2.3.3 Questões de Apoio.....	38
2.3.4 Caminhos que Conduzem à Tese	39
2.4 CAMPOS DE ESTUDO.....	40
2.4.1 Caracterização da Região Pesquisada	40
2.4.2 Instituto Lenon, Casa da Criança e do Adolescente e Centro Medianeira - um pouco de história.....	45
3 MOVIMENTO METODOLÓGICO	49
3.1 O PROCESSO METODOLÓGICO - A CONVIVÊNCIA COMO PRINCÍPIO	49
3.1.1 Instrumentos, Coleta e Análise dos Dados	52
3.2 O CAMPO EMPÍRICO E SEUS SUJEITOS.....	63
3.2.1 O Cotidiano das ONGs.....	63
3.2.2 Os Sujeitos das ONGs	69
3.2.3 Os Sujeitos da Comunidade.....	72
3.3 CARACTERÍSTICAS E RELAÇÕES ENTRE AS ONGS.....	73
3.3.1 Os Objetivos	73
3.3.2 As Atividades	76
3.3.3 Os Projetos	77
3.3.4 A Sustentabilidade.....	78
3.3.5 As (Não)Parcerias	78

4 O LUGAR SOCIAL DAS ONGS NO BRASIL	81
4.1 A NATUREZA DO SOCIAL	82
4.1.1 O Social como uma Noção Ambivalente.....	85
4.1.2 A Construção do Social como Problema Assistencial	86
4.2 CARACTERÍSTICAS DO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE	88
4.2.1 Questão Social e os Desfiliaados da Sociedade.....	88
4.2.1.1 Questão Social no Brasil	89
4.2.1.2 Uma “Nova” Questão Social ou um Novo Trato à Questão Social?.....	91
4.2.2 Sociedade Civil, ONGs e o “Terceiro Setor”	93
4.2.2.1 Movimentos Sociais no Brasil.....	95
4.2.2.2 O Surgimento das ONGs	96
4.2.2.3 “Terceiro Setor” - Filantropização da Ação Social	100
4.3 O EDUCATIVO NO CAMPO SOCIAL	103
4.3.1 Um Breve Contexto das Políticas de Assistência Social	103
4.3.2 As Organizações Sociais no Contexto da Política de Assistência Social.....	106
4.4 INTENÇÃO EDUCATIVA NAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	107
5 INTENCIONALIDADES EM CONFLITO.....	113
5.1 O SENTIDO DO TRABALHO NO CAMPO SOCIAL	114
5.1.1 As Práticas em Questão.....	124
5.2 O QUE DIZEM QUE FAZEM E O QUE FAZEM DE FATO AS ONGS.....	125
5.2.1 Transformação Social	125
5.2.2 Vulnerabilidade Social x Risco Social.....	128
5.2.2.1 “Esse Problema é Deles, Mas é Nosso Também”	132
5.2.3 Emancipação	133
5.2.4 Cidadania	137
5.3 A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE A RESPEITO DAS AÇÕES DAS ONGS	141
5.4 O POTENCIAL EDUCATIVO DAS ONGS NA RELAÇÃO COM A COMUNIDADE.....	146

6 CONCLUSÃO.....	149
REFERÊNCIAS	155
ANEXO A - Carta de apresentação às ONGs.....	166
ANEXO B - Termo de consentimento livre e esclarecido	168
ANEXO C - Estado da arte.....	169
ANEXO D - Questionário equipes ONGs.....	183
ANEXO E - Entrevista gestores das ONGs.....	186

1 INTRODUÇÃO

“Ô moça, é pro jornal? Tu podia dizer lá no jornal que a violência tá muito cruel aqui? Não dá mais pra gente deixar os filhos da gente sair na rua, né”¹.

Esta não é uma tese sobre violência, tampouco sobre segurança, mas são esses os principais fatores que mobilizam inúmeras organizações sociais e comunidades a buscar alternativas para minimizar os seus impactos. Resultado de uma história de desigualdades, entre elas as sociais, que, alicerçada na pobreza, contribuíram para que a sua expressão se tornasse um dos nossos maiores problemas sociais.

Esses temas compõem o conjunto das expressões das desigualdades sociais na forma da questão social. Dentre as estratégias que consolidam formas de intervenção na questão social, convencionou-se um padrão de resposta que diz respeito ao acesso aos direitos e validação das intervenções das ONGs no campo social. O discurso ideológico aponta para a sociedade civil como corresponsável, não somente na elaboração de estratégias, mas também na resolução dos problemas advindos da questão social.

A pesquisa *Intencionalidades em conflito: um estudo das práticas educativas de ONGs* estuda a emergência das práticas educativas desenvolvidas por ONGs e as contradições entre estas e seus objetivos, analisando os efeitos dessas práticas para os sujeitos por elas atendidos.

Este é um trabalho que vem de longe, permeado por relações, práticas e saberes que se misturam e que compõem o que sou hoje. Na minha história pessoal está registrada a experiência de anos de trabalho no campo social. Essa vivência evidenciou importantes reflexões, especialmente com relação às intencionalidades com as quais estes espaços propunham e desenvolviam as suas ações. O conflito em perceber que as práticas desenvolvidas neste campo poderiam tanto conduzir à manutenção de processos alienatórios, quanto servir de inspiração à resistência e à emancipação, exigiram um movimento pessoal de busca por respostas a muitas perguntas. Esse movimento provocou em mim um processo de ressignificação e reafirmação do terreno de trabalho no campo social.

Entendo por trabalho no campo social as práticas educativas desenvolvidas por ONGs no âmbito socioassistencial de atendimentos a diferentes grupos sociais – crianças, adolescentes, jovens, população adulta, mulheres, entre outros, nas diferentes demandas,

¹ Depoimento colhido na rua, em uma das muitas caminhadas pela comunidade, durante a coleta de dados. A pessoa em questão não estava na previsão das famílias a serem entrevistadas, mas, percebendo a minha movimentação ao sair de uma residência onde a entrevista se deu no portão da casa, abordou-me, pensando que eu era jornalista.

ocupação do tempo livre, qualificação para o trabalho, socioeducação, situação de rua, entre outras.

A proliferação de organizações não governamentais tem relação com a minimização do papel do estado no campo social condicionada pelo processo neoliberal, influenciando, inclusive, a demanda para a área da assistência social. (MIRANDA, 2007). Como atores relevantes na consolidação das políticas sociais, especialmente da assistência social, em que o social é bastante importante, sua ação pode ser vista de diversas maneiras em perspectivas ideológicas opostas ou complementares.

O cenário contemporâneo em que se apresentam as organizações não governamentais é campo fértil para o estudo das intencionalidades e dos efeitos das práticas educativas desenvolvidas pelas ONGs. As organizações sociais apostam em objetivos cuja intenção é formar cidadãos críticos, capazes de defender seus direitos, agentes da transformação social e interessados em mudar a sua realidade. Entretanto, as ações geradas por essas organizações permeiam um nebuloso campo de conflitos.

Formar cidadãos críticos, capazes de defender seus direitos, agentes da transformação social e interessados em mudar a sua realidade expressam a combinação de conceitos incluídos em seus planos, programas e objetivos que respondem ao uso de terminologia, cujas heranças possuem um caráter teórico e ideológico próprio, que, muitas vezes, não tem consonância com o contexto no qual estão inseridas as ONGs. Além disso, são expressões que contam com ideário disseminado pelos canais formadores de opinião, mobilizando adesão da população por parte dos mais diferentes setores sociais.

As ONGs fazem da educação o seu principal instrumento de ação social. Notadamente, podemos dizer que há diferentes educações dentro da perspectiva educativa das ONGs: educação para a convivência, educação para a sobrevivência, educação para a participação e outras tantas. Como expectativa de futuro, devido à sua importância, o que se espera de fato é que possam desempenhar uma educação, na perspectiva de criar condições para mudanças nas estruturas, pressupondo pensar na autonomia como fundamento da emancipação intelectual e de ação. O estudo da dimensão educativa das práticas das ONGs exigiu uma compreensão mais ampla do que os aspectos pedagógicos. Por se tratar de um campo multifacetado, ambivalente e contraditório, foi necessário lançar mão de compreensões do campo sociológico, econômico e político.

No âmbito dos estudos das ONGs, a dimensão do conflito é uma constante. No entanto, compreendemos que conflito não está somente ligado à interface dos problemas, mas também às possibilidades. Possibilidades estas que procuramos demonstrar, desde o estudo do

difícil processo histórico que constituiu as organizações sociais no Brasil, até as práticas educativas que em seus (des)encontros servem como pontes para a esperança de um futuro melhor.

Esta tese está fundamentada teórica e metodologicamente em elementos da teoria crítica, da educação popular e da pesquisa participante, uma vez que estes atribuem sentido importante ao campo social. Tem como objetivo *compreender as contradições entre os objetivos propostos e as práticas desenvolvidas por três² organizações sociais que atuam com programas de políticas sociais no município de São Leopoldo*, no Rio Grande do Sul. O estudo foi realizado na região oeste da cidade, cujo índice de ações desenvolvidas por organizações sociais é bastante expressivo. Além disso, esta é uma das regiões mais vulnerabilizadas pela pobreza, violência e pelo intenso tráfico de drogas no município.

O trabalho no campo empírico compreendeu cinco momentos distintos, mas complementares: 1) análise dos documentos oficiais das ONGs; 2) observação das práticas desenvolvidas; 3) círculos de diálogos com educadores e equipes; 4) entrevista com as coordenações e 5) entrevistas na comunidade. Os sujeitos da pesquisa, nas organizações sociais, foram coordenadores, assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, educadores sociais e demais profissionais que integram as equipes de cada uma das ONGs. Na comunidade, os sujeitos foram as famílias que possuem filhos que participam de atividades em alguma das ONGs³.

Após a introdução, inicia-se o capítulo 2, no qual apresentaremos o problema da pesquisa, situando os elementos que justificam a sua relevância, as pistas encontradas no estado da arte para as pesquisas neste campo, a descrição dos objetivos geral e específicos, acompanhados de questões de apoio e do mapa conceitual que orientou o estudo de campo. Também faz parte deste capítulo as descrições dos campos de estudo, compreendendo a comunidade e as três organizações sociais.

No capítulo 3, nos empenhamos em descrever a metodologia adotada, os instrumentos de coleta e o tipo de análise dos dados. Dividido em três partes, contextualizamos os aportes que orientaram a metodologia, situamos o campo empírico revelando os sujeitos, o cotidiano das ONGs, as características e relações entre elas, apresentando, também, os sujeitos da pesquisa.

² No projeto de tese, estava prevista a realização do estudo com apenas duas organizações sociais. No processo da pesquisa, uma terceira organização solicitou a sua participação, devido ao interesse nos objetivos propostos no estudo.

³ A descrição minuciosa do processo metodológico e do trabalho de campo encontra-se no capítulo 3.

O capítulo 4 é dedicado à revisão teórica, situando o social no contexto da questão social. Dividido em três partes, revisamos a natureza do social, em que ele é apresentado como uma noção ambivalente, elencamos características do social na contemporaneidade e, por último, demonstramos elementos do educativo no campo social pela via das políticas de assistência social.

No capítulo 5, realizamos a análise dos dados, dividida em quatro partes: na primeira parte, buscamos demonstrar, a partir de relatos, o sentido das práticas educativas desenvolvidas pelas ONGs; na segunda, problematizamos os objetivos das organizações sociais e as expressões comuns entre elas; na terceira parte, tecemos considerações a respeito dos relatos das famílias atendidas pelas ONGs a respeito da sua relação com as organizações sociais. Finalizamos com o desvelamento do potencial educativo das ONGs presente na dimensão educativa das práticas em curso e dos efeitos dessas para a comunidade em questão.

As considerações finais do estudo buscam responder ao problema de pesquisa, retomando discussões presentes nos capítulos consolidando argumentos da tese. Constata-se que as práticas educativas contribuem de maneira bastante restrita a uma dimensão individual e particular no próprio sujeito. No entanto, há indícios que demonstram que a dimensão do assistencialismo permanece presente de modo a contribuir para que a expressão dos resultados que essas práticas conseguem alcançar não ultrapassem esse âmbito individual e particular. Assim, os objetivos que pretendem alcançar instâncias de uma mudança social mais ampliada não produzem os efeitos idealizados.

Finalmente, consideramos que as organizações sociais estão envoltas em uma multiplicidade de intenções, que fazem com que suas práticas permeiem um campo nebuloso, pois ocupam espaços de disputa de projetos, do conflito, e também do convencimento e do consenso, espaço da contradição, ou seja, com potencialidades alienadoras, mas também emancipadoras.

2 A PROPOSTA DE ESTUDO

Introdução

Neste capítulo, destacamos as reflexões e os elementos que justificam a relevância deste estudo, além da trajetória de construção do objeto de pesquisa, as pistas encontradas no estado da arte que confirmam e reforçam a importância de estudos neste campo e os objetivos, perguntas e caminhos que conduzem à tese.

Ainda neste capítulo, apresentamos os campos de estudo, destacando a descrição das principais características da região onde as ONGs estão concentradas e um breve histórico de cada uma das organizações sociais que integram este estudo.

Finalizamos com o entrelaçamento de ideias que evocam a perspectiva metodológica que sustentou esta tese.

2.1 O OBJETO DA PESQUISA

No Brasil, a projeção nacional das organizações não governamentais (ONGs) foi um fenômeno dos anos 1990 que teve relação com o cenário de implantação de um novo projeto societal. As organizações da sociedade civil incluem um conjunto de entidades diversas em concepção, metodologias de trabalho, entendimentos da política pública e do direito. Essas características são postas como desafios que contribuem para a produção e reprodução de uma cultura de direitos, dentro da lógica capitalista, que dá a tônica da eficácia ou ineficácia dos resultados que conseguem alcançar.

As organizações sociais⁴ cuja atividade estava voltada para a ação educativa, política e cidadã como se apresentam hoje surgiu em fins do período de governo militar (1964-1985). O restabelecimento da ordem democrática, a partir da Constituição de 1988, alterou de maneira significativa as relações entre a sociedade civil organizada e o estado. No mesmo período, uma nova geração de organizações sociais começou a surgir no cenário brasileiro, apresentando características mais especializadas e burocratizadas, com outras frentes cujas temáticas como meio ambiente, gênero, qualificação profissionais mudou a tônica das organizações mais tradicionais vinculadas apenas no âmbito do assistencialismo.

⁴ São organizações de natureza privada sem fins lucrativo que, juridicamente, são associações ou fundações. No Brasil, o termo ONG – Organização Não Governamental – refere-se a um tipo peculiar de organização. Trata-se de um agrupamento de pessoas, estruturado sob a forma de uma instituição da sociedade civil, sem finalidades lucrativas, tendo como objetivo comum lutar por causas coletivas e/ou apoiá-las (Fonte: Manual do Terceiro Setor. Disponível em: <http://abong.org.br/ongs.php?id=4463> Acesso em novembro de 2012).

A partir da década de 1990, sob o comando do capital financeiro e do neoliberalismo, a ordem econômica mundial impõe uma redefinição de estratégias e dos padrões de acumulação, no qual é minimizada consideravelmente a intervenção estatal no campo social, apelando para a participação da sociedade civil na execução das políticas sociais. Assim, a conjuntura de retração dos investimentos no campo social, aliado ao tratamento privado e precarizado da questão social, segue a lógica neoliberal. (MOTA, 2015).

É nesse cenário que as ONGs proliferam e assumem posição estratégica caracterizando a fragilidade política e social no enfrentamento da questão social. (DUARTE, 2007). É importante lembrar que, a partir da década de 1990, emergiu um novo cenário político e social que, tendendo para o liberalismo, tem determinado e/ou favorecido o surgimento do “terceiro setor”, apoiado em conceitos que gravitam em torno da noção de “responsabilidade social das empresas”, que viabilizou as parcerias público-privado e a presença das ONGs. (MOURA; ZUCCHETTI, 2010, p. 25). Sob essa influência, um conjunto muito variado de ações é organizado e oferecido por meio de intervenções que procuram garantir e promover o acesso da população aos seus direitos sociais. Se, por um lado, temos o interesse das ONGs em “facilitar” o acesso da população ao que é seu de direito; por outro, temos as proposições governamentais⁵ em termos de políticas sociais, que, por vezes, devido à tradição político-econômica do nosso país, são marcadamente compensatórias. As políticas compensatórias estão vinculadas à transferência de recursos materiais, especialmente de renda, para grupos cujas condições econômicas não favorecem o seu sustento por conta própria. A sua finalidade é garantir os direitos de cidadão minimizando os impactos da desigualdade no país. Um exemplo é o programa Bolsa-Família.

De fato, a política social compensatória surge como uma importante forma de amenizar as refrações da questão social, no entanto não corresponde à mudança necessária para que as desigualdades diminuam. Procurando justificar a característica compensatória das políticas sociais, Barreto (2008) indica a tradição estatal brasileira como a responsável pela criação e manutenção dessa característica:

Acrescente-se a tal situação a tradição estatal brasileira - um Estado cujos governos sistematicamente neutralizaram potencialidades emancipatórias, recorrendo a práticas clientelísticas e despolitizadoras das populações da cidade e do campo – para termos à nossa frente um desafio teórico e prático de grande porte. (BARRETO, 2008, p. 8).

⁵ O recorte que faço ao referir os órgãos governamentais dirige-se aos projetos e programas desenvolvidos no âmbito das políticas de assistência social e concretizado por meio dos serviços de atendimento às comunidades.

A articulação entre políticas sociais e assistência social é uma realidade brasileira que busca “solucionar” o problema da pobreza por meio de “programas compensatórios, com transferência de renda mínima, principalmente, que referenciam o acesso à educação e à saúde na forma de condicionalidades pontuais e fragmentadas”. (MORAES, 2010). Nesse sentido, a oferta pública fica restrita à população mais pauperizada, sendo a ela destinados serviços assistenciais básicos e fundamentalmente emergenciais.

No contexto apresentado, o que está em jogo é a minimização das intervenções do estado e a potencialização das ações da sociedade civil no campo social. Esta última é convocada a parcerizar com o estado na execução de políticas públicas sociais. Coincidência ou não, as ONGs apresentam um crescimento importante a partir dos anos 1990 e início dos 2000.

A intenção por examinar as ações desenvolvidas pelas organizações sociais vem, sobretudo, do interesse em compreender como se move a relação sociedade civil e estado, particularmente na possibilidade de distinção entre os projetos de sociedade propostos por ambos, que nem sempre são visíveis e transparentes. Compreendemos que é possível apostar no potencial inovador que as ONGs constituem. No entanto, é visível a dificuldade em expressar os resultados de suas ações.

Diante de eficientes ações sociais que as ONGs divulgam, há tensões e ambivalências implícitas tanto na aplicação como nos resultados práticos, refletidos no duplo objetivo a que se propõe: o de “cuidar” do social e o de “criar uma consciência cidadã”. Compreendemos que é a dimensão educativa das práticas das ONGs que define a resposta a essa questão. Aqui reside, em síntese, o principal motivador desta tese, que evoca o seguinte questionamento: as práticas desenvolvidas pelas organizações não governamentais contribuem para atenuar, reverter ou conservar a realidade da população por elas atendidas?

Como uma via de mão dupla, se expressam distintas concepções de educação no campo social, que tem se tornado visível à medida que se percebe uma multiplicação de ações que se afirmam como propositoras de objetivos muito similares aos desenvolvidos pela educação popular. Trata-se de práticas que se originam em base teórico-metodológica diversa e, ainda que bem intencionadas, por vezes, podem contribuir para a reprodução de ações sociais aleatórias, dispersas e com impacto fragilizado e fragmentado, expresso, especialmente, pela dificuldade em demonstrar os resultados de suas ações. (GOHN, 1999).

Seja pela variação prática em que se apresentam, reforçada pela fragilidade do aporte teórico, ou ainda pela quase inexistente sistematização, o fato é que, muitas vezes, tais

experiências não conseguem expressar uma articulação entre o que objetivam e o que realmente fazem. Segundo Brandão (2009, p. 43),

Usando com frequência as mesmas palavras e sugerindo em aparências as mesmas metas, os programas sociais populares têm o seu princípio operacional na pessoa do sujeito subalterno e têm o seu fim operacional nos grupos e organizações que ela gera na comunidade. De outra parte, programas de educação popular possuem o seu princípio operacional nas unidades populares de representação da vida comunitária e do trabalho político de classe na comunidade e têm o seu fim operacional na ampliação do poder de tais unidades de trabalho popular.

Em análise dos objetivos de projetos e programas das organizações não governamentais⁶ de grande porte no Brasil, percebemos características bastante similares entre eles. Dentre as expressões mais comuns – transformar a sociedade; desenvolver a autonomia; incentivar o protagonismo; promover a inclusão social e oportunizar espaço para o exercício da cidadania – são usadas indistintamente sem a anunciação do seu aporte político-ideológico, o que induz à ideia de que todas, ou pelo menos a maioria, tem a mesma intencionalidade.

A pergunta é se tal combinação de objetivos presentes nos programas e projetos das ONGs não passa de mera utilização de termos, hoje considerados politicamente corretos⁷, que buscam responder aos anseios da sociedade. Como já referido, devido à diversidade político-ideológica de que partem essas práticas, sua intencionalidade não pode ser a mesma. Daí a dificuldade em compreender por que seus objetivos são tão semelhantes. A esse respeito, Paoli (2005), referindo-se às organizações da sociedade civil, considera:

[...] há claramente diferenciações políticas e lógicas ocultas, ou não tanto, na estruturação de algumas dessas instituições voltadas, em teoria, para o mesmo fim comum – a assistência à pobreza ou o ‘resgate da cidadania’. Entre elas, de fato, é possível observar propostas de instrumentalização política inscritas tanto na busca de legitimidade governamental para suas políticas excludentes quanto na convivência pacífica entre a responsabilidade social e a introdução da lógica mercantil na eficácia que devem demonstrar. (PAOLI, 2005, p. 406).

A evidência é que tais práticas assumiram o projeto político defendido pela educação popular, indicando a bandeira da cidadania, mas sem deixar claro qual concepção de ser

⁶ Faz-se necessário dizer que esta afirmativa não está levando em consideração as organizações selecionadas para participar desta pesquisa, pois estas não representam o escopo das ONGs mais importantes no cenário atual (digo isso referindo que o seu porte não tem influência no contexto mais amplo das ONGs, no Brasil). No entanto, elas representam o maior número de ONGs existente, devido a sua estrutura. Por sua vez, no cenário local elas refletem uma representação importante. Estamos referindo estudos realizados para efeitos da seleção para uma vaga no curso de doutorado no ano de 2010.

⁷ Não se trata apenas de termos politicamente corretos. Essas expressões têm nascedouro próprio e são vinculados aos ideais difundidos pelos movimentos sociais.

humano e de sociedade defendem. A epistemologia da educação popular foi incorporada, mas não a sua ontologia: “Essa opção ontológica não foi aceita porque sua postura política libertadora admite a transformação democrática das instituições sociais”. (PAULY, 2006). Reforçadas pelo discurso de transformação e inclusão social, tais iniciativas podem correr o risco de apenas traduzir suas práticas em meras reproduções, levando em conta os sistemas hegemônicos presentes na sociedade contemporânea, por exemplo, o sistema educativo formal, conservador e disciplinador e o sistema social excludente, hierarquizado e discriminador. Garcia (2008, p. 08) refere que “a ênfase é dada no fazer, não no projeto de sociedade; esse não é visível e transparente, e então o que acontece é que, à primeira vista, todos parecem a mesma coisa”. Por sua vez, Koga (2003) destaca:

Isso porque suas ações, definidas geralmente por políticas sociais homogêneas, ao não prezarem as especificidades de um território, de um lugar, de uma comunidade, parecem impor à população atendida a condição de um favor em detrimento de um direito que lhe deve ser assegurado. Assim, o direito passa a ser visto como mérito e exceção. (KOGA, 2003, p. 14).

Muitas vezes disfarçadas de educativas, essas ações mantêm relação assistencialista fortemente marcada pela expressão do mercado, em que opera a lógica da competitividade. Segundo Moura e Zucchetti (2010, p. 15),

Embora sejam projetos que se oferecem como intercessores sobre processos de inclusão/exclusão social, parece que, mesmo reconhecendo a peculiaridade das situações, na prática, ao invés de promover a experiência de inclusão para a convivência social, operam a inclusão das diferenças apenas para melhor governá-los.

Na mesma direção, Paoli (2005), referindo a importância de estudos a respeito do trabalho social, neste caso desenvolvido pelo empresariado, afirma que pouco se sabe sobre o impacto dos programas desenvolvidos e quais mudanças operam.

É de se notar que, afora os números da população assistida pelos programas, informados pela própria empresa, a discussão centra-se quase inteiramente em uma noção de impacto que tem a ver muito mais com a de retorno (mercantil) dos recursos investidos ou à ‘percepção do público’, ficando-se sem saber o que e como foi transformado nas relações sociais concretas do trabalho nas empresas ou nas necessidades da comunidade que foi objeto da ação social empresarial. (PAOLI, 2005, p. 399).

Moura e Zuchetti (2010) confirmam a posição da autora, dizendo que, muitas vezes, os projetos e programas no campo social operam desconsiderando os interesses locais e individuais, por serem planejados, desde fora, por agentes externos e oferecidos às populações

para que essas possam aderir de acordo com suas motivações. Freire argumenta que o trabalho no campo social não é neutro. Na ação educativa no campo social, “é uma ingenuidade pensar num papel abstrato, num conjunto de métodos e de técnicas neutros para uma ação que se dá em uma realidade que também não é neutra”. (FREIRE, 1982, p. 39). Segundo o autor, “na estrutura social, enquanto dialetização entre a infra e a supraestrutura, não há permanência da permanência nem mudança da mudança, mas o empenho de sua preservação em contradição com o esforço por sua transformação”. (FREIRE, 1982, p. 39).

O papel do trabalhador social desenvolve-se num domínio mais amplo, no qual a mudança é um dos aspectos, atuando diretamente na estrutura social. Colocar-se na posição de neutralidade não significa ser neutro, mas sim trabalhar pela preservação do *status quo*. (FREIRE, 1982). Ainda que disfarçada por técnicas e discursos, sua ação está impregnada de intencionalidades, sejam elas emancipatórias ou conformatórias, pois há como possibilidade, segundo Freire (1982), lidar com meias mudanças, quando não está explícito o direcionamento ético-político de sua intencionalidade, o que promove uma forma de não mudar.

Para Santos (2006), “ao mesmo tempo em que características como altruísmo, compaixão e sensibilidade começaram a fazer parte da ideologia das organizações não governamentais”, é preciso analisar como os projetos de educação constituem-se, pois se questiona até que ponto eles se configuram como espaços de emancipação das pessoas atendidas ou como alternativas de adaptação social.

Assim, a primeira tentativa de compreender como se estruturam esses conflitos no âmbito dos resultados que essas práticas podem efetivar, suscita a reflexão sobre a hipótese de que a prática assistencialista, ainda que reconhecedora do processo de injustiça social, mantém um sistema de desigualdade, pois atende a uma necessidade imediata, sem produzir um resultado de impacto na vida dos cidadãos. A segunda tentativa aponta para a conotação de educativo atrelada à ideia de emancipação, mas que, no fundo, não passa de ocupação do tempo livre, o que pode representar a conformação frente à realidade estagnada, onde não há nada a fazer.

Tais hipóteses recobrem um conjunto de expectativas presentes no Brasil em sua fase de redemocratização, frustradas pelas políticas neoliberais. Elas permanecem fortes em nossos discursos, velando a contradição entre aquilo que é proposto no campo social e aquilo que realmente é feito.

As ações sociais das organizações podem evidenciar a presença ou ausência de potenciais contra-hegemônicos no cerne de sua intencionalidade. Da mesma forma, tal como

Paulo Freire reafirmou tantas vezes, a diferença não está no tipo de prática, mas na intencionalidade e na qualidade de um modo de prática pedagógica. (BRANDÃO, 2009). Esta visão será imprescindível para determinar a posição que cada organização ocupa, portanto, para conhecer o quanto cada ação pode influenciar a comunidade na tomada de posição.

2.2 AS PISTAS ENCONTRADAS NA PRODUÇÃO ACADÊMICA

O estado da arte, elaborado por ocasião da construção do projeto de tese, constituiu pistas que foram fundamentais na argumentação defendida nesta tese. O conjunto de trabalhos destacados evidenciaram temas concernentes ao conceito de social, a intencionalidade das ações desenvolvidas no campo social, as heranças da educação popular, o trabalho das ONGs e os referenciais que orientam as suas ações.

É o resultado da consulta realizada em sete bancos de dados, que constituíram um arcabouço com 268 trabalhos selecionados, resultado de teses, dissertações, artigos de periódicos e trabalhos publicados em anais de eventos no período de 2000 a 2014⁸. Foram utilizados seis descritores, com o objetivo de relacionar um número significativo de produções. Assim, foram descritores para este trabalho: 1 – pedagogia social; 2 – educação social; 3 – educação popular; 4 – educação não formal; 5 – educação não escolar e; 6 – social. A seleção das teses, dissertações e artigos acadêmicos levaram em consideração as palavras-chave descritas nos resumos presentes no material coletado.

A definição dos bancos de dados⁹ utilizados seguiu dois critérios: a tradição acadêmica e a relevância frente ao tema em questão. Cada um foi analisado individualmente, procurando manter um padrão. Para isso, sete dimensões foram definidas como suleadoras desse processo: variedade temática, natureza, ano de defesa/publicação/apresentação, localização geográfica, linha de pesquisa, referencial teórico e metodologia.

Destacamos aqui apenas a produção encontrada no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, por se tratar do principal banco de dados de produção acadêmica¹⁰ em nível nacional. Considerando a análise do resumo das 18 teses e 51 dissertações encontradas, podemos

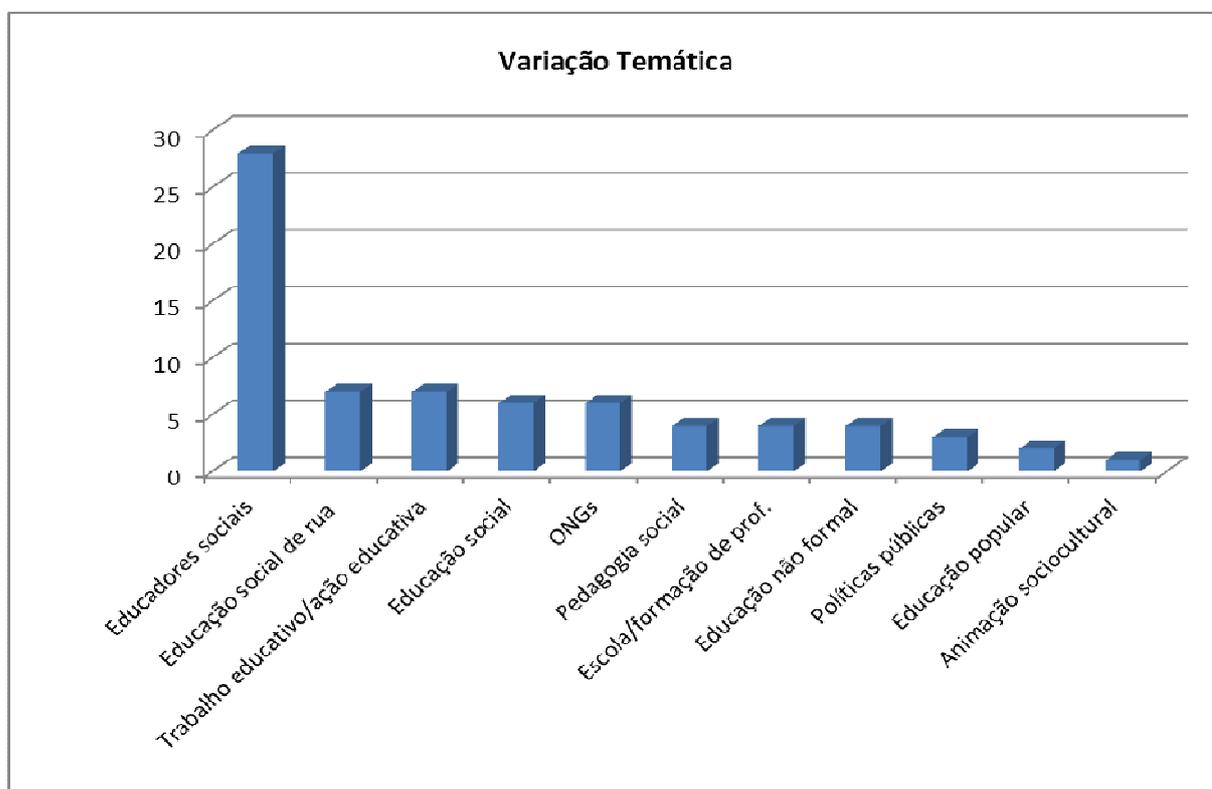
⁸ Para o projeto de tese o estudo foi realizado analisando os trabalhos, teses e dissertações publicadas no período de 2000 a 2011. No entanto, o mesmo foi atualizado, buscando relacionar a produção até o ano de 2014, incluindo a expressão educação não escolar.

⁹ Os bancos de dados analisados foram: 1. Produção de Teses e Dissertações a partir do portal da CAPES; 2. Programa de Pós-Graduação em Educação UNISINOS; 3. Periódicos a partir do banco de dados do Scielo; 4. Pedagogia Social - Revista Interuniversitária; 5. Revista UNISINOS e Produção de trabalhos em eventos, analisando os trabalhos apresentados na, 6. ANPED e nos 7. Congressos Internacionais de Pedagogia Social.

¹⁰ A análise dos demais bancos de dados encontra-se em anexo.

afirmar que há uma variedade temática importante que compõe este campo de estudos, classificado em 11 grandes temas, como pode ser visualizado no gráfico a seguir:

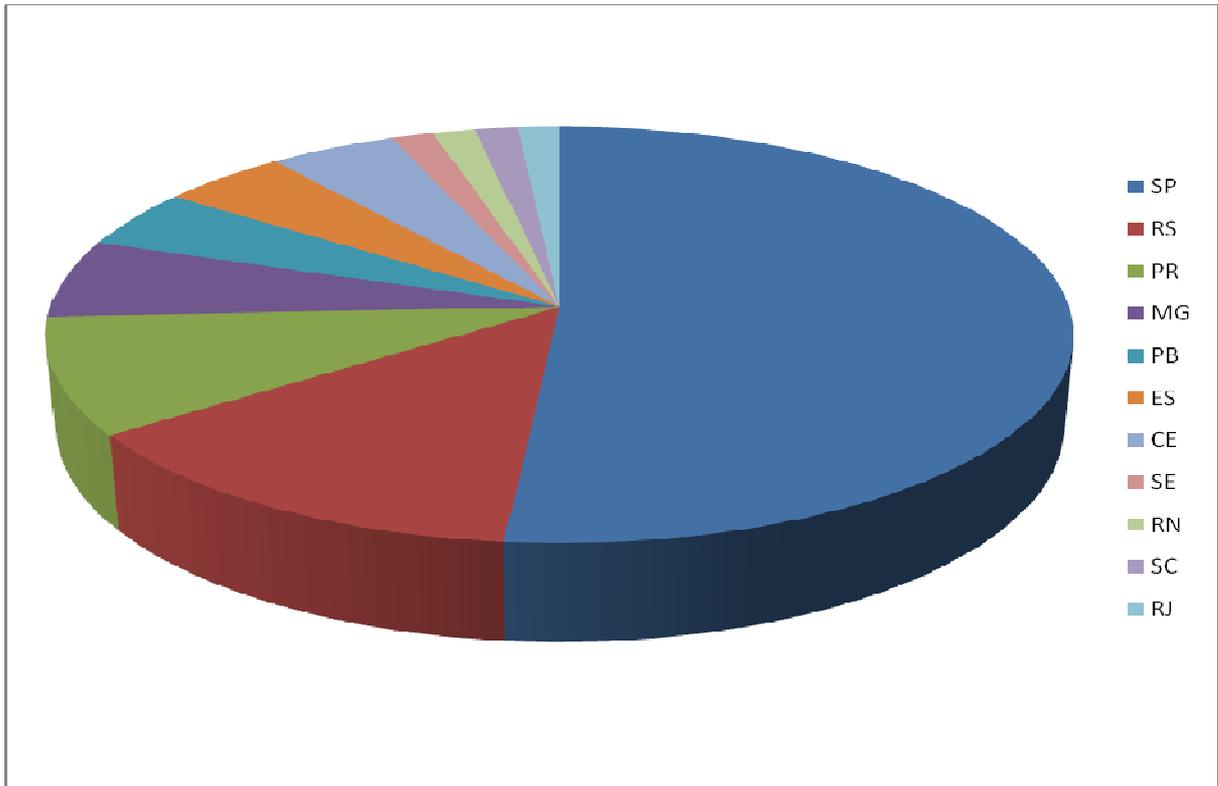
Gráfico 1 - Produção acadêmica – variação temática CAPES



Fonte: Desenvolvido pela autora.

É importante destacar também a distribuição da produção acadêmica por estado do país e assim visualizar onde está concentrado o maior número de trabalhos que, como visto no gráfico a seguir, está no estado de São Paulo:

Gráfico 2 - Produção acadêmica – distribuição por estado CAPES



Fonte: Desenvolvido pela autora.

No que se refere à análise do material coletado, em linhas gerais, há uma evidência de que o trabalho no campo social exige uma pedagogia com um denso conteúdo, o que indica que integram esse contexto dimensões como: recuperação da historicidade; identificação de múltiplos e variados processos de apresentação prática; associação à construção simbólica; natureza política, e o seu potencial legítimo para a promoção da ação educativa.

O ano de 2004 foi registrado como o mais significativo para a produção acadêmica sobre o tema em questão. Essa concentração tem relação com o período histórico que marca a expressão quantitativa das práticas sociais, dada a explosão das ONGs a partir dos anos 2000.

O conjunto de trabalhos analisados evidenciam temas concernentes ao conceito de social; a intencionalidade das ações desenvolvidas no campo social; as distinções entre educação popular e educação social; as ONGs e a educação não formal e a pedagogia social e seus referenciais. Nesse contexto, autores brasileiros e estrangeiros tecem variados argumentos para justificar a ação educativa desenvolvida nos mais variados espaços – ONGs, sistema prisional, sistema socioeducativo, acolhimento institucional, entre outros. E com diferentes grupos sociais, crianças e adolescentes, adultos, mulheres, pessoas com deficiências.

Como resultado da análise de conteúdo das produções, foram encontradas importantes pistas que contribuiriam para a construção do objeto de estudo proposto nesta tese. Iniciamos pelos questionamentos sobre a necessidade de uma definição conceitual sobre o trabalho no campo social, anunciadas por Moura e Zucchetti (2006), que aportam importantes contribuições à discussão sobre as práticas desenvolvidas nesse âmbito. As autoras contribuem, refletindo sobre as intervenções educativas em curso, procurando estabelecer com elas um diálogo no sentido de tensionar os seus contornos com diferentes áreas do conhecimento. As autoras sublinham a necessidade de um confronto histórico entre a educação popular e a educação não escolar, marcada nesta tese como educação no campo social, como forma de visibilizar os equívocos construídos no bojo das teorias que as consideram a mesma coisa.

Nessa direção, um aprofundamento do que vinham discutindo pode ser percebido quando Moura e Zucchetti (2010) apresentam uma reflexão sobre as práticas de educação que se desenvolvem além da escola, ancoradas em quatro eixos: a urgente superação do debate sobre suas diversas formas de nomeação; o olhar mais minucioso para a questão da intencionalidade presente (ou não) nas práticas de educação no campo social; uma concepção ampliada de educação, designando-a como uma prática social que é também um ato político; a possibilidade de instauração de outras bases teóricas para uma prática de educação que se constitua, pelas atitudes de abertura e acolhimento e um corpo de saberes transdisciplinar. E afirmam:

Se mantivermos uma visão limitada, porque parcial e fragmentada, dos processos e dinâmicas que habitam o campo social, manteremos também um tipo de análise incapaz de explorar o movimento e a fluidez dos processos educativos que ocorrem na marginalidade dos saberes instituídos, repetindo o mesmo equívoco da educação escolar, que desconsidera e não toma como ponto de partida de sua ação a realidade própria de cada grupo, de cada sujeito. (MOURA; ZUCCHETTI, 2010, p. 9).

O desafio apontado por Moura e Zucchetti (2010) complementa outro desafio destacado por Ribeiro (2006): de que se faz necessário atentar aos estudos que buscam explicitar as raízes da educação popular e seus desdobramentos, de modo a resgatar a historicidade do trabalho no campo social. Segundo a autora, é sabido que a educação popular sempre defendeu um determinado projeto de sociedade. Ribeiro situa o campo da educação popular procurando fazer um contraponto às discussões presentes a respeito da educação social. Segundo ela, a educação social, em âmbito europeu, sempre buscou defender questões que dizem respeito às necessidades mais imediatas da população.

Não foi por acaso que encontramos estudos que demonstrassem a dimensão do popular como fundamental para a compreensão dos ideais populares. Autores como Neto (2002), Cunha (2003) e Ghiggi e Gonçalves (2003) enfocam o popular de diferentes ângulos, discutindo a gênese da educação popular, aportando sempre às experiências desenvolvidas até então, transversando inclusive a questão dos direitos sociais. Demonstram que o conceito de popular envolve elementos que se fazem presentes devido à sua historicidade, mas que também são incorporados em seu tempo presente.

Zitkoski (2003) discute as perspectivas para a educação popular no contexto do mundo globalizado, que produz processos cada vez mais sutis e desumanos de exclusão social. O autor busca analisar as alternativas de emancipação social que despontam como novas formas de organizar as lutas populares através de uma articulação de nível planetário à semelhança, por exemplo, do Fórum Social Mundial. Borba (2008) analisou as práticas educativas desenvolvidas por educadores sociais em ONGs. Essas, conforme o autor, alinharam-se ao projeto hegemônico político neoliberal, contribuindo, também, para a reprodução das desigualdades sociais, uma vez que atuam numa perspectiva assistencialista. Por outro ângulo, Machado (2009) procurou analisar em que medida as ONGs identificadas como progressistas no âmbito da educação popular contribuem para constituir a contra hegemonia das classes populares. Para isso, acompanhou o trabalho de duas organizações e teve como resultado de sua investigação a confirmação de que suas práticas são insuficientes para compor a contra-hegemonia das classes subalternas, embora apresentem histórico compatível com um perfil progressista.

Compondo essa discussão, a expressão “terceiro setor”, ainda que pouco explorada nos trabalhos consultados, é discutida à luz da proliferação das ONGs, a partir da década de 1990. No trabalho de Aoyama (2005), destacou-se a análise da organização das ações desenvolvidas no campo educativo em programas alternativos e complementares à escola, relacionando-os ao campo da educação não formal. A autora afirma que a reforma do estado está provocando a expansão da participação da sociedade civil em ações educativas, levando-a a assumir funções que deveriam ser de responsabilidade do estado.

Nessa discussão, cabe destacar alguns estudos que, assim como Gomes (2010), buscam compreender e avaliar as intervenções educativas, especialmente as que envolvem a articulação comunidade-sociedade e, desse modo, contribuem para uma indagação fundamental à construção, implantação e crítica de projetos educativos comunitários. À luz de Melucci, Gomes analisa o lugar da ação educativa comunitária como ação coletiva que se apresenta como movimento social, concebendo “comunidade como sujeito de uma ação

coletiva, que tem na solidariedade não apenas uma orientação ou desejo, mas um processo constitutivo”. (GOMES, 2010, p. 12).

Paiva (2011), ao retomar algumas reflexões de Freire (1970; 1988; 1992), trabalha com conceitos como conscientização, práxis, metodologia dialética, diálogo e emancipação, além de destacar a contribuição de Dussel (1993) com as categorias proximidade, totalidade, exterioridade, libertação e alienação. Sobre a relação com a educação popular, a autora afirma:

Freire é considerado um dos principais construtores do conceito Educação Popular e um dos principais referenciais para a Pedagogia Social de Rua. Pode-se inclusive afirmar que Paulo Freire é um dos mais importantes teóricos da Pedagogia Social e que sua obra é reconhecida internacionalmente nessa perspectiva e tem servido de base para Pedagogia Social nos países europeus. (DUSSEL, 1993, p. 188).

Paula (2007), em seu artigo, indica ainda que esse é um campo contraditório, que requer maior reflexão teórica, a fim de contribuir para o seu redirecionamento.

[...] no campo conceitual, existem ainda muitas indefinições entre os teóricos estudiosos dessa temática a respeito da sua abrangência, da estrutura curricular e da formação dos seus profissionais. Percebe-se que é uma área nova, que está em construção e necessita de discussões ampliadas sobre seus dilemas e contradições. (PAULA, 2007, p. 13).

A autora afirma que muitos dos programas que respondem ao social apresentam-se como apoiados nos princípios da educação popular, mas, na verdade, estão voltados para uma perspectiva assistencialista de educação. Ao abordar de modo transversal os temas exclusão e educação social, Ribeiro (2006) complementa esse debate ao defender a hipótese de que existe uma disputa entre projetos sociais e educacionais contraditórios, encarnados em concepções e práticas de educação social, como resposta às demandas de políticas sociais públicas provenientes das populações de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade. A discussão apresentada pela autora recobre, também, questionamentos sobre os referenciais que orientam esses projetos educacionais, defendendo que “há projetos sociais e educacionais em disputa, que nem sempre se tornam claros”.

Autores estrangeiros também têm apontado questões importantes que contribuem para uma reflexão mais ampliada. Segundo Caride Gomes (2004), há uma necessidade de resposta à reivindicação das novas leituras da relação educação-sociedade, favorecedoras de uma concepção mais integral e integradora de seus respectivos aportes e dos modos de educar e viver em comunidade. Núñez (2010) propõe uma reflexão importante sobre o discurso hegemônico que constituiu a sociedade atual, contextualizando seu posicionamento a partir da realidade que vive a Europa. A autora procura evidenciar a intencionalidade com que o social

se concretiza neste cenário, anunciando que “as políticas preventivas não são ingênuas”. Em seu questionamento sobre a intencionalidade implícita em tais ações preventivas, a autora destaca que houve certa homogeneização populacional ao constituírem determinadas categorias que diferenciam os grupos sociais, além de haver uma conotação de vigilância e controle. Dessa forma, as políticas sociais serviram como justificativa à intenção de manter o controle e, com isso, reforçaram as políticas neo-higienistas postas em jogo, que empregaram a lógica do usuário – cliente. Nesse contexto, implicou na ação do educador social a reprodução dessa lógica. Da mesma forma, a garantia de reprodução desse sistema ocorreu também pelas “novas” organizações constituídas no âmbito social, especialmente as organizações do “terceiro setor”, que retroalimentam a busca pela eficácia da intervenção.

La modalidad del trabajo social educativo que propone el neohigienismo consiste en, por un lado, la clasificación de nuevos perfiles poblacionales y, por otro y de manera simultánea, la intervención en la vida de los sujetos así definidos, insertándolos en los circuitos que correspondan, según las orientaciones resultantes de la aplicación de los protocolos. Las ‘clases peligrosas’ acusan también recibo de la fragmentación social. (NÚÑEZ, 2010, p. 7).

Por sua vez, justifica-se, segunda a autora, a constituição de um novo discurso – o social, que justifica a intervenção política em certos setores e classes sociais, pautada, neste caso, no conceito de saúde pública. No entanto, uma nova mudança instala-se com o retorno do discurso dos direitos humanos, que volta com grande força, segundo a autora:

En esta situación, tenemos por delante la compleja tarea de reconstruir el pensamiento social otorgando prioridad a los derechos concretos, como lo ha expresado Amartya Sen, y a la capacidad para aplicarlos, defenderlos y lograr que sean respetados. Este concepto de derechos humanos que tanto se oye últimamente aparece como la noción más significativa de este nuevo paradigma. (NÚÑEZ, 2010, p. 9).

Essa virada provoca a necessidade de revisão dos modos de pensar e atuar em educação no campo social. A autora finaliza com a seguinte afirmação:

Postulamos que la acción educativa ha de aportar a la nueva construcción de la ciudadanía como ejercicio de los derechos del sujeto, es decir, contribuir a una definición que pueda reunir a diversos actores, propiciando la construcción de redes de texturas y densidades variables: plataformas en las que sostener algo en esta modernidad líquida. La educación social como lugar que permita la legitimación de los intereses sujetos y la defensa de sus derechos en referencia a la modernidad. (NÚÑEZ, 2010, p. 13).

Precusores na consolidação de uma pedagogia social/educação social, os autores estrangeiros, especialmente os espanhóis, aportam importantes contribuições que servem de

inspiração para as experiências brasileiras. O tema da pedagogia social no Brasil aparece com frequência principalmente a partir do ano de 2006. (GRACIANI, 2006; CALIMAN et al., 2009). Contudo, o diálogo com a produção teórica em nível nacional é apresentada de forma sutil e quase inexistente. Algumas vezes, isso causa a impressão de que tais estudos apenas empregam novos termos para discussões e teorias que tradicionalmente já fundamentam as práticas sociais. Cabe salientar que, em sua maioria, os textos que procuram concentrar sua discussão no eixo pedagogia social/educação social fundamentam teoricamente seus trabalhos à luz de autores do campo da educação popular e, desse modo, sugerem o entendimento da pedagogia social no Brasil como sinônima, equivalente ou até mesmo substituta da educação popular.

Entre distanciamentos e aproximações, a contribuição estrangeira neste tema apresenta elementos pouco explorados na produção acadêmica brasileira e que muito teria a contribuir para as práticas desenvolvidas no campo social. Trata-se dos temas que tem relação com o desenvolvimento comunitário e intervenção comunitária. Neste sentido, Barrio (2006), salienta:

[...] el proceso de intervención social es comunitario en cuanto que supone la actuación en un entorno o contexto definido en el que se dan problemas concretos y compartidos y conlleva la alteración de las relaciones entre individuos, grupos, asociaciones e instituciones. En este proceso se pretende que la persona no sólo sea objeto de intervención sino también sujeto activo, participante y protagonista de la intervención. (BARRIO, 2006, p. 129-130).

A autora refere ainda que existe diferença entre os princípios que fundamentam a intervenção comunitária e aqueles que justificam a evolução da mesma, que só podem ser explicados em profunda reflexão sobre a prática. Assim, estes princípios permitem uma mudança real.

Crespo (2010, p. 136) traz uma contribuição acerca desse tema por entrelaçá-lo com outros temas, como educação e desenvolvimento. Segundo a autora, “la comunidad es un contexto idóneo para la acción educativo-social que desarrollan las educadoras y educadores sociales en los servicios sociales comunitarios”. Tal ação não ocorre isolada, mas num contexto onde outros profissionais também interagem, provocando o que ela chama de trabalho em rede. A autora analisa:

[...] el binomio constituido por la educación y el desarrollo requiere de la existencia de una comunidad en donde el vínculo que se teje entre ambas pueda manifestarse y hacerse efectivo. En este marco, el trabajo de las educadoras y educadores sociales necesita de la colaboración de otros profesionales que asuman un compromiso

compartido en la planificación, desarrollo y evaluación de procesos educativos encaminados a potenciar la vida comunitaria a través de nuevos marcos de relación, como el representado por el 'trabajo en red'. (CRESPO, 2010, p. 137).

Martinez (2010, p. 2) refere “el reconocimiento necesario de originalidad y contribuir experiencias socio educativo que nace de las comunidades y los actores educativos de la sociedad civil”. Com o objetivo de seu texto, propõe “abordar las posibilidades de construir un saber pedagógico contemporáneo a partir de las prácticas educativas y culturales situadas en la realidad chilena y latinoamericana, preocupadas de responder creativamente a los desafíos de constituir bases para 'un otro mundo posible’”. (MARTINEZ, 2010, p. 2). O autor reconhece que, na América Latina, temos presente o movimento tanto da educação popular quanto da educação social, defendendo a necessidade de construirmos aportes à pedagogia social latino-americana:

Enfrentar con nuevas condiciones epistemológicas la tarea de conformar al espacio latinoamericano en *sujeto pedagógico* (Puigross, 2005) exige entonces, no sólo reconocer las debilidades inscritas en los híbridos discursos pedagógicos circulantes en nuestros países sino, también, abrir las posibilidades de acumulación y visibilidad de nuestras praxis educativas como fuente de alternativas viables a la hora de constituir una pedagogía social incidente en nuestras realidades. (MARTINEZ, 2010, p. 4).

A dimensão teórica que orienta as produções no campo social mostra-se ampla e, de alguma forma, difusa. Diferentes vertentes e áreas do conhecimento fazem-se presentes, questionando inclusive o pleonasma ao usar o termo social como adjetivo a outras palavras. A necessidade de uma afirmação conceitual fica evidente, passando da simples descrição, presente nos primeiros trabalhos consultados, a algumas tentativas de aprofundamento do que é o trabalho no campo social. No entanto, um exame dos conceitos apresentados pelos diferentes autores demonstra a necessidade de um olhar mais global das práticas em curso, pois muitas vezes as referências mais confundem do que elucidam. É a partir da prática que a maioria dos autores procura sustentar seus argumentos. Na reflexão sobre a prática, no entanto, não foi possível perceber um aprofundamento a respeito dos efeitos que as práticas educativas geram nas comunidades. Ao contrário, o que fica evidenciado é mais uma preocupação com a descrição do público atendido do que com o contexto em que o problema social ocorre e suas implicações.

De uma maneira geral, podemos dizer que há uma produção acadêmica significativa sobre o tema das práticas desenvolvidas no campo social. No entanto, não encontramos nenhuma produção que dê voz às comunidades que são público-alvo de toda e qualquer

iniciativa neste campo, pondo em diálogo a voz das comunidades com a voz dos agentes/educadores, o que evidencia o espaço da originalidade da tese que aqui se apresenta.

2.3 OS OBJETIVOS DA PESQUISA

2.3.1 Objetivo Geral

A presente pesquisa compreende o estudo das práticas educativas desenvolvidas por três ONGs da região oeste do município de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul e as possíveis contradições existentes entre os objetivos que propõem e os efeitos dessas práticas para a comunidade que atendem. Pautada na seguinte questão: as práticas desenvolvidas pelas organizações não governamentais contribuem para atenuar, reverter ou conservar a realidade da população por elas atendidas? Buscou-se:

- Compreender as contradições entre os objetivos propostos e as práticas desenvolvidas por três organizações sociais que atuam com programas de políticas de assistência social em São Leopoldo/RS.

2.3.2 Objetivos Específicos

A partir do problema de pesquisa, formulamos os seguintes objetivos específicos:

- a) definir tensionamentos do social, na contemporaneidade, como possibilidade para o entendimento dos efeitos gerados pelas organizações sociais nas comunidades onde desenvolvem a sua ação educativa;
- b) conhecer a dimensão educativa das práticas desenvolvidas no campo social;
- c) analisar como as organizações produzem, reproduzem e difundem a sua ação educativa;
- d) analisar os efeitos dessas práticas para os sujeitos da comunidade em questão.

2.3.3 Questões de Apoio

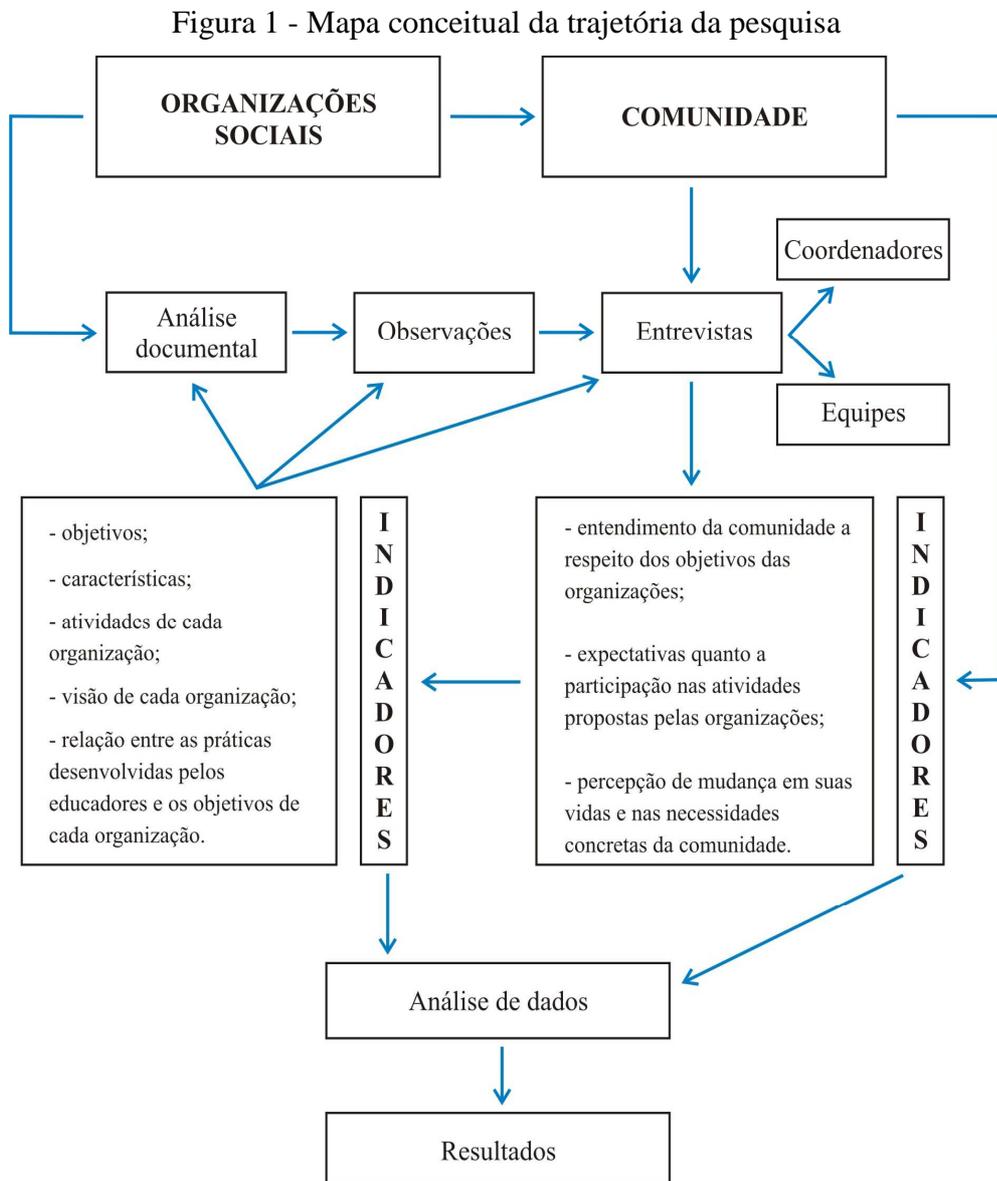
Para cada objetivo específico, respectivamente, apresentamos questões de apoio. Busca-se, a partir delas, orientar o desenvolvimento de cada um dos objetivos.

- a) Quais tensionamentos do social servem como fundamento às práticas sociais hoje?

- b) Como as organizações sociais planejam e desenvolvem as suas ações?
- c) Que tipo de orientações coletivas ou visões de mundo emergem das práticas desenvolvidas pelas ONGs?
- d) Como a comunidade percebe as ações desenvolvidas por estas organizações?

2.3.4 Caminhos que Conduzem à Tese

A figura abaixo demonstra a trajetória da pesquisa, guiada por indicadores que foram definidos a partir dos objetivos e questões de apoio e que guiam, a partir do processo metodológico, a construção desta tese. O processo metodológico será descrito em detalhe no próximo capítulo.



Fonte: Desenvolvido pela autora.

2.4 CAMPOS DE ESTUDO

2.4.1 Caracterização da Região Pesquisada

A comunidade à qual pertencem as organizações sociais participantes da pesquisa está situada na cidade de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Conhecida como região oeste, contempla os bairros São João Batista, São Miguel e Vicentina. Segundo dados do IBGE (2010), possui uma população de 23.141 habitantes, sendo que a população estimada no município é de 214.210 habitantes. Estes bairros juntos têm aproximadamente 8.514 domicílios.

O mapa abaixo mostra o município de São Leopoldo, identificado por linhas pontilhadas a região na qual este estudo se desenvolveu. Nota-se que não se trata de uma região de grande extensão, diante das demais. No entanto, características muito particulares a colocam no ranking das regiões mais violentas do município. Além da pobreza, a região sofre de um problema de desigualdade grave e persistente. A desigualdade de renda é extremamente elevada. Há um déficit considerável de emprego e uma abundante informalidade laboral, que se manifesta nos jovens e nas mulheres. Além disso, compõe a rota mais intensa do tráfico de drogas da região metropolitana.

Figura 2 - Mapa da cidade de São Leopoldo



Fonte: BARBIANI, 2014¹¹.

Segundo dados da pesquisa *Violência e violação de direitos humanos: medidas socioeducativas no município de São Leopoldo na ótica dos determinantes sociais da saúde* (2014), o bairro São Miguel é o segundo; e o bairro Vicentina, o quarto em número de jovens que ingressam no sistema de medidas socioeducativas. A violência juvenil é um dado de extrema preocupação na região. Segundo informações do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) da região, há a estimativa de que ocorreu um homicídio a cada dois dias no ano de 2013. A maioria das vítimas eram jovens, e a maioria dos homicidas também eram jovens. Os dados das Polícias Civil e Militar do município indicam que a região

¹¹ BARBIANI, Rosângela. *Violência e violação de direitos humanos: medidas socioeducativas no município de São Leopoldo na ótica dos determinantes sociais da saúde*. Relatório de pesquisa. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2014. Impresso.

oeste vem registrando o maior índice de homicídios desde o de 2007, sendo que, em sua maioria, foram cometidos por adolescentes e jovens, com idade entre 14 e 24 anos. A violência é praticada pelos jovens, majoritariamente, e são eles as maiores vítimas da mesma.

A violência é um tema muito frequente nas rodas de conversas informais na comunidade, nas reuniões das associações e da rede de atendimento socioassistencial, incluindo as escolas que mais sofrem com essa realidade. É na escola que na maioria das vezes a expressão da violência se mostra. No de 2014, foram realizados dois seminários, um regional e outro municipal, para discutir a questão do extermínio de jovens na região. Não por acaso, este foi o tema mais apontado pelas famílias entrevistadas, como poderemos ver no capítulo 5.

Um pouco de história

A região oeste originou-se da apropriação de terras, antes fazendas particulares, cuja extensão era um grande banhado, devido à sua proximidade com o rio que atravessa o município. Aos poucos, foi povoada por migrantes do meio rural, procedentes do interior do estado do Rio Grande do Sul e Paraná, que vieram em meados dos anos 1960, impulsionados pelo sonho de conseguir emprego na indústria do calçado e pelo desejo de melhorar a qualidade de vida.

Na década de 1990, com o crescimento do desemprego, os problemas sociais acentuaram-se, especialmente os gerados pela falta de renda das famílias. Características como mendicância, exploração infantil, prostituição, violências, entre outras, passaram a ser cada vez mais presentes. O mercado informal tornou-se uma realidade, inclusive o trabalho infantil. Este, desde então, é a questão social mais grave da região.

Não demorou muito para a região despontar como a mais vulnerabilizada do município. O intenso tráfico de drogas, facilmente instalado devido à sua privilegiada geografia¹², imprimiu na comunidade e em seus moradores a marca perversa da violência.

Os anos 2000 representam o aprofundamento da miserabilidade e da exclusão social. Nesse período, o processo de exclusão que vivenciava a população residente na região foi marcante. Relatos de jovens participantes de projetos sociais nos anos de 2004, 2005 e 2006 demonstram que, quando informavam, em alguma seleção para um emprego, seu local de moradia, o estereótipo socialmente constituído de jovem pobre, “maconheiro”, desinteressado

¹² A região oeste de São Leopoldo localiza-se em frente à BR 116 e tem o Rio dos Sinos ao fundo.

e ladrão soava com muita intensidade¹³. Nesse período, intensificaram-se as ações sociais, especialmente em âmbito governamental, cujo objetivo era oportunizar uma vivência cidadã e inclusiva.

No ano 2007, ano em que foi batizada como território deflagrado, devido aos índices de criminalidade e violência, recebeu o programa Território de Paz, do Ministério da Justiça. O investimento ocorrido somente naquela região foi de cerca de R\$ 6 milhões. Com isso, inúmeros projetos¹⁴ foram implantados – Mulheres da Paz, Justiça Comunitária, Protejo, Policiamento Comunitário, Ronda Escolar Segura e projetos de incentivo à Economia Solidária. Além disso, obras de infraestrutura renderam à comunidade outros tantos projetos de cuidados e conscientização ambiental.

A região preserva características muito peculiares, como a divergência entre os territórios denominados bairro São Miguel e Bairro Vicentina. Separadas por um arroio conhecido como “valão”, este pode ser considerado a fronteira que delimita, inclusive, a condição social dos moradores. Segundo eles, quem vive no Vicentina são as pessoas “de bem” e com maior condição econômica, ao passo que, quem vive no São Miguel, são considerados os “marginais”. Observando a organização geográfica, não é percebida muita diferença entre ambos os territórios. As más condições residenciais, a miserabilidade e, inclusive, a marginalidade, como os próprios moradores mencionam, estão bastante equilibrados. O “valão” que separa e, ao mesmo tempo, une a região pode ser considerado um grande símbolo. É nele que os moradores jogam os objetos residenciais que não querem mais, é nele que é depositada boa parte do lixo doméstico; se ocorre uma briga de rua ou mesmo de casal, o primeiro ímpeto é empurrar ou jogar-se nele e, infelizmente, quando ocorre algum assassinato, na maioria das vezes, é ali que o corpo é depositado.

Determinadas características definem as relações que são estabelecidas na comunidade. A experiência da convivência de longo prazo nos levou refletir a respeito das difíceis relações de poder mediadas pela exploração do tráfico de drogas presente na região. O estamos querendo dizer é que direta ou indiretamente o intenso tráfico de drogas determina um certo tipo de relação entre as pessoas. Isso implica num silenciamento, em que fica difícil de identificar se as pessoas estão pronunciando o que realmente pensam ou não. Apesar da informalidade nas relações e da aparente característica descontraída, presente no volume do

¹³ Refiro minha própria experiência como coordenadora de projetos de qualificação profissional voltados para a juventude daquela região no período de 2001 a 2007, retornando em 2010 até os dias de hoje.

¹⁴ Esses projetos foram executados por organizações terceirizadas, selecionadas mediante edital público.

rádio nas residências e no intenso tráfego de pessoas nas ruas, o ar de desconfiança é bastante presente.

Em seu entorno, é visível a inserção de quatro escolas municipais de ensino fundamental, uma estadual e uma escola de educação infantil, além de posto médico, estratégia da família, Centro de Referência em Assistência Social, um Centro de Tradições Gaúchas, quatro sociedades esportivas, uma escola de samba, três associações de moradores e uma cooperativa de reciclagem. Sem conseguir enumerar, muitas igrejas de diferentes vertentes religiosas, também compõem o cenário da comunidade.

Historicamente, as questões sociais da região favoreceram a instalação de diferentes organizações como: a Casa da Criança e do Adolescente (1988); a Associação Turma do Sopão (1990)¹⁵; a Centro Medianeira (1992)¹⁶; a Associação Amigos em Ação (2002)¹⁷; o Instituição Educacional Social e Terapêutica Juadi (2004)¹⁸; o Instituto Lenon Joel pela Paz (2006) e o Instituto Rosemari Seewald (2011)¹⁹.

A escolha pelas organizações Casa da Criança e do Adolescente e Instituto Lenon Joel ocorreu devido à relevância histórica e ao reconhecimento de suas ações por parte da comunidade. Além disso, de modo geral, apresentam os mesmos objetivos para a sua ação, atendendo um público com faixa etária semelhante. O fato de terem iniciado suas ações por motivos e em períodos históricos bastante diferenciados também foi considerado como relevante no momento da definição. Vale destacar que o Centro Medianeira, que integrou este estudo, também contempla esses critérios.

¹⁵ A Turma do Sopão foi fundada em 1990, com objetivo de distribuir alimentação preparada (sopa) à população em situação de desemprego, que vivia em comunidades empobrecidas. Com a ampliação de suas ações, começou a desenvolver um trabalho mais sistemático, atendendo crianças. Hoje sua prioridade é o atendimento a 86 crianças com idades entre 2 e 6 anos, mas ainda mantém o projeto de distribuição de restos de alimentos doados por empresas do ramo alimentício.

¹⁶ O Centro Medianeira desenvolve atividades desde 1958 em outras duas regiões da cidade. É uma entidade sem fins lucrativos, que tem como objetivo promover ações voltadas à educação e cidadania de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, por meio de programas de atendimento socioeducativo, orientação e apoio sociofamiliar, atividades lúdico-pedagógicas, iniciação e formação profissional.

¹⁷ Não foi possível contatar a organização em questão para coletar informações a respeito do seu trabalho.

¹⁸ O Juadi foi fundado no ano de 2004, com o objetivo de atender crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 15 anos. Atualmente, além do trabalho referido, mantém duas escolas de educação infantil, atendendo um público de 200 pessoas diariamente.

¹⁹ É uma organização não governamental que atende a 50 crianças e adolescentes com idades entre 6 e 12 anos. Fundado em 2010, tem como objetivo atender a filhos de presidiários e usuários de drogas da região.

2.4.2 Instituto Lenon, Casa da Criança e do Adolescente e Centro Medianeira - um pouco de história

Figura 3 - Logotipo Instituto Lenon



Fonte: website da organização²⁰.

Em uma casa residencial, funciona a organização não governamental de maior visibilidade nos meios de comunicação do município, o *Instituto Lenon Joel pela Paz*. Conhecido por representar uma história de superação, foi fundado em 08 de novembro de 2006, depois de uma tragédia que vitimou Lenon Joel Backes, 16 anos, filho único do casal Noli Backes e Senaile Backes. O jovem foi assassinado no dia 18 de setembro de 2006, em consequência de um assalto ao estabelecimento comercial da família, um minimercado, no bairro São Miguel. Assim, juntamente com membros da comunidade, o Instituto foi criado para transformar a realidade local. As atividades iniciaram na garagem da casa da família Backes e, em 2008, com um recurso do Orçamento Participativo, compraram o espaço onde hoje está sediado. No ano de 2009, com base nas referências encontradas em seus documentos oficiais, a organização começou a direcionar-se para um trabalho mais sistematizado, a partir da elaboração do Balanço Social que é apresentado a toda a comunidade e aos parceiros anualmente.

Na atuação direta com 230 crianças e adolescentes, o Instituto cumpre com sua missão de “Apoiar e desenvolver ações para a defesa, a elevação e a manutenção da cidadania e qualidade de vida do ser humano e do meio ambiente, através de atividades educativas, do esporte, da cultura e do lazer”.

Além das oficinas regulares e do contra turno integral, o Instituto organiza três grandes eventos envolvendo a comunidade: Passeio Ciclístico Ecológico, Sarau Cultural e o Encontro Leopoldense pela Paz.

O Instituto Lenon, desde o início de suas atividades, vem sendo reconhecido pelo seu empenho em promover a paz, bem como suas crianças e adolescentes têm sido reconhecidos

²⁰ <http://institutolenonjoel.webnode.com.br/>

pelas habilidades desenvolvidas. Assim, podemos citar: Selo Paulo Freire, Prêmio Paulo Freire Mestre Cidadão 1º lugar modalidade especial, Oscar da Competência 2008 e Prêmio Parceiros Voluntários.

Figura 4 - Logotipo Casa da Criança e do Adolescente



Fonte: Website da organização²¹.

A Casa da *Criança e do Adolescente* (CCA) é um dos programas do Círculo Operário Leopoldense (COL). Atende crianças e adolescentes com idades entre 06 e 15 anos em turno inverso ao escolar. A CCA atende 60 crianças e adolescentes, em situação de vulnerabilidade e risco social, que frequentam o espaço de segunda a quinta-feira, na qual recebem refeição completa. O programa executa atividades lúdicas, recreativas, esportivas e pedagógicas, é realizado também acompanhamento familiar. A proposta das atividades prevê a interação entre crianças, adolescentes e educadores, acreditando no desempenho da resolução de conflitos, por meio da convivência, aprendendo a respeitar e vivenciar novas experiências.

Os Círculos Operários, criados na década de 1930, por iniciativa da Igreja Católica, tinham como objetivo inicial dar assistência ao operário no início da industrialização no Brasil, mas, desde a década de 1980, atua na promoção do desenvolvimento humano, por meio da inserção na comunidade onde atuam e da proposição de políticas sociais. Hoje existem cerca de 140 Círculos Operários em todo o país e aproximadamente 45 no Rio Grande do Sul.

O Círculo Operário Leopoldense (COL) foi fundado em 29 de julho de 1935. Está associado à Federação dos Círculos Operários do RS (FCORS) e também tem atuação na Confederação Brasileira dos Trabalhadores Circulistas (CBTC). É uma associação sem fins econômicos que, baseada em princípios humanistas, atua em âmbito municipal e regional, na

²¹ <http://www.col.org.br/>

área da assistência social, com ações focadas para a população infanto-juvenil e suas famílias nas comunidades nas quais estão inseridas, além de grupos de mulheres.

A CCA foi fundada em 27 de junho de 1988 e está localizada no bairro São Miguel. O objetivo é contribuir com o processo político-pedagógico na autonomia do sujeito, buscando a garantia de direitos, participando e intervindo nas redes para o desenvolvimento local e a construção de Políticas Públicas. O programa se caracteriza como um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Figura 5 - Logotipo Centro Medianeira



Fonte: Website da organização²².

O *Centro Medianeira* chega aos 57 anos de história na cidade de São Leopoldo, atua na defesa e garantia de direitos de crianças e adolescentes, promovendo a educação e a cidadania através de seus projetos socioassistenciais. O Centro Medianeira é uma organização social, filantrópica, que nasceu em 1958. No início, o Medianeira funcionou como internato; depois, por mais de 20 anos, como semi-internato, no centro da cidade, onde até hoje funciona a sede administrativa da instituição. Em 1987, aconteceu um grande movimento de descentralização do trabalho para a periferia, pelas necessidades lá encontradas. Desde então, foram criados os Núcleos de trabalho, nas vilas Campina, Vicentina, Progresso e Parque do Trabalhador que, por muitos anos, atenderam as necessidades de centenas de famílias dessas comunidades, trabalhando pela vida e pela cidadania.

Na década de 1990, o Medianeira já era conhecido pelo trabalho descentralizado que fazia em outras comunidades do município. No ano de 1992, então, nascia o Núcleo da Vicentina. O trabalho começou com alfabetização, na sacristia da capela de madeira da comunidade. Depois, foi construído o salão comunitário, e, aos poucos, vieram as salas onde o núcleo funciona até hoje.

Com o passar do tempo, as atividades foram mudando, conforme as necessidades das crianças e adolescentes. A presença dos voluntários no início do trabalho foi fundamental, já

²² <http://www.centromedianeira.org.br/>

que eram os responsáveis por conseguir e preparar a alimentação diária dos alunos, conta a coordenadora. As atividades, primeiramente, eram desenvolvidas como reforço à escola formal, mais adiante, o trabalho de oficinas lúdico-pedagógicas no contraturno escolar, que se realizam hoje, atendendo os interesses dos grupos e as necessidades das famílias.

Em 2006, iniciou uma atenção especial às crianças em situação de trabalho infantil, que contempla um envolvimento bem maior com as famílias. Em 2001, foi inaugurado o Centro de Iniciação Profissional, local em que passaram a funcionar as oficinas de Marcenaria, Instalação Elétrica Predial e Corte e Costura.

A partir de 2002, foi feita uma reestruturação dos programas de atendimento da entidade, que passou a vigorar em 2003, com o objetivo de fortalecer o trabalho na periferia, aumentar as parcerias com as comunidades e reduzir custos.

No ano de 2012, altera novamente o seu atendimento, extinguindo os projetos de iniciação profissional e passa a atender somente no formato de oficinas sociopedagógicas, dentro do programa Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Entrelaçando ideias

As organizações não governamentais são palco de interesses diversos e disputa de projetos societários. É um terreno próprio para a construção de hegemonia. (NOGUEIRA, 2011). Este pressuposto está alinhado à ideologia do novo sistema capitalista, neoliberal, e, no Brasil, a história das práticas desenvolvidas por elas se inscreveram num modelo assistencialista e compensatório.

Dentro dessa perspectiva, não há como não buscar compreender a questão da intencionalidade com que se constrói e se desenvolvem as ações das ONGs. Causa-nos certa estranheza quando nos deparamos com a história dessas organizações, ao perceber que de fundo há uma distinção importante – nascem em perspectivas muito diferenciadas, ao centro proliferam objetivos bastante semelhantes e, à margem, executam ações quase que homogêneas. A perspectiva metodológica da observação participante será um importante instrumento para a aproximação com essas ONGs, a fim de compreender tais contradições.

3 MOVIMENTO METODOLÓGICO

Introdução

Neste terceiro capítulo, apresentamos o processo metodológico e como as ONGs se organizam e vão ocupando o seu lugar social, demonstrando como cada uma delas se insere e funciona na comunidade. O objetivo é *apresentar os princípios metodológicos adotados para esta tese e demonstrar como as organizações produzem a sua ação educativa*. Para isso, procura-se responder a seguinte questão: como as organizações sociais planejam e desenvolvem as suas ações educativas?

O movimento no campo empírico se deu a partir de cinco momentos distintos e complementares: 1) análise dos documentos oficiais; 2) observação das práticas desenvolvidas nas ONGs; 3) círculos de diálogos com educadores e equipes; 4) entrevista com as coordenações e, 5) entrevistas na comunidade. Trabalhamos com três subitens, conforme: 3.1 O processo metodológico - a convivência como princípio, situa a metodologia adotada, bem como os instrumentos, a coleta e o tratamento da análise; 3.2 O campo empírico e seus sujeitos apresenta o cotidiano das ONGs, caracterizando os seus sujeitos e, 3.3 Características e relações entre as ONGs, relaciona os objetivos, as atividades, os projetos, a sustentabilidade e as relações de parceria entre elas.

Finalizamos o capítulo, procurando demonstrar os primeiros passos no campo empírico. Percebemos que as ONGs se constituem como um lugar de produção de múltiplas experiências e práticas sociais e de representações que se acumulam, no âmbito de um trabalho coletivo de negociações, conflitos, dúvidas e instabilidades.

3.1 O PROCESSO METODOLÓGICO - A CONVIVÊNCIA COMO PRINCÍPIO

“O que nos une aqui?”

A pergunta feita calou o grupo. Por alguns segundos, todos se entreolharam, e o sentimento de desconfiança tomou conta do ambiente. De repente, alguém continua: por que fazemos esse trabalho? E, em um rápido ensaio, a mesma pessoa procura responder:

“Eu acho que é para contribuir para a sociedade com a formação de um sujeito mais crítico e para a defesa dos direitos desse sujeito também, mas eu não sei se todas as organizações têm essa consciência, também não sei se é isso que fazemos na prática”. (Coordenador 1).

A indagação veio logo nos primeiros passos dados no campo empírico, quando ainda estávamos definindo os caminhos metodológicos da pesquisa. Quando se busca analisar e aprofundar estudos sobre ONGs, nada mais necessário do que construir uma visão de totalidade por meio das diversas nuances desta temática. Quando em campo, buscamos entrelaçar estes aspectos da vivência com os diversos atores que se somam em busca de respostas ao problema apresentado e articulam variadas possibilidades, considerando sempre a dinamicidade e o potencial de mudança que este campo vivencia.

Foi então que decidimos apostar na convivência como princípio metodológico. Nossa aposta na ideia de que quanto mais aproximações e relações fossem estabelecidas no campo empírico, tanto mais reflexões poderiam surgir e direcionar o estudo.

A convivência como princípio metodológico, aqui, é compreendida a partir da referência de Brandão (1984, p. 12), quando ele diz que “[...] o primeiro fio de lógica do pesquisador deve ser não o seu [...] mas o da própria cultura que investiga”. Essa afirmativa guarda um elemento importante que a nós foi fundamental neste processo: compreender o processo desde o seu interior.

A experiência produzida a partir da minha convivência no campo de pesquisa constituiu a possibilidade de visualização da totalidade dos processos dentro das organizações, contemplando os olhares singulares das pessoas que por ali circulavam. Além, é claro, de poder contestar o que estávamos visualizando tanto nos documentos e entrevistas, quanto nos círculos de diálogos²³.

A observação participante complementa esse princípio metodológico pois, segundo Gil (2009), traduz a participação real do pesquisador na vida da comunidade, grupo ou situação determinada, assumindo, até certo ponto, o papel de membro do grupo, sendo essa técnica uma referência na aproximação ao conhecimento do cotidiano e da vida de um grupo.

Observar é descrever e situar os fatos únicos do cotidiano, construindo cadeias de significação. Tal modo de trabalhar supõe um investimento do observador na análise de seu próprio modo de olhar, entrelaçando as mais diferentes experiências proporcionadas no momento do trabalho de campo. Nessa perspectiva, Agrosino (2009) afirma que a confiabilidade da observação participante é uma questão de registro sistemático, podendo utilizar-se de diversas técnicas complementares, como a entrevista, as narrativas, as histórias de vida, as práticas interacionistas e a análise de documentos, confirmando, dessa forma, os dados obtidos pela observação.

²³ A descrição de cada um destes momentos da pesquisa ocorrerá a partir da página 43.

A estratégia metodológica da observação participante permite compreender o movimento dos atores dentro do próprio processo, suas relações, bem como suas interpretações a respeito do mundo onde estão inseridos e a forma como vão construindo o lugar social onde atuam.

A observação participante, desenvolvida pela antropologia, foi retomada pela educação popular (BRANDÃO, 2003) como ferramenta metodológica fundamentalmente participativa, que privilegia o contato direto, frequente e prolongado do investigador, com os atores sociais nos seus contextos culturais. (CORREIA, 2009). Segundo Brandão (2003, p. 293),

A observação participante, que obriga à partilha da vida do/com o outro [sic], e que nos envolve e faz se completarem estratégias (ou técnicas, se quiserem) de coleta de dados, como registro etnográfico em diários de campo, a entrevista, a história de vida, a exegese do visto e do ouvido [...].

De acordo com Clifford Geertz (2002), a observação participante tem muitas características do método etnográfico. Os estudos etnográficos caracterizam-se, primeiramente, pelo envolvimento do pesquisador no ambiente natural da pesquisa, exigindo uma observação e uma interpretação holística dos dados coletados, ou seja, no âmbito da totalidade das ações humanas.

Na sua origem, o objetivo principal da pesquisa etnográfica é favorecer o compartilhamento de experiências entre os sujeitos, estudando-os da forma mais natural possível, a fim de compreender melhor como as pessoas viviam e davam sentido ao seu mundo. É uma atividade prática que requer um conhecimento sobre o contexto, mas não é simplesmente seguir regras metodológicas, pois muitas vezes as hipóteses e as perguntas podem emergir no momento da pesquisa de campo, na interação do pesquisador com os participantes da pesquisa.

Observar, conversar, olhar, reparar, aprender e conviver são ações estimuladas por esta metodologia, que encontra na perspectiva da participação elementos para a compreensão de aspectos que, muitas vezes, não estão expressos a olho nu. Segundo Bastos (2010, p. 316),

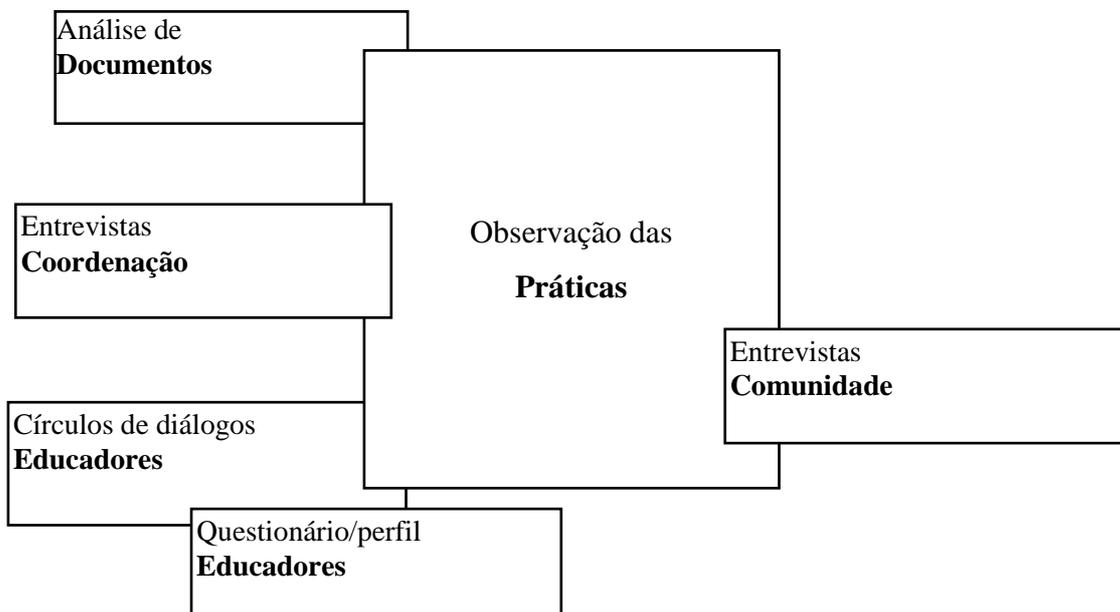
Essa participação, além de não prejudicar a objetividade da investigação, potencializa que os achados da mesma sejam incorporados como objetos educacionais dos envolvidos. Nesse processo investigativo, o investigador verifica indicadores empíricos dos núcleos centrais de contradições, relacionadas com a transformação dos modos de perceber a realidade, pois, quanto mais pedagógica se fizer, mais crítica será para os envolvidos.

No contexto da presente pesquisa, a participação proposta está vinculada à ideia de aproximação e integração, conforme preconizado por Alves-Mazzotti (1999) e Triviños (1987), que defendem que a observação participante vá além do movimento de observar. Segundo os autores, o processo de pesquisa que envolve a observação participante prevê três etapas: aproximação com a instituição e o estabelecimento de vínculos; realização da observação no contexto dos sujeitos para a coleta de dados; registro posterior aos acontecimentos ocorridos durante a observação, como comportamentos, ações e diálogos observados.

3.1.1 Instrumentos, Coleta e Análise dos Dados

Os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa, descritos no quadro abaixo, foram utilizados de forma padrão nas três organizações sociais. O registro ocorreu por meio do diário de campo e gravações de áudio.

Quadro 1 - Mapa geral dos precedimentos metodológicos



Fonte: Desenvolvido pela autora.

A aproximação inicial implicou a apresentação da proposta de pesquisa na Casa da Criança e do Adolescente e no Instituto Lenon, propondo o período de 2012 a 2014 para o desenvolvimento da pesquisa dentro das ONGs. No Centro Medianeira²⁴, o período foi um pouco menor, contemplando 2013 e 2014 para o desenvolvimento do trabalho de campo.

A inserção no campo da pesquisa ocorreu de forma diferenciada em cada organização. Com a proposta metodológica pautada na conviência, se fez necessário partilhar o maior tempo possível em cada ONG. Foi necessário negociar esta inserção de modo que a figura da pesquisadora fosse integrada nas equipes de forma mais natural possível. O fato da pesquisadora já ter uma inserção no campo social facilitou esse processo, pois em todas as ONGs havia algum membro que a conhecia, o que facilitou o acesso e a aceitação da pesquisa junto ao grupo.

A receptividade foi um ponto fundamental, pois logo me vi integrada e com livre acesso às organizações. Após a aprovação da pesquisa, o segundo passo foi apresentar a proposta para todos os membros das equipes. Isso ocorreu em um momento de reunião geral, com tempo suficiente para que todos pudessem fazer questões e tirar dúvidas²⁵. A acolhida e o interesse pela pesquisa foram definitivos para a continuidade.

A logística adotada para o acompanhamento das atividades foi estabelecida a partir do calendário individual de cada organização. No entanto, foi necessário determinar uma periodicidade padrão, de modo que fosse possível desenvolver a metodologia adequadamente.

As primeiras visitas tinham como objetivo analisar os documentos, o que representava ter de ficar horas acomodada em um ambiente mais restrito. No entanto, fui intercalando momentos de “intervalo” para circular pela organização e ir me aproximando dos educadores e reconhecendo os educandos. Esse processo ocorreu de julho a dezembro de 2012. A intenção era iniciar com a observação participante no início de 2013, mas aproveitei o período de 2012 para participar de eventos, encontros, passeios e tudo mais que cada uma das organizações proporcionava²⁶. Isso foi fundamental para construir uma relação de reconhecimento e confiança com todos.

Iniciei o mapeamento histórico de cada organização com uma etapa de análise dos documentos disponíveis, a fim de reconhecer sua origem, compreender a dinâmica

²⁴ Como já mencionado, o Centro Medianeira entrou na pesquisa no ano de 2013.

²⁵ Também realizei neste momento a explicação de todo o processo de registro da pesquisa, solicitando a autorização por escrito de cada integrante das três ONGs para as devidas gravações de áudio (vide modelo do termo de consentimento e livre esclarecimento em anexo). Também foi distribuído um questionário com questões referentes ao perfil de cada um, para ser devolvido posteriormente. O modelo do questionário encontra-se em anexo.

²⁶ No Centro Medianeira, o cronograma foi administrado de maneira diferente. A análise dos documentos e a observação participante iniciaram ao mesmo tempo.

operacional e confirmar os objetivos com os quais propõem suas práticas. Esse movimento permitiu visualizar a narrativa escrita a respeito de seu próprio trabalho. Constituíram material de consulta os projetos político-pedagógicos, os regimentos, os estatutos, os relatórios, as atas, as sistematizações, as clipagens, os vídeos institucionais e os projetos de captação de recursos.

Compreendo que o reconhecimento do contexto em que tais organizações foram fundadas, assim como o mapeamento do desenvolvimento de seus objetivos e ações, é fundamental para confrontar com o que se tem feito no momento presente. Os objetivos, os meios e os fins podem revelar contradições ou mesmo apropriações nunca antes percebidas por seus atores.

Considerando também a importância de realizar o reconhecimento da comunidade local, aproveitei os conteúdos desses documentos que relatam a realidade e justificam seus objetivos para iniciar o mapeamento das principais características desse lugar. Por não ser suficiente, passei a realizar interlocuções tanto com as crianças e adolescentes atendidas nas organizações, quanto com membros da comunidade em geral. Esse movimento de interação com a comunidade ocorreu a partir do acompanhamento de visitas domiciliares realizadas pelas equipes técnicas e entrevistas com pessoas referência, indicadas para a coleta de informações. Essa decisão implicou em longas caminhadas pela comunidade e horas de conversa com diferentes pessoas. Fonseca (1999) afirma que um relato etnográfico é indispensável para situar os sujeitos no contexto histórico e social em que se encontram num movimento de interpretação que vai do particular ao geral.

Como complemento, foram consultados a redação das políticas e programas municipais e os relatórios disponibilizados por instâncias do Poder Público no ano de 2012, como a Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, o Gabinete do prefeito, a Secretaria Municipal de Segurança Pública e o Conselho Tutelar.

O trabalho de campo contribuiu para se perceber as diferentes relações que são estabelecidas - educadores x educadores, educadores x coordenações, educadores e técnicos, educadores x educandos, educadores x comunidade (famílias) e vice versa. Por isso, realizar um trabalho de campo para acompanhar e observar tais interações e relações demonstrou ser uma escolha apropriada para alcançar o objetivo deste estudo.

Em 2013, iniciei com a observação participante que teve como finalidade articular os escritos dos documentos oficiais, as práticas propriamente ditas e as falas coletadas durante os círculos de diálogos que serão descritos em breve. Essa articulação é destacada por Fonseca (1999, p. 64),

Ao cruzar dados, comparar diferentes tipos de discurso, confrontar falas de diferentes sujeitos sobre a mesma realidade, constrói-se a tessitura da vida social em que todo valor, emoção ou atitude está inscrita. Sem estes recursos, é fácil o neófito descambar para uma visão simplificada das realidades em que, por exemplo, o informante é visto como sendo ‘falso’ ou ‘verdadeiro’. Quando existe uma empatia entre os dois, o pesquisador chega a quase entregar ao seu interlocutor a tarefa analítica. Transcreve as palavras deste como sendo a versão definitiva da realidade.

Conforme Bodkan e Biklen (1994, p. 16), na observação participante, “o investigador introduz-se no mundo das pessoas que pretende estudar, tenta conhecê-las, dar-se a conhecer e ganhar a sua confiança, elaborando um registro escrito e sistemático de tudo aquilo que ouve e observa”. Foi importante ter presente que “a realidade é sempre parcialmente observada pelo pesquisador e que a diversificação dos meios de observação pode ampliar a compreensão do problema na sua teia de relações/interações”. (ADAMS, 2007, p. 56).

No que se refere aos registros da pesquisa, por vezes me vi refletindo sobre as limitações em conseguir registrar tudo o que desejava. Como já referido, utilizei o diário de campo e o gravador, mas muitas vezes a dinâmica do momento me distanciava deste compromisso e, mesmo quando eu tentava resgatar o que foi vivido, o sentimento era de que eu não conseguiria transpor no papel a intensidade dos detalhes. Nesse caso, o gravador me parecia o dispositivo mais adequado, afinal, era só ligar e deixar gravar. Mas, da mesma forma, encontrei dificuldades, pois a expressão corporal e a disposição do espaço não conseguiam ser captados por este que é um instrumento tão comum no mundo da pesquisa acadêmica. Ainda assim, o gravador foi meu companheiro inseparável, sendo utilizado de maneira discreta para não constranger a naturalidade do momento.

O diário de campo foi um companheiro sempre presente. Para os momentos em que eu sabia que a memória não seria suficiente, para recordar momentos vividos, questões que se colocavam como novas, dados, referências, falas, dicas e outras tantas informações que pudessem ser importantes, especialmente no final do trabalho de campo. De fato, neste momento de sistematização da pesquisa, esse foi o instrumento-chave que me ajudou a confirmar muitas informações que foram sendo tramadas com os outros instrumentos da pesquisa.

Durante o período em que eu estava realizando a observação participante, fui agendando com as coordenações os momentos para os círculos de diálogos, que ficaram concentrados em apenas dois²⁷ em cada uma das ONGs. Essa estratégia tinha como objetivo

²⁷ No projeto de tese, estava prevista a realização de quatro círculos de diálogos, pois incluía, além de dois em cada uma das organizações, um com a comunidade e outro entre comunidade e equipes. No entanto, essa previsão se alterou devido ao desenho final da metodologia. O círculo de diálogo com a comunidade foi

colaborar para o aprofundamento do que vem sendo observado e registrado nos diferentes momentos da observação participante e o desencadeamento de considerações coletivas acerca do que foi encontrado nos documentos oficiais das organizações como pretensões das mesmas. Privilegiando a escuta pedagógica, este foi um momento importante de confronto e construção de consensos e sobre pautas da própria prática. Além de ser um recurso de reflexão, os círculos também se constituíram em um momento de validação daquilo que eu vinha construindo como argumentação para a pesquisa.

Com objetivos distintos, mas complementares, os dois círculos de diálogos pretendiam, num primeiro momento, direcionar as reflexões a olhar para dentro das organizações e, num segundo momento, olhar para fora. A dinâmica do círculo de diálogo previa a construção de um cartaz, que foi utilizado nos dois encontros. Cada encontro teve duração de duas a três horas de trabalho. A minha função nos círculos de diálogos era de mediar a discussão com questões previstas no planejamento de cada encontro. Procurei promover o diálogo com poucas manifestações da minha opinião a respeito do assunto em pauta, pois a minha função era a de problematizar e estimular os membros do grupo a reagir, a falar o que pensavam e sentiam, concordando ou discordando.

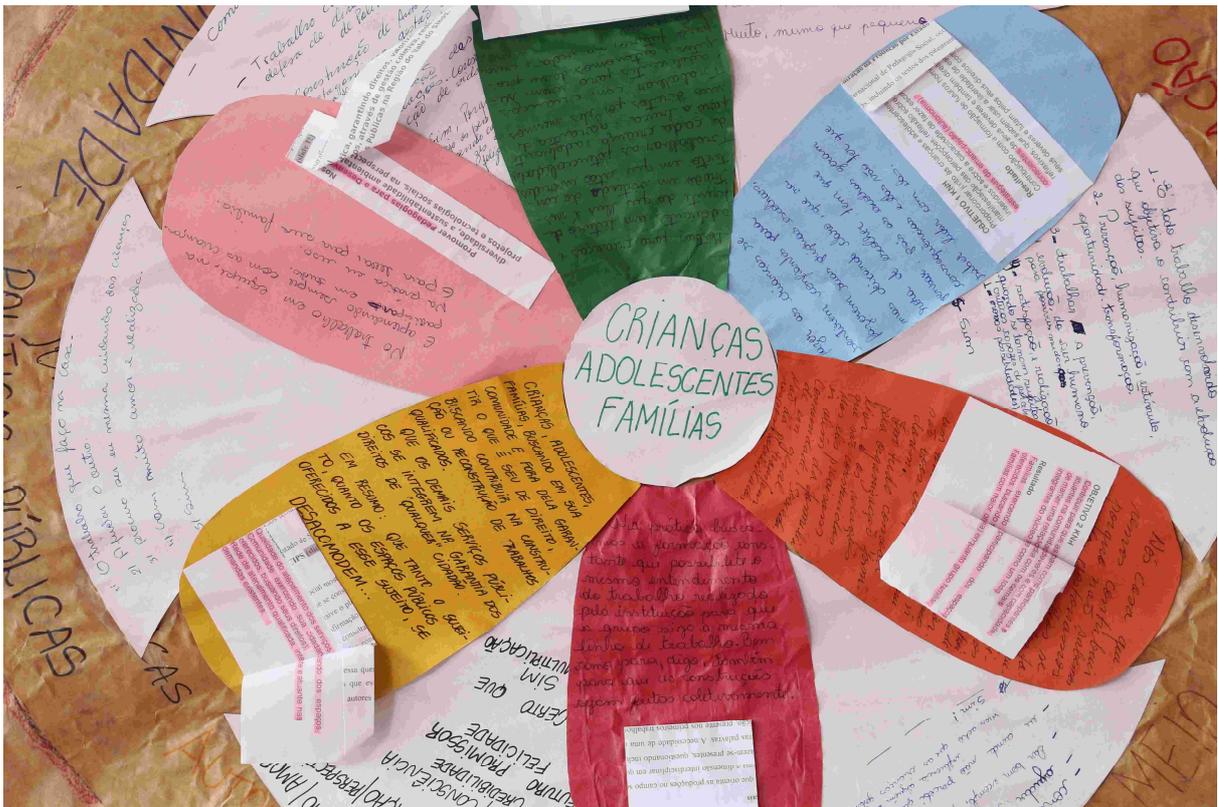
No primeiro círculo, a discussão foi pautada por quatro momentos pontuais: 1 - Definição do que estava no centro do trabalho da ONG; 2 - Definição do que estava na margem, ou seja, aquilo que eles consideravam que seriam as consequências do trabalho desenvolvido; 3 - Definição do que representava aquele trabalho, de maneira específica e ampla ao mesmo tempo; 4 - Análise dos objetivos da ONG. Para finalizar esse momento, foi realizado um jogo de pergunta e resposta (registrada em papel, individualmente) com quatro questões: 1 - O que é o campo social?; 2 - O que é o trabalho social?; 3 - Qual o papel do trabalho que você desenvolve na organização? e, 4 - Como você percebe o resultado do seu trabalho?.

No segundo círculo, a tarefa estava dividida em dois momentos: 1 - realização de um mapeamento da comunidade em que se encontra a ONG; 2 - reflexão a respeito das práticas desenvolvidas na ONG com o que é percebido na comunidade. Divididos em quatro grupos, o primeiro momento exigiu de cada grupo a definição de um tema (escola, lazer, cultura, geografia, violência, entre outros) de livre escolha para, através deles, olhar a comunidade, representando a reflexão feita a partir de recortes de jornais e revistas. Após a apresentação de cada grupo, sugeri algumas questões para melhor compreender o que vinha sendo

substituído por entrevistas, e o círculo entre comunidade e equipes ficou inviável, devido à logística necessária, as agendas das ONGs e o tempo hábil para o trabalho de campo.

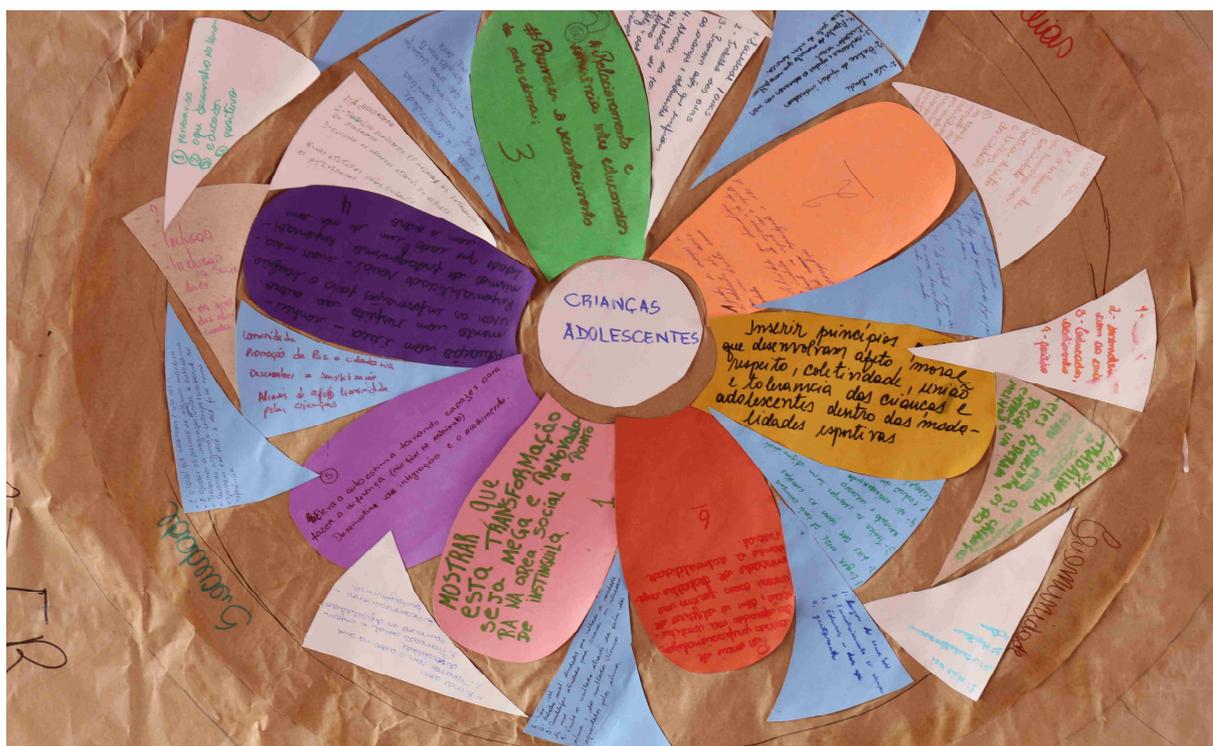
apresentado: Por que essa comunidade tem essas características? O que sabemos sobre a sua história? Na opinião de vocês, quais são os principais problemas que ela enfrenta? Quais são as principais características dessas famílias? Vocês conseguem dizer quais são os principais problemas dessas famílias? Que ações, de maneira geral, vocês acham que seriam necessárias para contribuir de fato com a resolução dos problemas da comunidade? O objetivo da ONG está focando algum desses aspectos ou problemas?

Figura 6 - Registro Círculo de Diálogos Casa da Criança e dos Adolescente



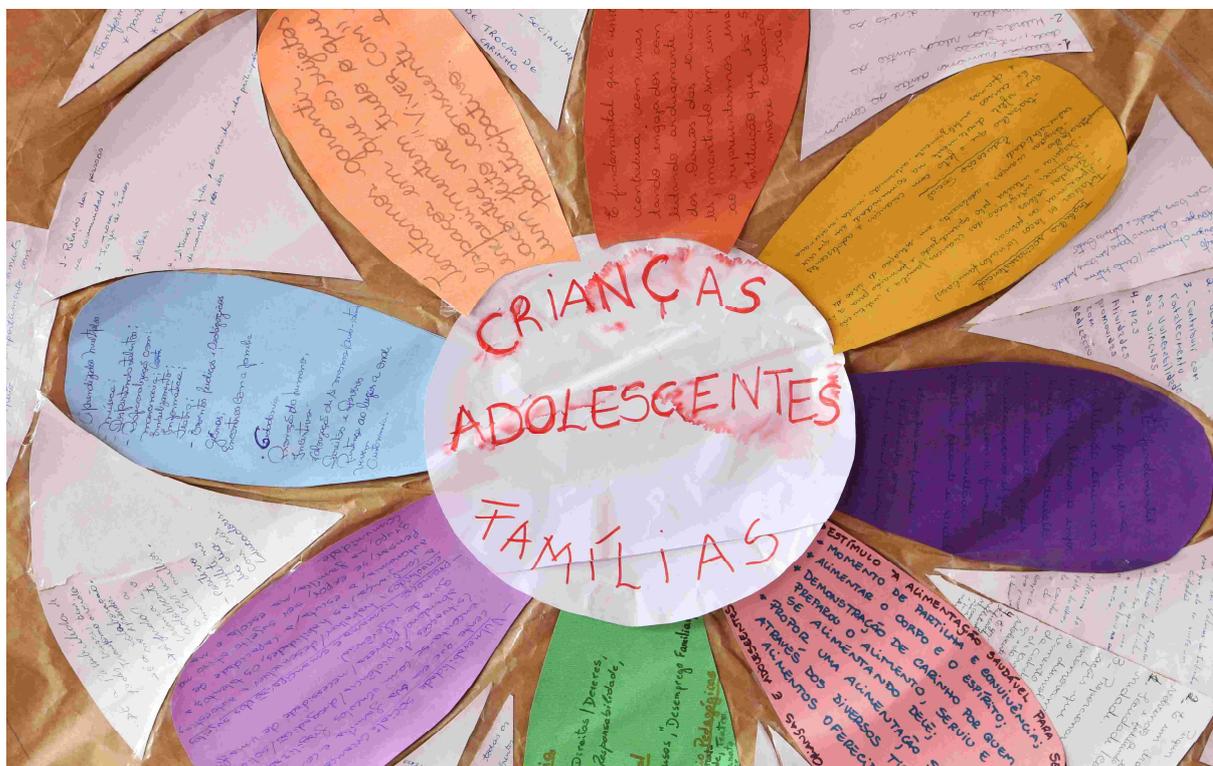
Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 7 - Registro Círculo de Diálogos Instituto Lenon



Fonte: arquivo pessoal.

Figura 8 - Registro Círculo de Diálogos Centro Medianeira



Fonte: arquivo pessoal.

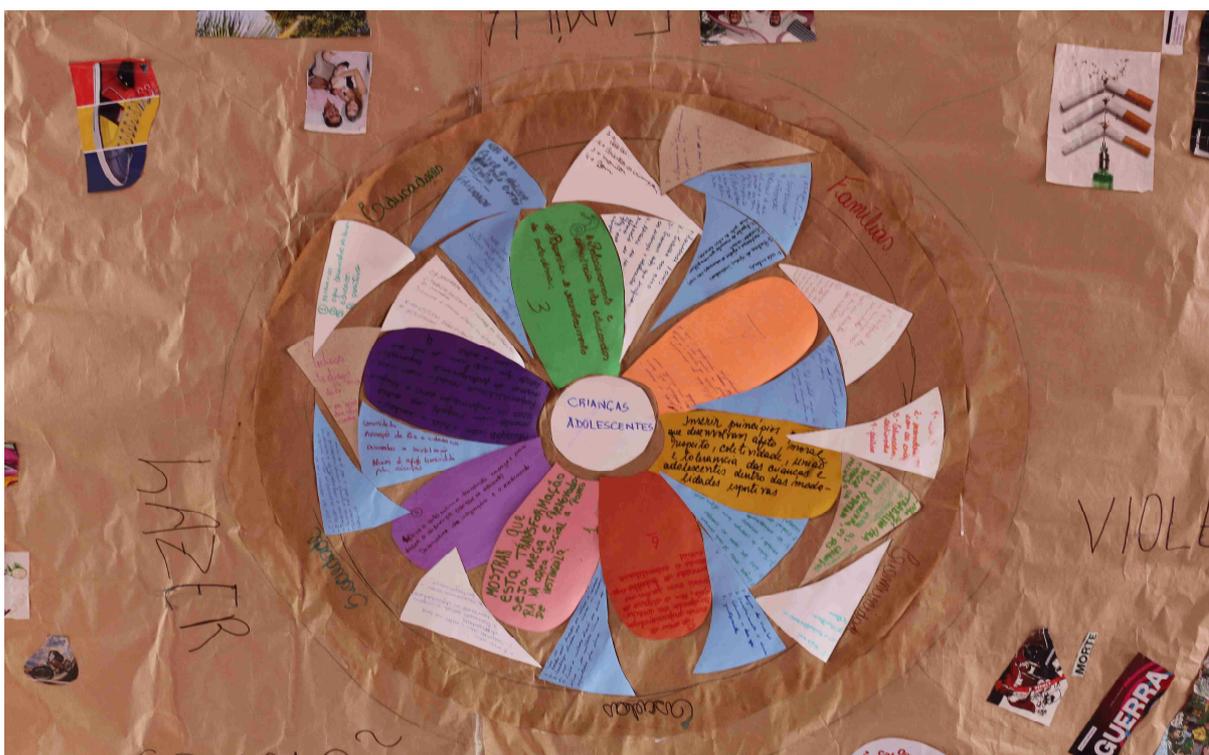
No segundo momento, a ideia era promover um olhar a respeito das práticas. Cada grupo precisava definir práticas que foram desenvolvidas por eles e que julgassem interessantes trazer como exemplo. A discussão teve como pauta as seguintes questões: Conte-me um pouco sobre essas práticas? Como elas são planejadas? Quem participa desse planejamento? Como são desenvolvidas? Por que essas práticas e não outras? Qual é o objetivo específico de cada uma delas? O que se espera alcançar com elas? Como são percebidos os resultados de cada uma dessas práticas? De que forma elas se relacionam com os problemas destacadas por vocês quando o assunto era a comunidade?

Figura 9 - Registro Círculo de Diálogos Casa da Criança e do Adolescente 2



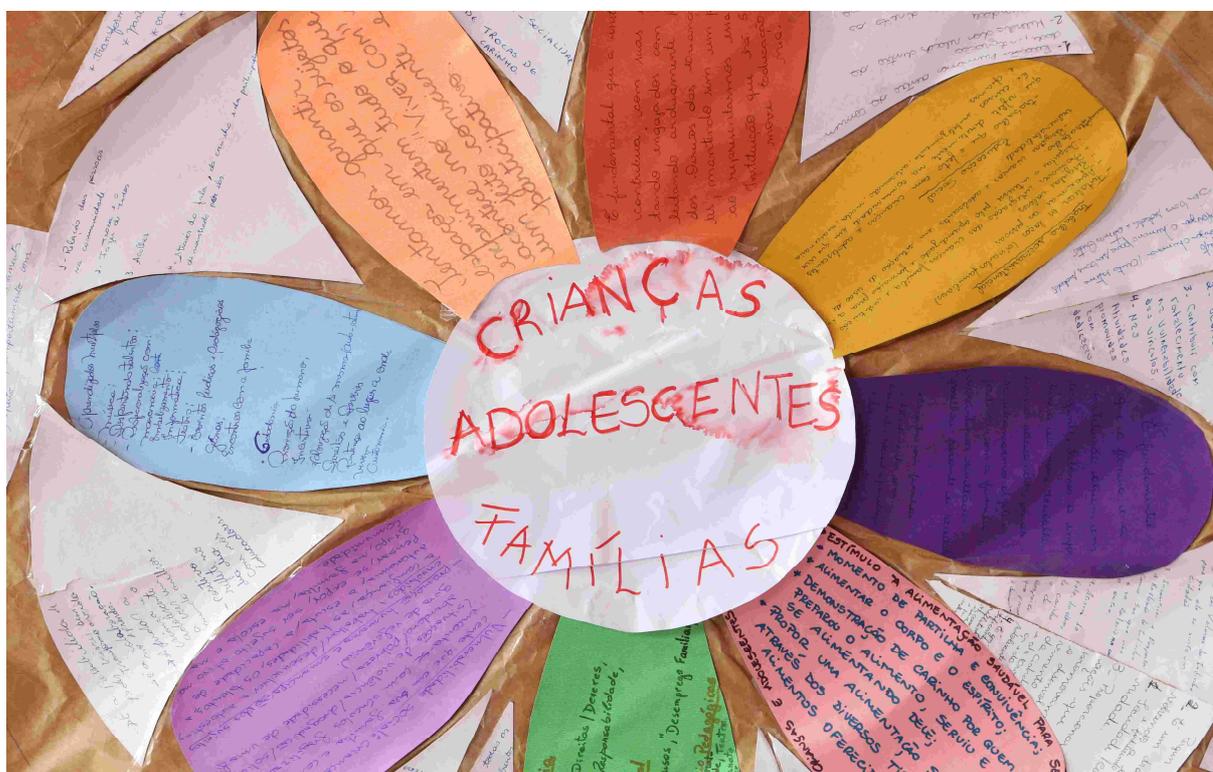
Fonte: arquivo pessoal.

Figura 10 - Registro Círculo de Diálogos Instituto Lenon 2



Fonte: arquivo pessoal.

Figura 11 - Registro Círculo de Diálogos Centro Medianeira 2



Fonte: arquivo pessoal.

Os círculos de diálogos foram muito valorizados pelas equipes, sendo considerado como um momento de formação. “Pra mim, este momento deveria entrar no nosso cronograma como formação. Eu não sei se vocês se deram conta, mas a gente avançou muito em discussões que estavam emperradas no nosso PPP”, indicou uma educadora. “Isso aqui vai se manter, eu não sei se a Karine vai ficar com a gente eternamente, mas esse momento a gente vai copiar de ti”, referiu a coordenadora de outra ONG.

Dos círculos de diálogos surgiu a ideia, no Instituto Lenon, de criar um curso para educadores sociais aberto aos educadores de todo o município. Contribuí com a proposição das disciplinas e conteúdos e no alinhavo das parcerias, além de acompanhar todos os encontros. O curso se efetivou como extensão universitária, certificada pela Faculdades EST e patrocinada pelo próprio Instituto Lenon que captou recursos com apoiadores para o pagamento dos assessores e impressão dos certificados, sendo ofertado de forma gratuita aos interessados. Foram 30hs/ aula, com encontros quinzenais, ocorridos de maio a julho de 2013. A adesão ao curso foi bastante grande, contando com mais de trinta inscritos de diferentes regiões da cidade e três de uma cidade vizinha. Como desdobramento a essa iniciativa, no ano de 2015, o Instituto Lenon vai oferecer um curso para a formação inicial de educadores sociais.

Na continuidade do trabalho de campo, fez-se necessário realizar entrevistas com as coordenadoras das ONGs, com o objetivo de captar as aproximações e distanciamentos entre estas e as falas das equipes. Assim, foram elaboradas 13 perguntas, divididas em três partes²⁸. A entrevista, realizada em forma de diálogo, explorou a elaboração dos objetivos da ONG, proposição das atividades, relação com a comunidade, resultados, entre outros.

Por último, quando havia encerrado a observação participante, me lancei à empreitada de percorrer a comunidade visitando as famílias cujos filhos participavam das atividades nas ONGs. A cada uma das ONGs, foi solicitado uma listagem de famílias, escolhida por eles próprios, seguindo dois critérios: 1 - famílias cuja participação fosse mais ativa; 2 - famílias cuja participação não ocorria. Do total de famílias atendidas pelas ONGs, defini que 30% de cada uma seria um número adequado, considerando que: a Casa da Criança e do Adolescente atende 30 famílias; o Centro Medianeira atende 30 famílias, e o Instituto Lenon, 120 famílias.

Esta etapa da pesquisa exigiu uma logística bem organizada, de modo a conseguir aproveitar ao máximo as idas a campo. Após receber cada uma das listagens, passei a

²⁸ O repertório completo de perguntas encontra-se em anexo.

identificar no mapa da região o endereço de cada família. Deparei-me com a dificuldade em identificar muitas ruas, conhecidas por becos. Foi então que lancei mão de conhecidos na comunidade, que me ajudaram a identificar onde se localizava boa parte dos endereços. Mapeamento concluído, dividi a comunidade em partes e passei a fazer contato telefônico com cada família para agendar as entrevistas. Foram necessárias muitas tardes²⁹ para conseguir alcançar o número de trinta entrevistas. Do total de 54 famílias que estavam previstas para entrevistar, consegui alcançar apenas 30, pois muitos contatos ficaram inviabilizados devido à dificuldade de contato telefônico e disponibilidade para me receber.

Na medida em que o estudo de campo foi sendo desenvolvido, as transcrições dos áudios foram sendo realizadas e tabelas de informações de cada organização foram criadas. Esse material constituiu um banco de dados com mais de 250 páginas de transcrição e 30 páginas de tabelas. Constituiu-se como material de análise, além dos documentos já referidos das organizações, as fichas de identificação, também já mencionadas, os cartazes construídos nos círculos de diálogos e o diário de campo. Esses materiais foram “manipulados” para fornecer respostas às questões de pesquisa, desde a ótica da abordagem teórica já explicitada e sob o foco da questão orientadora.

Após a qualificação do projeto de tese, ocorreu o estágio sanduíche de seis meses em Barcelona/ES. O momento do referido estágio foi importante para o aprofundamento do recorte teórico. Foi quando, também, retomamos cada uma das sugestões da banca de qualificação, procurando atender a cada uma delas. O estágio sanduíche foi realizado na Universidade Autônoma de Barcelona sob a coorientação do prod Dr. Xavier Úcar e foi financiado com bolsa da CAPES.

Os seis meses de estudo proporcionaram um afastamento do campo empírico, o que favoreceu a construção de algumas sínteses a respeito do que vínhamos observando. Foi quando também, redefinimos o retorno ao campo com a foco naquilo que estava nos faltando, como, por exemplo, as entrevistas com as gestoras das ONGs. A orientação do professor estrangeiro foi fundamental para a construção de um olhar mais crítico a respeito do projeto de tese, no sentido de focalização do objeto de pesquisa, proporcionando uma reestruturação dos objetivos e questões.

No retorno, o trabalho de campo seguiu com seu cronograma, finalizando com as entrevistas na comunidade. O tratamento ao material coletado correspondeu a organização do material, procurando responder a cada um dos indicadores definidos na Figura 1. Na análise

²⁹ O turno da tarde foi definido por mim como o mais adequado para circular na comunidade. As caminhadas iniciavam logo após o horário do almoço e se estendiam até no máximo às 18h.

do material optamos por não dividir as respostas das ONGs, e as considerações presentes nesta tese foram apontadas a partir da frequência com que foram aparecendo.

3.2 O CAMPO EMPÍRICO E SEUS SUJEITOS

“Cada dia é um dia”, me confidencia uma educadora diante de uma situação na qual todos ficamos perplexos. A situação propriamente dita não vem ao caso, mas a frase resume bem o que foi a minha convivência nas três ONGs. Com mais experiência ou com menos, o fato é que a intensidade é o cotidiano dessas ONGs. Participar deste cotidiano possibilitou a vivência de situações únicas e inusitadas.

De uma maneira geral, as três ONGs participantes deste estudo realizam o atendimento a crianças e adolescentes no contraturno escolar, atendimento este complementar à escola regular. Nessas organizações, predominam as atividades esportivas, culturais e artísticas. Essa forma de atendimento refere-se ao Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) no que diz respeito ao apoio sócio-educativo em meio aberto (ECA, artigo 90, inciso II) e na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais³⁰, que descreve o Programa de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, principal suleador das práticas desenvolvidas pelas ONGs.

De maneira particular, realizaremos uma descrição dos aspectos gerais da rotina em cada uma das três organizações³¹, pontuando dados observados e dialogados durante o estudo de campo.

3.2.1 O Cotidiano das ONGs

No *Instituto Lenon*, foi possível perceber um desejo bastante grande de colocar a instituição no quadro das melhores organizações do Rio Grande do Sul. Essa previsão é colocada pela coordenadora de projetos, que diz empenhar esforços para que a ONG ganhe o segundo título de ISO 9000 dado a uma organização social do estado. “Queremos ser a segunda ONG a ganhar este título, estamos nos esforçando para isso”, afirma a coordenadora. Participantes de um programa que visa implementar um sistema de gestão em organizações

³⁰ A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais rege sob os níveis de complexidade do SUAS (Sistema Único da Assistência Social), dividindo-os em: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade (BRASIL, 2009, p. 06).

³¹ Dados coletados na observação participante no ano de 2013. Em anos anteriores e no ano seguinte, muitas dessas dinâmicas, projetos e metodologias poderiam ser diferentes, considerando a dinamicidade em que essas ONGs se desenvolvem.

sociais desenvolvido pela AES Sul, cuja atuação está atrelada aos parâmetros do Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade (PGPQ), participa de capacitações quinzenais, administrada pela empresa, com o objetivo de sular as ações da organização como um todo nos princípios da gestão empresarial. O sistema de gestão permitirá, segundo a coordenadora, concorrer ao selo do ISO. “O nosso foco em 2012 foi a busca pelo aperfeiçoamento institucional, perseguindo a ISO 9000”, comenta a coordenadora de projetos. O interesse em receber esse título está na possibilidade de dar visibilidade e credibilidade aos agentes financiadores. Enquanto organização social, a sua sustentação ocorre mediante a participação de editais de seleção de projetos, parcerias com empresas privadas e subvenção³² da prefeitura municipal, vinculada ao projeto Fortalecimento de Vínculos.

A organização recebe pela terceira vez recursos do Programa Criança Esperança da UNICEF. No ano de 2012, foi aprovado um projeto de dois milhões de reais pela Petrobrás para o período de 2 anos de atividades, com possibilidade de renovação, e concorre ao selo ABRINQ, que credencia organizações cujo trabalho se destaca. “Somos uma organização do Terceiro Setor, e a nossa credibilidade se confirma pela expressão desses três grandes projetos que nos acompanham”, refere a coordenadora de projetos.

Como forma de manutenção e sustentabilidade da organização, o Instituto lançou no ano de 2013 a marca Lenon. Essa iniciativa teve apoio de empresários da região, que têm realizado investimentos para fortalecer a marca, de modo que a organização, ao longo de sua trajetória, possa ser autossustentável.

À frente da organização, estão duas coordenadoras. Uma com formação em Teologia, responsável pela captação de recursos, que iniciou as suas atividades na organização no ano de 2008 como apoio administrativo; e outra, com Ensino Médio completo, que se responsabiliza pelo financeiro. Esta última é membro-fundadora do Instituto. Ambas moram na comunidade e estão à frente da organização desde o ano de 2010. Além disso, conta com o apoio técnico de uma assistente social, uma pedagoga e uma psicóloga.

Com a implementação do projeto da Petrobrás Esporte e Cidadania, a organização teve que ampliar o seu quadro de profissionais, que antes contava majoritariamente com profissionais voluntários. Cerca de 20 novos profissionais foram contratados, e passou de 230 atendimentos para 400, ocorrido no ano de 2013. Além disso, ampliou a sua abrangência territorial. Essa ampliação culminou com uma reforma na ONG, que encontra em seu espaço

³² Subvenção Social é uma modalidade de transferência de recursos financeiros públicos, para instituições privadas e públicas, de caráter assistencial, sem fins lucrativos, com o objetivo de cobrir despesas de custeio com a execução de projetos governamentais.

físico muitas limitações. Além disso, negociou com o governo municipal a administração de um espaço esportivo que estava ocioso e passou a ministrar as suas atividades do projeto da Petrobrás neste local.

A ampliação no quadro de colaboradores e atendimentos trouxe consigo muitas questões que antes não estavam presentes no cotidiano, especialmente pela alta movimentação de pessoas na ONG. Aos poucos, mais profissionais foram contratados para suprir a demanda dos projetos. Além disso, o projeto da Petrobrás exigiu que as atividades fossem realizadas fora do espaço da organização, o que contribuiu ainda mais para que a movimentação fosse intensificada. As atividades propostas pelo projeto incluem natação, canoagem, tênis, patinação e outros, que precisam ser desempenhadas em espaços específicos para tal. Assim, dois ônibus por turno saem da organização, lotados de crianças, adolescentes, educadores e monitores rumo a esses espaços, que se localizam do outro lado da cidade.

Psicóloga, pedagoga e assistente social foram contratadas em tempo integral e fazem o que elas chamam de “meio de campo”, um trabalho em construção que pretende qualificar o atendimento desenvolvido pelos educadores. “Encontramos uma realidade muito dura, crianças e adolescentes vivendo em condições sub-humanas, sendo exploradas por seus responsáveis, passando fome, não tendo muitas vezes espaço para dormir e roupas para vestir”, diz a assistente social. A realidade da comunidade local tem sido revelada aos poucos aos educadores. Muitos dizem que nunca tinham ouvido falar em tamanho descaso e pobreza na cidade. Em geral, os integrantes da equipe têm pouca experiência no campo social.

Administrar esse intenso movimento não tem sido uma tarefa fácil para ambas as coordenadoras que dedicam tempo integral à organização. “Eu estou aqui porque acredito nessa proposta e faço disso a minha vida”, diz a coordenadora administrativa.

Na rotina semanal, estão previstas diferentes reuniões com os educadores e a equipe técnica, incluindo momentos de formação e atendimento individual com a psicóloga. Tais estratégias têm se mostrado fundamentais na administração das atividades como um todo. O tempo parece curto para acomodar as novas questões que chegam todos os dias. Com a implantação do projeto da Petrobrás e a contratação dos novos profissionais, a ONG vive um momento de adaptação.

Acompanhei de perto o início das atividades no ano de 2013, que teve como ponto de partida uma semana inteira dedicada à formação dos educadores e à apropriação dos documentos de cada projeto por parte de cada novo integrante da ONG. Após a qualificação da equipe, o atendimento às crianças e adolescentes iniciou com a organização das turmas. Administrar os novos integrantes da ONG era o primeiro desafio. A movimentação de ônibus

com saída e retorno dos espaços onde ocorrem as oficinas de tênis, natação, canoagem, patinação, vôlei e futebol mexeu inclusive com a comunidade. O clima de agitação foi o principal entrave encontrado pela equipe, pois era necessário criar uma rotina na qual a saída e chegada dos ônibus se tornasse lugar comum no cotidiano. Isso implicou em várias dificuldades na relação educador e educando, exigindo da pedagoga e da psicóloga muita atenção. Essa situação tornou-se tema de muitas reuniões. Identificou-se que a pouca experiência dos educadores dificultava a relação de autoridade com os educandos. Aos poucos, equipe de gestão e educadores chegaram à conclusão de que era necessário investimento em uma formação permanente.

O segundo desafio colocado à equipe foi o reconhecimento das vulnerabilidades que as crianças e adolescentes atendidas na ONG vivenciam no seu cotidiano familiar. Com a contratação da assistente social, o trabalho de acompanhamento familiar teve início com as visitas domiciliares, especialmente, àqueles que demonstravam maior dificuldade de adaptação às atividades do Instituto. Esse movimento revelou uma realidade ainda mais difícil e cruel do que a equipe suspeitava. Em reunião para discussão das visitas realizadas pela assistente social, a coordenadora de projetos diz: “o objetivo do Instituto não é resolver o problema da família, mas garantir os direitos das crianças e adolescentes que atendemos”.

Na *Casa da Criança e do Adolescente*, a realidade é outra. A experiência de quase 25 anos na mesma comunidade permite que o ritmo possa ser mais pausado, refletido e direcionado. Possui um trabalho reconhecido por atender os filhos daqueles que um dia foram os adolescentes da Casa. Em conversa com a coordenadora da organização, ficou evidente uma preocupação com a qualidade pedagógica: “Nosso trabalho está ancorado em três pilares: na educação popular, na pedagogia de projetos e nos princípios educativos da Escola da Ponte”. Na sua opinião, é preciso que “as práticas educativas dos programas e projetos estejam impregnados de conhecimentos e ensinamentos”, por isso adotaram, desde o ano de 2011, a sistematização de experiências como ferramenta de trabalho.

Em entrevista, a coordenadora resume com suas palavras o objetivo da ONG, dizendo que “o nosso objetivo é que o sujeito possa fazer suas escolhas, sabendo que escolha ele vai fazer para ele poder ser mais feliz. É de um modo geral é isso, que o cidadão possa fazer suas escolhas e exercite com cidadania e ser feliz. Nesse contexto onde ele está vivendo”.

À frente da organização, desde a sua inauguração, tem propriedade para falar da comunidade e suas dificuldades, pois também mora na região.

Acompanhei no mês de janeiro de 2013 o Projeto de Férias – Fortalecimento de vínculos com as famílias, que ocorre desde o ano de 2011. No período de dois meses – janeiro e fevereiro – o atendimento às crianças ocorreu em turno único, enquanto que, no turno contrário, eram realizadas as entrevistas com pais interessados em matricular seus filhos nas atividades daquele ano, assim como visitas às casas dessas famílias. Ocorreram nesse período também assembleias com a comunidade, a fim de apresentar o trabalho que a Casa desenvolve e propor uma construção mais coletiva desse trabalho. Trata-se de um desejo antigo da coordenadora da Casa, que diz: “Nosso sonho é ver a comunidade aqui dizendo o que temos que fazer e fazendo junto”.

As atividades voltadas para as crianças e adolescentes foram direcionadas para a customização dos espaços da organização. Armários, mesas e paredes foram restauradas com técnicas de artesanato, utilizando o princípio da reciclagem. Um jardim com pneus de carros e garrafas pet também foi construído, trabalho que envolveu a participação das crianças e adolescentes. A CCA tem como princípio base a sustentabilidade ambiental por meio do reaproveitamento de materiais e alimentos. “Tudo aqui é reaproveitado, inclusive na cozinha, que só prepara alimentos naturais para as nossas crianças”, refere um educador.

Atendendo a sessenta crianças e adolescentes, divididos em dois turnos, conta com uma equipe de apenas sete profissionais e um espaço físico privilegiado, conquistado há pouco mais de cinco anos. Situada a uma quadra de distância do Instituto Lenon, na mesma rua, já chegou a atender 150 crianças e adolescentes em espaço semelhante ao que o Instituto Lenon atende hoje. Com suporte técnico-administrativo do Círculo Operário Leopoldense, não encontra dificuldades para manter as suas atividades, tendo em vista que os Círculos Operários são autossustentáveis. Com 79 anos de vida, o Círculo Operário Leopoldense acumulou um patrimônio que permite hoje sustentar seus projetos e programas. No entanto, parcerias com o governo municipal, estadual e federal contribuem para a implantação de novas propostas.

Essa tranquilidade permite o planejamento a longo prazo sem a preocupação com os prazos de encerramento de projetos. Planejamento estratégico institucional e Projeto Político Pedagógico são instrumentos muito valorizados na organização. Os momentos formativos que ocorrem, tanto no âmbito da CCA, quanto os chamados pelo COL, reforçam os princípios educativos defendidos há mais de 10 anos: “Quem entra na Casa, logo entra no ritmo, procuramos manter as nossas construções, por isso a formação é tão importante”, defende a coordenadora.

No seu cotidiano, o desafio mais presente, segundo o discurso da equipe, é a relação com a comunidade. A coordenadora referiu por várias vezes o desejo de poder contar com pais e responsáveis mais ativos. “Não sabemos mais o que fazer para chamar a atenção e despertar o desejo de estar aqui conosco”, comenta.

Na composição da equipe, apenas duas pessoas integram a CCA há mais tempo, os demais são fruto de contratos com menos de três anos. No entanto, seus profissionais são selecionados mediante comprovação de experiência no campo social. A exigência de formação superior não é um requisito que elimina candidatos, mas é bastante valorizada.

No *Centro Medianeira*, características similares com a Casa da Criança são percebidas. Com 55 anos de história no município, desenvolve o seu trabalho em três núcleos, que se localizam em regiões diferentes da cidade. Para este estudo, acompanhamos apenas o desenvolvimento das atividades no núcleo da região Oeste.

Segundo a coordenadora, que trabalha há 30 anos na organização - e destes, 14 anos dedicados à gestão - “os objetivos, ao longo desse período eles vão mudando, porém o que a gente permanece fiel, o que a gente procura permanecer é a missão estatutária que tem no estatuto, isso se mantém, que é atender a criança e o adolescente numa situação..., os nomes vão mudando”.

Num espaço relativamente pequeno, cedido pelo governo estadual, atende cerca de 30 crianças e adolescentes. Até o ano de 2013, atendia as crianças separadamente dos adolescentes. Os adolescentes tinham uma vinculação por meio de oficinas de iniciação profissional: artefatos de madeira, embelezamento, moda e artesanato, informática, enquanto que as crianças eram atendidas em oficinas lúdico-pedagógicas: teatro, atividade física, esporte, recreação, cidadania, literatura, culinária, música, educação ambiental, reciclagem, espiritualidade, passeios temáticos e outras sugeridas pelos grupos. No ano de 2014, as atividades profissionalizantes foram extintas, e crianças e adolescentes passaram a ser atendidos na mesma turma, com atividades de formação cidadã.

Um ambiente tranquilo, quase sem ruídos mais graves e muita concentração nas atividades propostas pelos educadores foi o que visualizei quase que todos os dias.

A organização aposta na formação permanente da sua equipe, o que inclui todos os profissionais que atuam diariamente nos núcleos. Mensalmente, acontece um encontro conjunto; e, semanalmente, um encontro por núcleo. A sua ação é pautada no PPP e no planejamento estratégico, mas também nos documentos legais da assistência social. “Tem uma coisa que a gente fica atento, que é pra onde caminha o nosso regramento, a nossa lei.

Então hoje tem a tipificação³³, a gente tentou estudar, tentou ir atrás pra ficar dentro, porque nós, enquanto entidade filantrópica, temos que seguir também rigorosamente a lei em todos os aspectos”, afirma a coordenadora.

3.2.2 Os Sujeitos das ONGs

Em análise dos 21 questionários que retornaram dos 55 que foram entregues, podemos afirmar que as ONGs estão compostas por 95% de pessoas do gênero feminino, com faixa etária que varia entre os 20 e 50 anos, considerando que a maior concentração de pessoas está entre 40 e 50 anos (9 pessoas). No aspecto da escolaridade, podemos dizer que 14 pessoas possuem ensino superior completo. Destes, seis possuem pós-graduação em nível de especialização. A respeito da experiência no campo social, 12 indicaram que já possuíam outras experiências no campo social, anteriores à ONG na qual estão inseridos atualmente. O tempo de trabalho neste espaço varia: oito pessoas indicaram que trabalham na ONG há menos de um ano. Outras sete pessoas indicaram que trabalham há três anos; com mais de três anos de trabalho na ONG são seis pessoas. Destaque para duas coordenadoras que estão à frente das organizações há mais de 20 anos cada uma.

Vindos de áreas como administração, informática, nutrição, comunicação social, marcenaria, teologia, pedagogia, educação física, serviço social, psicologia, entre outras, a motivação pelo trabalho no campo social, na maioria das vezes, foi indicada como algo que aconteceu ao acaso,

*“Comecei na área social por acaso. Estava desempregada, queria fazer magistério, pois sempre gostei de crianças e queria ser professora. Então minha irmã deu a ideia de eu fazer pedagogia direto. Como ela trabalhava na prefeitura de NH, me falou sobre um estágio do CRAS³⁴, fui para o estágio com aproximadamente um ou dois meses de faculdade, sem experiência comprovada”.
(Educadora 3).*

³³ A tipificação nacional de serviços socioassistenciais básicos e especiais foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, com a Resolução Nº 109/2009, normatiza os serviços prestados conforme o nível de complexidade, seja de Proteção Social Básica ou de Proteção Social Especial de Média ou Alta Complexidade, o qual organiza a atuação profissional, com padronização das nomenclaturas, facilitando os serviços e avaliação destes e até o entendimento por outros profissionais das redes de serviços e à própria população usuária, atingindo uma maior efetividade nas ações das políticas sociais, nas ações em rede e a nível de país.

³⁴ O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, sendo responsável pela organização e oferta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. (BRASIL, 2015).

“Estava procurando trabalho, não queria mais ser revisora de calçados. Quando comecei a trabalhar nesta área me senti realizada. Trabalhando com criança me vi fazendo a diferença”. (Cozinheira).

“Comecei a trabalhar por necessidade, mas logo percebi que podia ajudar a fazer diferença em nossa região. Que as crianças amanhã seriam os adultos e que talvez nossa ação torna-os adultos capazes de transformar o espaço onde estiverem”. (Recepcionista).

“Foi meio natural, um pedido de ajuda aqui outro ali, quando vi estava envolvida. [...] Individualmente procuro ser extremamente profissional, no coletivo, sigo na mesma linha, porém me permito um pouco de ternura”. (Nutricionista).

“A minha entrada nesse mundo da educação social não foi algo planejado, pois atuava na educação infantil, mas ao procurar emprego e consegui-lo nessa área, aceitei com entusiasmo esse novo desafio”. (Educadora 22).

O acaso, representado pela situação de desemprego, foi o principal motivador que levou a maioria dos entrevistados a ingressarem no trabalho no campo social. O desejo por “fazer o bem” e ajudar a resolver as situações apresentadas pelas crianças e jovens foi sendo construído na empatia com o trabalho em questão.

Ter ou não experiência é um critério cada vez mais levado em conta na concorrência para uma vaga nas organizações sociais. Com as exigências de profissionalização das ONGs, escolaridade e experiência são muito valorizados. Dos 21 questionários, nove indicaram que esta é a primeira vez que atua no campo social e que não há como mensurar as aprendizagens que esta experiência tem proporcionado,

“Trabalho há três anos como educadora social, parece ser pouco tempo, mas tive a oportunidade de já ter aprendido muito, seja na prática ou através de seminários e formações”. (Educadora 3).

“Trabalho há três anos com essas crianças e adolescentes e para mim é muito gratificante poder passar o que sei para eles, poder ajudá-los a crescer. O interesse deles em querer as atividades oferecidas pela ONG é muito importante para o crescimento deles. Eu, como professora, aprendo muito com eles”. (Educadora 12).

Com relação à organização por cargos, nas três organizações, podemos dizer que estão divididos entre gestores, educadores sociais, oficineiros, monitores, psicólogos, assistentes sociais, serviços gerais, cozinheiras e recepcionista. Estes profissionais são contratados em regime de CLT, muitos deles com contratos por prazo determinado, em

função do período de vigência de determinado projeto. Há ainda, uma boa parte de educadores sociais, oficinairos e monitores contratados como estagiários.

A gestão das organizações sociais é feita estritamente por mulheres. São quatro gestoras – duas delas compartilham a gestão de uma das ONGs – com trajetórias muito particulares no campo social.

“A minha primeira escolha profissional foi pela educação. Sou professora de formação. Porém, depois de uma certa experiência em escola particular no interior do estado, atuei na periferia de SL, onde alunos ‘mal comportados’ não aprendiam. Logo não me conformei e comecei a escolher estas turmas para trabalhar. Tive muitos ‘desesperos’, mas muitas conquistas também. Era possível, mas tinha que ser de um jeito diferente, abordando outros referenciais do aluno e saindo dos muros da escola. Foi quando me identifiquei com uma proposta diferente da escola formal, que nem eu sabia qual era, mas queria saber. Lia muito, conversava, participava de movimentos.. Conheci a ONG e deixei a escola formal. Fui educadora social e alfabetizadora, por mais de 15 anos. Depois comecei a atuar como coordenadora e vice-diretora mais tarde. Fundamental no meu caminho foram meus professores da graduação e da pós. As pessoas que convivi na Pastoral do Menor, a nível local, estadual e nacional, os meus colegas mais apaixonados e ‘desassossegados’, os meus diretores que sempre me provocava muito e exigiram capacidade e dedicação. As crianças, adolescentes, mães, esse foram sempre o grande impulso e desafio. Lições de vida e provocação contínua para dequar minhas dinâmicas, repensar as rotinas da instituição, estudar”. (Coordenadora 4).

“Desde pequena questionava o porquê das coisas e ficava indignada com as injustiças. Na Pastoral da Juventude [...] organizava a comunidade, os cultos e as festas comunitárias. Depois na Pastoral da Terra na defesa dos trabalhadores contra a concentração de terra na mão de poucos no Oeste de SC e na defesa dos povos latinoamericanos. Depois disso não parei mais”. (Coordenadora 1).

“Pra mim foi meio por acaso, eu trabalhava na secretaria de uma escola, mas já morava na comunidade. Aí me convidaram para integrar a diretoria e eu aceitei. Pouco tempo depois veio o convite para integrar a equipe. Foi o meu primeiro trabalho social. No começo eu não acreditava muito, mas agora isso aqui é a minha vida”. (Coordenadora 2).

“Eu fiz teologia. Então a gente aprende muito a fazer o trabalho social nas comunidades. Quando eu fui convidada para vir para cá logo me mudei também. Esse foi o meu primeiro trabalho no campo social e a minha primeira experiência como gestora”. (Coordenadora 3).

3.2.3 Os Sujeitos da Comunidade

Os sujeitos da comunidade, que gentilmente atenderam pedido por uma entrevista, são pessoas muito humildes. Sujeitos que, mesmo sem entender muito bem do que se tratava, me receberam em seus lares de portas abertas; muitas vezes com um chimarrão na mão e um sorriso no rosto. A universidade me credenciava a adentrar na intimidade dessas pessoas que não hesitavam em contar, inclusive, as suas histórias de vida. O trato de análise vai referir as entrevistadas como famílias. Todas as entrevistas em questão foram realizadas com mulheres.

Os sujeitos da comunidade são pessoas comuns, trabalhadoras e que vivem em uma situação de precariedade muito grande. A comunidade da região oeste ainda preserva características de miserabilidade que maltrata a sua população. Muitas das mulheres entrevistadas diziam estar na faixa etária dos 30-35 anos, mas a sua aparência física era de mais idade. Mulheres envelhecidas pelas dificuldades da vida.

Na visitação às casas, encontrei mulheres foragidas da polícia, envolvidas com o tráfico de drogas. Mulheres que não podiam falar sem a presença de seus companheiros. Mulheres que encontraram nesta comunidade refúgio para se esconder da violência doméstica. Mulheres organizadas em ocupação. Mulheres mediadoras de conflitos. Mulheres felizes.

A felicidade é uma característica percebida em cada passo dado nesta caminhada. Não é difícil perceber os sorrisos nos rostos. A música alta que sai pelas janelas das casas serve como sopro de vento para afastar as dificuldades e tristezas. No entanto, encontram dificuldades em falar o que pensam.

Das características gerais das entrevistadas, a mais nova estava com 28 anos, e a mais velha, com 62 anos. São mães e avós que increveram seus filhos em alguma das ONGs que acompanhei neste estudo. Destas 30 mulheres, apenas nove são naturais do município, as demais vieram de cidades do interior por motivos diversos. A cidade de onde vieram mais mulheres foi Santa Cruz do Sul. Das famílias que vieram de outras cidades, as mesmas já estão radicadas nesta região há mais ou menos 20 anos. Com uma média de três filhos por mulher, destaco a história de uma jovem-mulher que, com apenas 30 anos, já tem seis filhos. Na sua história de vida perpassada por envolvimento com drogas e prostituição, teve o seu primeiro filho aos 15 anos e, nos anos subsequentes, teve um filho por ano. Ou seja, passou a adolescência grávida. Hoje, a filha de 15 anos encontra-se grávida.

3.3 CARACTERÍSTICAS E RELAÇÕES ENTRE AS ONGS

A análise documental foi um instrumento importante para conseguirmos visualizar o panorama geral, desde o que se institui como legal dessas ONGs. Tais materiais oportunizaram perceber como cada uma das organizações delimita para si a questão social e como se estrutura a dinâmica econômica-gerencial-institucional. Nos círculos de diálogos, esses achados foram postos em discussão, possibilitando identificar como são elaborados os objetivos, como se estruturam as atividades propostas, como são definidos os projetos, qual a origem dos recursos de cada uma, como se sustentam e como ocorre ou não as parcerias entre elas. No entanto, neste item estaremos demonstrando características e relações entre ambas as ONGs, sem promover diretamente uma análise.

Em uma primeira instância, concebemos relações que dizem respeito ao atendimento e estrutura humana de cada ONG, contemplando o período de desenvolvimento do estudo de campo, como pode ser visto de maneira sintética no quadro abaixo:

Quadro 2 - Características ONGs

Organização social	Ano de fundação	Público que atende	N. de profissionais	N. de atendimentos	N. de famílias
Instituto Lenon Joel pela Paz	2006	crianças e adolescentes de 06 a 17 anos	2012 12 2013 24 2014 24	2012 150 2013 230 2014 400	2012 80 2013 102 2014 120
Centro Medianeira	1992 (mantenedor a fundada em 1958)	crianças e adolescentes de 06 a 15 anos	2012 14 2013 14 2014 12	2012 120 2013 70 2014 70	2012 72 2013 28 2014 30
Casa da Criança e do Adolescente	1988 (mantenedor a fundada em 1935)	crianças e adolescentes de 06 a 15 anos	2012 12 2013 08 2014 07	2012 100 2013 70 2014 70	2012 80 2013 30 2014 30

Fonte: Desenvolvido pela autora.

Em maior ou menos número de atendimentos, essas ONGs têm muita coisa em comum. Cabe-nos a pergunta: onde está a originalidade de cada uma delas?

3.3.1 Os Objetivos

Identificar os objetivos das ONGs em seus documentos oficiais foi uma tarefa difícil, pois foi encontrada uma variação bastante grande na forma como se identificam nos diferentes

materiais que foram manipulado. Isso ocorreu nas três organizações. Foi necessário listá-los e solicitar às coordenações que indicassem quais seriam os objetivos oficiais.

No quadro abaixo, é possível visualizar os objetivos geral e específicos das ONGs, com grifos que serão trabalhados no capítulo 5.

Quadro 3 - Objetivos das ONGs

(continua)

Organização social	Objetivos	Objetivos específicos
Instituto Lenon Joel pela Paz	<p>Visão: <u>ser referência</u> em ações de promoção à paz e à <u>transformação social</u>.</p> <p>Missão: Apoiar e desenvolver ações para a defesa, a elevação e <u>manutenção da cidadania</u> e qualidade de vida do ser humano e do meio ambiente, através de atividades educativas, de esporte, da cultura e do lazer.</p>	<p>1- Promover a qualificação profissional e cidadã de adolescentes e jovens, visando à superação da <u>condição de risco social</u> por meio da inserção no mercado de trabalho</p> <p>2- Promover a reinserção social e o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, através da prática esportiva-educativa, aliada ao resgate da autoestima e da prática da <u>cidadania</u>, visando à diminuição do envolvimento de crianças e adolescentes em casos de violência, drogadição e prostituição.</p>
Casa da Criança e do Adolescente	<p>Contribuir com o processo político pedagógico na <u>autonomia</u> do sujeito, buscando a garantia de direitos, participando e intervindo nas redes para o desenvolvimento local e a construção de políticas públicas.</p>	<p>1- Proporcionar junto às crianças e adolescentes espaços para a manifestação das percepções, reflexão sobre o contexto em que estão inseridos e sobre a capacidade de fazer escolhas, traçando estratégias de <u>emancipação (autonomia)</u>.</p> <p>2- Contribuir para que as famílias se percebam como <u>participantes e atuantes na comunidade</u>, com direitos e deveres e com capacidade de manter uma relação responsável e sadia com os demais integrantes do núcleo familiar e sociedade como um todo.</p> <p>3- Promover e intensificar a qualificação dos trabalhadores da CCA e da relação entre eles, para uma intervenção eficaz junto às crianças, adolescentes, famílias e comunidade.</p> <p>4- Contribuir para a efetivação das políticas públicas, para o trabalho articulado e <u>autonomia</u> do público envolvido.</p>

Quadro 3 - Objetivos das ONGs

(conclusão)

Organização social	Objetivos	Objetivos específicos
Centro Medianeira	Prestação de um serviço à comunidade, atuando na defesa e garantia de direitos de crianças e adolescentes em <u>situação de vulnerabilidade social</u> , a fim de fortalecer os vínculos familiares e comunitários, oportunizar um espaço de convivência e troca de saberes, tendo em vista a promoção humana e a <u>emancipação dos sujeitos</u> envolvidos.	<ol style="list-style-type: none"> 1- Garantia de espaços de referência para a convivência grupal e <u>cidadã</u> de crianças e adolescentes, a fim de trabalhar relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo. 2- Estímulo à alimentação saudável para segurança alimentar e nutricional das crianças e adolescentes. 3- Ampliação de aprendizados múltiplos, informações, arte, <u>cidadania</u>, cultura, lazer e propostas de iniciação profissional. 4- Garantia de um programa de formação continuada a todos os profissionais envolvidos, pautado na harmonia das relações, no estudo e no debate das questões que envolvem o trabalho socioassistencial e de educação social. 5- Participação e contribuição nos conselhos e fóruns de Assistência Social e naqueles que atuam na defesa e garantia de direitos das crianças e adolescentes. 6- Integração da instituição com a família, a escola, o CRAS da região e toda a rede socioassistencial, promovendo o acesso dos destinatários aos serviços setoriais e às políticas públicas.

Fonte: Desenvolvido pela autora.

A respeito de como são elaborados os objetivos das ONGs, as coordenadoras mencionam o seguinte³⁵:

“O objetivo era um, agora ele é outro. Quando a ONG foi formada, a intenção naquele momento era simplesmente tirar a criança da rua e trazer aqui pra dentro; depois, com o tempo, a gente foi percebendo que esse único objetivo de tirar ele da rua e botar aqui dentro a gente não ia chegar em lugar nenhum com eles, pro nosso propósito de futuro, de mudança. Não que a gente vai ter uma garantia de que a gente tá mudando, mas a gente trocou a nossa proposta de atendimento; garantias a gente não tem, mas talvez, com tudo que a gente passa pra eles aqui dentro, no futuro, quando eles pensar em pegar uma arma ou assaltar, eles vão pensar duas vezes antes de fazer isso. Então a gente trocou todo nosso formato de atendimento. No início aqui era de oficinas, que eles vinham pra cá, ficavam aqui dentro; a gente reestruturou eles pra um outro formato, apresentando conteúdo, disciplina, outras questões pra eles pensarem e resolver. A gente também trouxe outros profissionais aqui pra dentro que não tinha no início. Isso vem a somar com o nosso atendimento pra tentar fazer com que no futuro eles pensem, questionem, se transforme em cidadãos”. (Coordenadora 2).

³⁵ A partir daqui substituímos, nos relatos, os nomes de cada organização social pela expressão genérica ONG.

“É que alguns, os nossos objetivos, eles são construídos nas necessidades das crianças, então não fica muito difícil, porque os nossos objetivos basicamente eles foram remodelados conforme a demanda que vinha chegando pra gente, então a gente foi adequando os nossos objetivos com as necessidades da comunidade”. (Coordenadora 3).

“Nós, no começo, quando eu entrei na ONG, já tinha um objetivo, só que depois, assim, nas discussões, vendo nosso trabalho social e qual é o nosso vínculo dentro desse trabalho social com a educação, nós fomos aprofundando algumas teorias e nós não queríamos que fosse uma continuidade da escola, que não é esse o nosso objetivo”. (Coordenadora 1).

“[...] tem uma coisa que a gente fica atento que é pra onde caminha o nosso regramento, a nossa lei. Então hoje tem a tipificação a gente tentou estudar tentou ir atrás pra fica dentro, porque nós, enquanto entidade filantrópica, temos que seguir também rigorosamente a lei em todos os aspectos. Então, se, esses objetivos, eles vêm atentos ao nosso regramento, o que é da assistência social, mas também as necessidades, porque não adianta fazer uma coisa de acordo com a lei e fora da realidade”. (Coordenadora 4).

Essas considerações a respeito de como os objetivos são traçados no interior das ONGs demonstram elementos importantes, inclusive de uma autorreflexão, que só é permitida ao longo dos anos de experiência na ação cotidiana. O foco, o público, as demandas sociais, a legislação, são apontados como indicadores do processo de reestruturação desses objetivos. Mas e o público atendido, participa de que forma nesse processo de elaboração dos objetivos que a eles serão dirigidos?

3.3.2 As Atividades

Traçados os objetivos, as ONGs se dedicam à ação. A atuação das ONGs se centram no atendimento do que chamamos de contraturno escolar. As atividades são nomeadas de diferentes formas, socioeducativas, ludicopedagógicas, sociodidáticas, enfim, há uma tentativa de nomeação das práticas que desenvolvem, mas não há uma padronização. Em diferentes documentos, diferentes são as formas de nomeá-las.

Com relação às atividades que ocorrem no interior das ONGs, podemos dizer que seus espaços físicos definem, de certa forma, o tipo de atividade. Geralmente, são atividades que exigem mais concentração, desenvolvidas em salas com mesas e cadeiras. Eventualmente, essas mesas e cadeiras saem do espaço e tornam a sala livre para atividades mais lúdicas. Não há como explorar atividades mais esportivas, pois seus espaços físicos são limitados, com exceção de uma das organizações, que mantém uma parceria com a prefeitura municipal para

a utilização de um espaço esportivo que não estava sendo usado. Com isso, precisa deslocar todos os dias, nos dois turnos – manhã e tarde, as suas turmas de crianças e adolescentes. Neste espaço, acontecem diferentes atividades esportivas, como natação, canoagem, tênis, voleibol.

Na forma de organização, ora dividem as crianças e adolescentes por faixa etária, ora mesclam as idades, mas sempre trabalham em pequenos grupos. Assim, num mesmo turno, há dois ou três grupos realizando atividades diferentes.

Além de atividades aos grupos de crianças e adolescentes, os diferentes projetos contribuem para que outras atividades aconteçam. Trata-se de atividades de iniciação profissional, tanto para o público jovem, quanto para as famílias e demais pessoas da comunidade. Essas atividades são mais pontuais e procuram ser desenvolvidas fora do horário de atendimento cotidiano da organização.

Consideramos como uma das atividades das ONGs a oferta de lanche ou mesmo refeição completa (almoço). Esta é uma atividade que envolve a todos, pois implica numa organização diferenciada. Há um ritual, que compreende lavar as mãos, rezar, servir-se no buffet, levar o prato até a cozinha e escovar os dentes. Esse ritual foi realizado em todas as ONGs.

Com relação à organização dos espaços, o mobiliário é bastante representativo, com cadeiras e mesas, na maioria das vezes escolares, quadro verde, murais de diferentes tamanhos, cartazes de atividades postos nas paredes. Em dois casos, há a exigência pela fila, antes de entrar nas salas, há também lista de presença e ajudante do dia.

Num primeiro olhar o que nos parece é mais uma reprodução do sistema formal de ensino, em seu modo de organizar e de gerir suas atividades. Tal organização contribui de fato para o alcance dos objetivos pleiteados pelas organizações sociais?

3.3.3 Os Projetos

Cada uma das ONGs desenvolve projetos conforme a compreensão da sua própria realidade e demanda. Em realidade, os projetos estão vinculados às agências financiadoras. São os projetos que trazem a novidade para o interior das ONGs. Em geral, elaborados pelos gestores e equipes técnicas, procuram explorar as linhas de ação da própria agência que o financiará entrelaçando com o que já existe na organização. Este é um modo de manutenção das atividades já existentes, mas também é uma forma de inovar e trazer novas propostas para o público atendido.

3.3.4 A Sustentabilidade

Para a realização das suas atividades, as ONGs precisam manter uma estrutura mínima de funcionamento (recursos físicos e humanos). Mobilizar recursos é uma necessidade e um desafio permanente para garantir o desenvolvimento dos seus trabalhos.

São diversas as possibilidades de fontes de recursos. Podem ser internacionais, por meio de parcerias realizadas com agências de cooperação - este mais difícil de ocorrer nestes últimos anos -, ou nacionais, por meio de editais de estatais e empresas privadas. Outra forma de sustentabilidade e, mais frequente inclusive, ocorre por meio de parcerias com órgãos governamentais. É muito comum o estabelecimento de parcerias ONGs e o poder público em São Leopoldo, uma vez que o município terceiriza praticamente todas as suas ações socioassistenciais. Contribuições associativas, doações de pessoas físicas ou empresariais, também são uma fonte de rendimento para estas ONGs. No entanto, não representa uma contribuição significativa.

Há uma em específico, cuja mantenedora se mantém com recursos próprios, pois, no início de sua trajetória, conquistou um patrimônio que sustenta boa parte das ações de seus programas.

Apenas uma das ONGs desenvolve ações que buscam a sua autossustentabilidade, desenvolvendo, produzindo e vendendo produtos com a sua marca. Essas atividades não se confundem com uma finalidade lucrativa, já que as receitas são totalmente investidas na própria organização.

Cabe destacar, que, muitas vezes, o desenvolvimento de projetos e metodologias podem ser consideradas inovadoras e exemplares no campo social. No entanto, o êxito desses projetos nem sempre são publicizados.

3.3.5 As (Não)Parcerias

A questão das parcerias entre as ONGs foi tema proposto nas entrevistas com as gestoras. Considerando que as três organizações estão inseridas na mesma comunidade e de certa forma “disputam” o mesmo público-alvo, seria considerável que desenvolvessem ações em conjunto, uma vez que pretendem objetivos bastante semelhantes.

No entanto, essa expectativa não é correspondida dessa forma. As ONGs não possuem uma relação para além dos encontros nos espaços, como as reuniões da rede de atendimentos socioassistencial. Segundo as coordenadoras:

“Deixa eu pensar... Olha eu sei, por exemplo, na região nordeste, a gente trabalha muito junto com [...] numa função assim indireta, não é que a gente atua numa ação deles, não é, mas a gente colabora muito em função de todas essas questões do trem ali. [...] Então a gente sabe que [...] tem um trabalho lá com a comunidade que eles chamam de comunidade proativa, então assim nós estamos envolvidos com isso, até porque os interesses quanto mais ONGs estiverem juntas nisso, tanto mais força pra conseguir pra aquela comunidade, então que eu sei é isso, na região oeste, outras ONGs assim a gente conhece, [...], mas assim indiretamente”. (Coordenadora 4).

“Eu sei pouco na verdade, porque a gente tem uma dificuldade de construir coletivamente uma proposta pro bairro [...]”. (Coordenadora 2).

“Agora tem organizações que a gente tem um pouco mais de dificuldade de parceria assim, até pela proposta, porque a proposta nossa é trabalhar internamente; a gente não tem trabalhado muito no marketing da instituição e, às vezes, dá a impressão que a gente não faz muita coisa, a gente faz, mas a gente não divulga, e acho que isso até é uma falha nossa de não divulgar nosso trabalho, esse ano a gente tá até se propondo a divulgar melhor nosso trabalho. E aí muitas vezes parece que a gente não é reconhecida dentro das comunidades [...]”. (Coordenadora 1).

Entre as dificuldades expostas pelas coordenadoras das ONGs em estabelecer parcerias entre elas, está um certo desconhecimento do trabalho que fazem. Tal constatação não seria mais uma negação do lugar do outro ou medo de expor as suas fragilidades e dificuldades? Que resultados conseguem alcançar com ações cuja extensão de seus efeitos parece ser tão curta?

Entrelaçando ideias

“Não há pesquisa de campo sem convivência, sem convivência não há pesquisa de campo”. O lema construído durante este estudo revela a chave metodológica que me movimentou em campo. A aproximação com a realidade em que este estudo se situou teve como desafios dois momentos: o primeiro, integra-se à realidade do campo, aproximar-se das pessoas e com elas dialogar o suficiente para que um bom material fosse coletado. O segundo, sair em busca de pessoas na comunidade e, em alguns minutos, estabelecer empatia o suficiente para que fosse possível realizar uma entrevista com qualidade de conteúdo, principalmente.

Os apontamentos iniciais que buscam traçar o perfil das ONGs demonstram importantes temas que serão retomados no capítulo 5, em análise mais profunda com outros achados de pesquisa entrelaçados aos objetivos propostos nesta tese.

Mas pode considerar desde esse início, que apesar das diferentes matrizes históricas e ênfases metodológicas, as organizações sociais apresentam aspectos comuns, mas também distanciamentos que caracterizam as ONGs como originais. É, também, lugar de produção de múltiplas experiências e práticas sociais e de representações que se acumulam, no âmbito de um trabalho coletivo, de negociações e conflitos - muitos dos quais atualmente se repõem, naturalizam e alimentam as ações daqueles que hoje nela se encontram.

Objetivos, atividades e projetos são alinhados conforme o tempo, espaço, criatividade e necessidade. A sustentabilidade é reconhecida como um desafio importante. Desafio mesmo, encontramos nas parcerias entre elas. Esta, quase não existe e não é apontada como uma necessidade substantiva. No discurso da participação social, fica velada uma certa concorrência, que confirma os pressupostos do estudo teórico, que vai dizer que os espaços das ONGs são espaços de disputa de projetos, do conflito, e também do convencimento e do consenso, espaço de contradição, ou seja, com potencialidades alienadoras, mas também emancipadoras.

4 O LUGAR SOCIAL DAS ONGS NO BRASIL

Introdução

Este capítulo do trabalho de tese demonstra, a partir de uma revisão da literatura corrente, como se situa o social no contexto da “nova” questão social, procurando visibilizar a estreita relação entre a emergência das práticas educativas desenvolvidas por ONGs e as contradições das intervenções em curso. O objetivo é *definir tensionamentos do social, na contemporaneidade, como possibilidade para o entendimento dos efeitos gerados pelas ações das organizações sociais nas comunidades, onde desenvolvem a sua ação educativa*. Procura-se responder à seguinte questão: quais tensionamentos do social servem como fundamento às práticas sociais hoje? Argumenta-se que determinados tensionamentos do social na contemporaneidade, atrelados à expressão da questão social, conduzem as organizações sociais a direcionarem seus objetivos e práticas, tornando-os muito semelhantes, dificultando, inclusive, o alcance de seus objetivos.

Para isso, trabalhamos em três partes que seguem: Parte 1: *A natureza do social*, na qual o social é apresentado como uma noção ambivalente que acompanha as dificuldades de explicitação das relações entre as representações dominantes e as formas objetivas de estruturação da ordem social. Parte 2: *Características do social na contemporaneidade*, uma abordagem teórica desde a perspectiva da “nova” questão social e do conceito de exclusão é apresentada para dar conta dos diferentes pontos de referência que estruturam a problemática do social na contemporaneidade. Parte 3: *O educativo no campo social*, a ideia central que suleia a análise é a de que as mudanças que orientam o conjunto das políticas sociais atualmente objetivam, por um lado, reduzir os efeitos adversos do ajuste estrutural; por isso mantém caráter compensatório e, por outro, não correspondem a uma mudança significativa na vida dos sujeitos usuários de seus serviços.

Finalizamos com o entrelaçamento de ideias que objetivam demonstrar quais os tensionamentos do social nos ajudam a compreender as implicações do fazer educativo das ações das ONGs que compõem este estudo, em termos de construção de projetos de sociedade, confirmando, assim, o argumento deste capítulo.

4.1 A NATUREZA DO SOCIAL

Este é um tema difícil de ser tratado. Apontada por Ivo (2012) como uma noção ambivalente, que acompanha as dificuldades de explicitação das relações paradoxais entre as representações dominantes e as formas objetivas de estruturação da ordem social, o tema exigiu-nos demarcar processos históricos que registram a sua emergência e constituição. No exame da literatura corrente, abordamos três tensionamentos importantes, postos pelo social, e que influenciam de maneira direta a expressão das práticas desenvolvidas no campo social.

Argumentamos que determinados tensionamentos do social na contemporaneidade, atrelados à expressão da questão social, conduzem as organizações sociais a direcionarem seus objetivos e práticas, tornando-os muito semelhantes, dificultando, inclusive, o alcance de seus objetivos. Neste caso, podemos considerar que as práticas educativas desenvolvidas por ONGs servem como instrumento de dois lados distintos: por um lado, como instrumentos de empoderamento e emancipação de sujeitos cujos direitos não lhes são acessíveis e, por outro, como instrumentos de manipulação, manutenção e controle do sistema vigente.

A expressão *o social* vem ganhando visibilidade no contexto das produções acadêmicas contemporâneas, especialmente quando se busca compreender relações entre o sistema de proteção social, filantropia, direitos e responsabilidade pública. Expressão considerada heurística, teórica e metodológica, vem sendo apresentada como uma invenção que, segundo Ivo (2012, p. 69):

[...] refere tanto a natureza de um processo histórico, no qual se processaram formas específicas de encaminhamento da assistência aos mais pobres, mas também um processo de conhecimento e desvelamento crítico da ordem social, que discute as possibilidades da política.

Uma primeira dimensão de análise segundo Ivo (2008, p. 48-49), quanto às delimitações do social, este refere-se a sistemas sociais (sociedades) claramente delimitados, possuindo uma unidade interior. Dessa perspectiva, a sociedade se confunde com os limites do estado-nação. O social é desenhado a partir de marcos regulatórios, nos limites da forma institucional, confundindo e restringindo, algumas vezes, os vínculos sociais da sociedade moderna com a própria análise do sistema institucional das políticas sociais e direitos sociais. (IVO, 2008). Como uma segunda dimensão de análise, Ivo (2008) diz que do social refere-se à dimensão da “ordem” e aos sistemas de controle. Dessa perspectiva, “o papel regulatório das relações sociais, implícito na busca da coesão dos sistemas sociais, ocupa o centro das preocupações sociológicas, como questão de integração e adaptação social, em face dos

diferentes e diversificados interesses sociais”. (IVO, 2008, p. 49). Uma terceira dificuldade é de que o social parte do projeto iluminista de progresso social, mas constitui-se, ao mesmo tempo, numa contraposição ao *homo economicus*, dizendo respeito não apenas às estruturas (formas institucionais nos limites do estado) ou às condições de coesão e da ordem social, mas também a uma compreensão da ação humana, de indivíduos e sujeitos que se constituem historicamente no âmbito das forças sociais, orientadas segundo um conjunto de valores que se instituem na normatividade das suas próprias sociabilidades. (IVO, 2008, p. 50). Ou seja, constituem parte das condições de reprodução social. Assim, os controles estruturados e os mecanismos sociais não são suficientes para entender o que faz sociedade. Essa envolve também a forma concreta e efetiva como os atores sociais – através das modalidades de intervenção, de seus interesses, de suas representações e de suas práticas – se organizam e dão sentido a essas formas institucionais. E essas relações não são lineares, mas paradoxais.

Essa tripla dimensão e essa multiplicidade na definição do social pode se expressar num desvirtuamento da dimensão histórico-social, radicalizando o princípio utilitarista de organização institucional como norma legítima de estruturação da sociedade.

O social tem se constituído como registro próprio da modernidade, produzindo, ao final do século XVIII e início do século XIX, uma imagem histórica autoprodutora de si mesma, centrada e estruturada em torno do trabalho. (IVO, 2008, p. 47). A partir da compreensão do lugar dos sujeitos no mundo do trabalho, projeta-se a estruturação dos vínculos sociais (e seu lugar social), sendo essa uma condição fundamental de formação de uma identidade de classe e de seus pertencimentos a uma comunidade nacional, através da cidadania.

A centralidade do trabalho na organização das sociedades contemporâneas liga-se, no entanto, à capacidade do movimento operário de integrar e articular interesses mais amplos da sociedade e, por outro lado, à capacidade do estado em regular e administrar o conflito dos interesses divergentes. Segundo Donzelot (1991, p. 18),

[...] o tema do social corresponde à institucionalização, depois do fim do século XIX, de dois modos simetricamente inversos, ainda que eles sejam complementares: defender a sociedade contra o indivíduo que a ameaça, proteger o indivíduo contra os riscos que a sociedade o faz incorrer.

No século XIX, isso significou um processo de autorreflexividade da sociedade, implicando responsabilidades individuais e coletivas claramente definidas: no âmbito institucional, o desenvolvimento da economia foi revelando os limites de um sistema de regulação social regido por princípios da “responsabilidade individual” e da filantropia. (IVO,

2014, s/p.). São dois regimes em conflito, segundo Ivo (2014). Um primeiro regido por normas de responsabilidade individual e um segundo fundado na solidariedade a partir de uma noção de direito social. Ambos congregam para uma ideia de responsabilização individual dos cidadãos de sua própria condição.

Em Polanyi (2000, p. 99), essa “invenção social” diz respeito à criação de condições sociais e políticas que acompanharam as regulações do mercado de trabalho na formação das sociedades urbano-industriais na Europa. Donzelot (2007, p. 11) vai referir-se mais explicitamente à noção de “invenção social” em termos do processo histórico de constituição dos direitos civis e sociais na ordem republicana francesa, voltados para compatibilizar o interesse individual ao interesse coletivo e para proteger os trabalhadores quanto aos riscos imprevisíveis no âmbito dessa nova organização do trabalho.

Essa questão de compatibilização da responsabilidade individual ao interesse coletivo, a noção de *solidariedade* ganha centralidade. Essa noção ganhou espaço importante, inclusive na linguagem dos intelectuais,

[...] fazendo autonomizar o social, num contexto republicano que oscilava entre duas forças sociais: a do liberalismo e a do marxismo. Nesse sentido, a ‘invenção social’, tal como concebido por Durkheim, na forma de solidariedade dos laços sociais, trouxe certa coerência à ordem social. (IVO, 2008, p. 38).

Segundo Donzelot (2007), o social corresponde a uma invenção híbrida, construída entre a interseção do civil e do político e associada à preocupação de neutralizar as contradições e desigualdades sociais existentes no âmbito da sociedade civil e mercantil. Lautier (1999) colabora com a compreensão dessa noção referindo que o social não é um lugar, mas um conjunto de **mediações** institucionais (inscritas nas políticas sociais, no sistema financeiro, na família e no direito social), associadas a processos civilizatórios que definem os vínculos sociais de uma dada sociedade.

A falsa dissociação entre a organização política e a base econômica colabora para compreendermos melhor a autonomização desse social (CASTEL, 2013), permitindo observar e questionar os laços que aí se constituem e que nem sempre obedecem a uma lógica estritamente econômica ou de jurisdição política. Nesse sentido, o social é um campo acabado, nem um objeto estático, mas um “empreendimento” aberto, que busca soluções, em profunda mutação em diferentes níveis, condicionado pela cultura política dos diversos países. (CASTEL, 2013).

4.1.1 O Social como uma Noção Ambivalente

Como já dito, a noção do social “acompanha as dificuldades de explicitação das relações paradoxais entre as representações dominantes e as formas objetivas de estruturação da ordem social”. (IVO, 2009, p. 17). Embora reconheçamos que o social pode ser também uma construção simbólica, é um discurso massivamente aceito. Portanto, apresenta uma noção ambivalente.

Ivo (2009, p. 17) ao retomar os escritos de Castel (2005) e Polanyi (2000), identificou que o social seria um lugar entre a organização política e o sistema econômico, “voltado para restaurar os vínculos sociais, que não obedecem nem a uma lógica estritamente econômica nem a uma jurisdição política”. Portanto, diz respeito à constituição de uma propriedade social de usufruto pessoal. Na condução das discussões sobre o social, os autores o localizam como expressão que diz respeito à parcela mais dissocializada dos trabalhadores, ou seja, os sujeitos que são objetos das ações públicas. Castel (2013) define social dizendo que este é um campo de regulação não mercantil, mas, ao mesmo tempo, uma “posição” ou situação específica de um grupo de indivíduos dissocializados (expressão cunhada pelo autor) frente à estratificação e à estrutura sociais, consideradas a partir do trabalho. Ao indicar que o social estaria voltado para uma determinada parcela da sociedade, ele reconhece sua existência mesmo antes da constituição da modernidade, nas múltiplas formas institucionalizadas de relações não mercantis, voltadas para as diferentes categorias de “indigentes” na forma das práticas e das instituições da assistência. Essas formas envolvem modos sistemáticos de intervenção da sociedade em relação a alguns grupos sociais, que Castel chama de o “social-assistencial”.

Dessa perspectiva, há claramente uma intencionalidade que defende uma certa coesão social. Assim como afirma Ivo (2009, p. 18) que o papel regulatório das relações sociais está implícito na busca da coesão dos sistemas sociais, ocupando o centro das preocupações sociológicas, como a questão da integração e da adaptação social. Neste sentido, o controle social é o que legitima as políticas de proteção social, uma vez que a lógica dessa engrenagem é regida pelo princípio da regulação.

Assim, construía-se um modo de neutralidade do estado, uma vez que o direito estava sendo apoiado no social, que, de tão polissêmico, dissipa a responsabilidade. Por isso, que a noção de solidariedade surge torna-se importante nesse cenário pois, detém um papel estratégico de corresponsabilização para o desenvolvimento da sociedade e confirma o modo

tranquilizador que o social encarna no contexto mais amplo da nossa sociedade. (DONZELOT, 2007).

A noção de solidariedade aparece como um argumento central no processo de responsabilização em curso. Diferentes autores que estudam o social a(de)nunciam a instituição dessa nova cultura. Montañó (2005, p. 165) diz que essa nova cultura carrega “valores altruístas, colaboracionistas, em que empresários, trabalhadores e cidadãos em geral estariam percebendo a necessidade da ajuda ao próximo e estimularia a participação cidadã (contra o ‘quietismo’ e o ‘conformismo’ derivados da paternalista intervenção estatal), cada qual se sentindo responsável pela solução das próprias necessidades, como dos carecimentos do seu vizinho e da sua comunidade”. Constituindo-se como “uma categoria apolítica e unificadora da sociedade [...] num mundo sem ideologias”. (MONTAÑO, 2005, p. 166).

4.1.2 A Construção do Social como Problema Assistencial

Recorrendo a Castel (2013, p. 31), afirma-se que o social traduz um conjunto de dispositivos montados para responder a chamada questão social, de forma a promover a integração “das franjas mais dissocializadas dos trabalhadores”. Tal afirmação colabora para o entendimento do uso que é feito do social no contexto brasileiro, uma vez que tem como foco os sujeitos em situação de exclusão social, pois, como ele mesmo afirma, essa é uma “resposta preguiçosa” frente às dificuldades de problematizar os diferentes processos que atravessam a sociedade. Essa demarcação contribui de forma importante para o entendimento de como o social foi sendo vinculado à gestão estratégica da pobreza. Martins (1997) colabora nesse sentido dizendo que,

[...] não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, sua esperança, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva. Essas reações, porque não se trata estritamente de exclusão, não se dão fora dos sistemas econômicos e dos sistemas de poder. Elas constituem o imponderável de tais sistemas, fazem parte deles ainda que os negando [...]. De repente essa categoria tão extremamente vaga (no sentido de imprecisa e vazia) que é a exclusão (entendidos como processos de exclusão integrativa ou modos de marginalização). (MARTINS, 1997, p. 14-16).

Nesse sentido, Castel contribui com uma reflexão a respeito do que ele chama de coesão social, que segundo o autor, extrapola o modo de pensar o social e a questão social vinculada àqueles que estão fora, mas, também, refletir a respeito dos fenômenos do que acontece com os que permanecem dentro.

Ainda que o autor tenha construído em sua obra afirmativas sobre o tema da questão social, tendo como exemplo a experiência francesa, a atualidade da questão social apresentada pelo autor nos remete a reflexões importantes a respeito do papel do estado brasileiro no trato da questão social. Concordamos com o autor que a expressão exclusão social tem em si, atualmente, um esvaziamento explicativo, da mesma forma como o social vem sendo posto. A opção pela gestão estratégica da pobreza (IVO, 2004, p. 60) em detrimento da universalidade inclusiva define bem o caminho que seguimos. O que de fato não corresponde a uma negação de seu papel, mas transfere a responsabilidade ao sujeito, que agora é dono do seu destino, constituindo-se como a opção pela não mudança, num contexto mais amplo da sociedade.

Trata-se de uma mudança paradigmática, que supõe, segundo Ivo (2014) o deslocamento de um sistema de política social para o tratamento compensatório da questão social, focalizando o controle da miséria e dos miseráveis, “[...] o diagnóstico da erradicação da pobreza desvincula o sistema de proteção social, dos direitos sociais, passando a assistência a constituir um atributo individual para aqueles que ‘moralmente’ têm direitos ou potencialidade para se desenvolverem”. (IVO, 2004, p. 60).

Há aqui uma justificativa importante que demonstra como foi estratégico incentivar a multiplicação das ONGs no nosso país, pois são elas quem de fato vão assumindo por conta da sua “responsabilidade” o trato à questão social.

Donzelot (2007, p. 15) mostra que, no contexto das lutas sociais, firma-se uma concepção de responsabilidade da sociedade em face da questão social que é acompanhada de um movimento legislativo, assentando as bases do direito social, através de um conjunto de leis relacionadas às condições do trabalho e à proteção aos trabalhadores que perderam a capacidade do uso da força de trabalho (doenças, invalidez, desemprego, velhice, acidentes...).

No entanto, com a adoção de um sistema de políticas sociais focalizadas, exclui-se uma parte da sociedade e direciona-se, a partir de um conceito instrumental e operativo, à seleção dos mais pobres entre os pobres e à nomeação de quem tem direito em detrimento de quem não tem. Essa é uma contradição presente nas sociedades capitalistas que impregnou o modelo de administração pública em nosso país, construindo certa mercantilização da pobreza, deixando de traduzir o real significado do que seriam os direitos sociais universais.

4.2 CARACTERÍSTICAS DO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

4.2.1 Questão Social e os Desfiliaados da Sociedade

A questão social resulta da contradição que está na raiz da produção do capital, com especial manifestação no início deste século e diz respeito ao conjunto das expressões das **desigualdades da sociedade**. A questão social surgiu no século XIX, por volta de 1830, na Europa, a partir das transformações sociais, políticas e econômicas advindas da revolução industrial.

Segundo Castel (2013, p. 30):

A questão social é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade (o que, em termos políticos, se chama uma nação) para existir como um conjunto ligado de interdependência.

Iamamoto confirma a expressão de Castel (2005, p. 27), dizendo que a questão social é:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Em síntese, a questão social expressa, além das desigualdades da sociedade capitalista, as formas de resistência às disparidades sociais.

A questão social, segundo Castel, está ligada, hoje, ao que tem chamado de “exército de desfiliaados” que, segundo o autor, são pessoas que estariam ameaçando a coesão social:

[...] pessoas que não têm lugar na sociedade, que não são integrados, e talvez não sejam integráveis no sentido forte da palavra a ela atribuído por exemplo por Durkheim, ou seja, estar integrado é estar inserido em relações de interdependência com o conjunto da sociedade. (CASTEL, 2013, p. 254).

O autor prefere utilizar a expressão desfiliaados da sociedade em detrimento do termo exclusão social, pois, como ele mesmo afirma, essa é uma “resposta preguiçosa” frente às dificuldades de problematizar os diferentes processos que atravessam a sociedade. Essa demarcação contribui de forma importante para o entendimento de como o social foi sendo vinculado à gestão estratégica da pobreza.

Nesse sentido, Castel (2013) contribui com uma reflexão a respeito do que ele chama de coesão social, que segundo o autor, extrapola o modo de pensar o social e a questão social vinculada àqueles que estão fora, mas, também, refletir a respeito dos fenômenos do que acontece com os que permanecem dentro.

Ainda que o autor tenha construído em sua obra afirmativas sobre o tema da questão social, tendo como exemplo a experiência francesa, a atualidade da questão social apresentada pelo autor nos remete a reflexões importantes a respeito do papel do estado brasileiro no trato da questão social. Concordamos com o autor que a expressão exclusão social tem em si, atualmente, um esvaziamento explicativo, da mesma forma como o social vem sendo posto.

4.2.1.1 Questão Social no Brasil

No Brasil, a configuração da questão social se deu a partir de 1930, tendo uma relação estreita os modos de operacionalização entre capital e trabalho. Para compreender a questão social em suas particularidades, torna-se importante centrar foco na composição e nas manifestações voltadas à realidade brasileira, que ganha um contorno específico, dada a forma subserviente de como o país fez sua entrada na mundialização do capital, como na própria formação da sociedade, expressa no pensamento brasileiro, e também nas relações de cultura, de etnia, de gênero e de nação. Inclusive o pauperismo, elemento clássico da questão social (MONTAÑO, 2012), recebe tratamento particularizado na realidade brasileira com manifestações e especificidades, na tentativa de contribuir nas necessárias mediações para o enfrentamento da questão social hoje. Segundo Wanderley (2011, p. 62),

Ela se funda nos conteúdos e formas assimétricos assumidos pelas relações sociais em suas múltiplas dimensões econômicas, políticas, culturais, religiosas, com acento na concentração de poder e de riqueza de classes e setores sociais dominantes e na pobreza generalizada de outras classes e setores sociais que constituem as maiorias populacionais, cujos impactos alcançam todas as dimensões da vida social, do cotidiano às determinações sociais.

O mesmo autor vai dizer que a questão social, nessa perspectiva, vem adquirindo novas modalidades, nos últimos tempos, por força das mudanças profundas que estão acontecendo nas relações capital e trabalho, nos processos produtivos, na gestão do estado, nas políticas sociais, e pelo chamado “princípio da exclusão”. Assim, segundo Wanderley (2011, p. 63), “Ela se transforma efetivamente em questão social quando é percebida e assumida por um setor da sociedade, que tenta, por algum meio, equaciona-la em demanda política, implicando tensões e conflitos sociais”.

Ianni (1992, p. 92), apresenta uma interessante contribuição para que se compreendam certas particularidades da questão social no Brasil: “conforme a época e o lugar, a questão social mescla aspectos raciais, regionais, culturais, juntamente com os econômicos e os políticos”. Portanto, segundo o autor, o tecido da questão social mescla desigualdades e antagonismos de significação estrutural. Na sequência, ele expressa a sua visão sobre a questão social no Brasil.

Vista assim, em perspectiva histórica ampla, a sociedade em movimento apresenta-se como uma vasta fábrica das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social. A prosperidade da economia e o fortalecimento do aparelho estatal parecem em descompasso com o desenvolvimento social. Isto é, a situação social de amplos contingentes de trabalhadores; fabrica-se precisamente com os negócios, a reprodução do capital. As dificuldades agudas da fome e de desnutrição, falta de habitação condigna e as precárias condições gerais de saúde são produtos e condições dos mesmos processos estruturais que criam a ilusão de que a economia brasileira é moderna [...]. (IANNI, 1992, p. 92-93).

Fica claro que o tratamento da questão social está centralizado nos efeitos da pobreza e não nas causas. Essa “estratégia de gestão da pobreza” (IVO, 2004) despolutiza e tecniciza a questão social. Os direitos sociais que deveriam ser universais são traduzidos em ofertas de programas e medidas paliativas que não promovem impactos reais na diminuição das desigualdades sociais. Entre os objetivos está a regimentação do gasto público e não o direito ao cidadão. Opera-se, portanto, uma ruptura estrutural entre os planos social, econômico e político, através de um processo de transição que prioriza o tratamento da questão social com base em um novo modelo de assistência focalizado. A transição desse processo, segundo Ivo (2008, p. 130), compreende:

- um processo de desconstrução (a retórica da crise) simbólica e ideológica dos sistemas de seguridade anteriores, por meio da ruptura entre trabalho e proteção e da centralidade do equacionamento da questão social restrito à eficiência do gasto público, pela qual opera-se a transfiguração dos direitos de proteção por ações de assistência e a política redistributiva em gestão técnica do social;
- a centralidade do tratamento da inserção dos indivíduos ao mercado, através de transferências monetárias, estimulando o consumo e a demanda de serviços de assistência, rompendo a dimensão de solidariedades coletivas mais amplas;
- *uma organização e mobilização da sociedade civil e dos próprios pobres na construção e controle dos programas, por meio de parcerias entre estado e sociedade civil* (grifo nosso).

A contingência da pobreza no nosso país é histórica e o trato a essa questão colaborou com a instituição de uma cultura do pobre como um coitado que nada tem a fazer a não ser esperar por uma ajuda, de referência material. O investimento na filantropia, na ação social, na ajuda, despolutizou o campo social. Tal como afirma Ivo (2008, p. 135) “O campo

social é despolitizado e fixado como esfera que escapa à ação responsável, pois inteiramente dependente dessa versão moderna das leis da natureza, hoje associada à economia e seus imperativos de crescimento”.

Telles (1999, p. 11) faz uma síntese interessante que colabora para a compreensão dessa relação:

Na verdade é esse deslocamento que permite requalificar o universo da pobreza, pois trata-se de um campo político construído pela convergência de várias temporalidades: o pesado legado de um passado excludente; os movimentos sociais, as reivindicações por direitos e as promessas de uma cidadania ampliada; a reestruturação produtiva e a redefinição do poder regulador do estado em um mundo globalizado, o que projeta as políticas sociais no centro da crise ou redefinição dos modos de regulação social, já que ganham uma nova centralidade pelo aumento crescente da população excluída do contrato mercantil e contributivo. E isso significa também reconhecer que, em torno desse ‘mundo da pobreza’, configuram-se algumas das questões cruciais dos tempos que correm – terreno de enfrentamentos, embates e disputas em torno do atual reordenamento das relações entre estado e sociedade.

A constatação de que a “gestão estratégica da pobreza” operacionaliza e regula a manutenção da própria pobreza é revelar que cidadania e acesso aos direitos são condições “doadas” ao sujeitos que dela necessitam. Assim como diz Faleiros (apud TELLES, 1999, p. 14), “não é através da garantia de direitos de cidadania social que os indivíduos e grupos têm acesso aos serviços”. Complementando, Telles (1999, p. 14) indica que os direitos são “doados”, “por intermédio de critérios focalizados, seletivos e particularizados, estabelecidos sempre de modo *ad hoc* pelas agências, grupos comunitários ou organismos não governamentais que os gerem”. Será possível observar essa questão com maior clareza no item 4.3.

4.2.1.2 Uma “Nova” Questão Social ou um Novo Trato à Questão Social?

A “nova” questão social tem sido identificada, internacionalmente, a partir das controvérsias do processo de globalização e das consequências sociais desse processo, tais como crescentes índices de desemprego estrutural e pobreza, acompanhados pelo fenômeno da exclusão social.

Na verdade, a questão social – que expressa a contradição capital-trabalho, as lutas de classe, a desigual participação na distribuição de riqueza social – continua inalterada; o que se verifica segundo Montañó (2005) é o surgimento e alteração, na contemporaneidade, de suas refrações e expressões. “O que há são novas manifestações da velha questão social”.

(MONTAÑO, 2005, p. 02). Mas qual seriam as características do que se tem chamado de “nova” questão social?

A nova questão social hoje parece ser o questionamento desta função integradora do trabalho na sociedade. Uma desmontagem desse sistema de proteções e garantias que foram vinculadas ao emprego e uma desestabilização, primeiramente da ordem do trabalho, que repercute como uma espécie de choque em diferentes setores da vida social, para além do mundo do trabalho propriamente dito. (CASTEL, 2000, p. 240).

A manifestação poderá ser nova, porém as determinações serão as mesmas. “Os ‘vagabundos’ anteriores à Revolução Industrial, os ‘miseráveis’ do século XIX e os desfiliaados de hoje inscrevem-se numa dinâmica social global”. (CASTEL, 2013, p. 33). O que há, de fato, são novas manifestações da velha questão social.

Pastorini (2005) critica a insistência de alguns autores em afirmar a existência de uma “nova” questão social. Isso consiste em buscar o novo, deixando de lado as características que acompanham a sociedade capitalista desde o seu surgimento, não explicando o porquê dessa permanência.

A ‘questão social’ contemporânea nas sociedades capitalistas mantém a característica de ser uma expressão concreta das contradições e antagonismos presentes nas relações entre classes, e entre estas e o estado. As relações capital-trabalho, no entanto, não são invariáveis, como tampouco o é a forma de organização do capital e do trabalho: por isso, concordamos com a ideia de que existem novidades nas manifestações da ‘questão social’, o que é muito diferente de afirmar que a ‘questão social’ é outra, já que isso pressuporia afirmar que a ‘questão social’ anterior foi resolvida e/ou superada. (PASTORINI, 2005, p. 14-15).

Para a autora, falar de uma velha em oposição a uma “nova” questão social não ajuda na compreensão da questão social na atualidade. E acrescenta que, mesmo que o fenômeno da questão social se expresse de várias formas, “ele não perdeu os traços essenciais e constitutivos da sua origem, reforçando que a realidade precisa ser apreendida a partir de uma perspectiva de totalidade, que está em movimento”. (PASTORINI, 2005, p. 16).

Vale reforçar ainda que, de forma mais contundente, segundo Duarte (2007) a partir da década de 90, a intervenção do estado é minimizada na área social e assim a participação da sociedade na execução de políticas sociais tornam-se um fator fundamental no atendimento a população. É importante destacar que, segundo a autora que este é “um processo que desconsidera direitos e minimiza o papel do estado para atender as necessidades do trabalho e maximiza os interesses do capital, ou seja, subordina os direitos sociais à lógica do mercado e da solidariedade”. (DUARTE, 2007, p. 2-3).

A essa discussão, Montañó (2005, p. 23) colabora referindo que:

Nesse sentido, o objetivo de retirar o Estado (e o capital) da responsabilidade de intervenção na ‘questão social’ e de transferi-los para a esfera do ‘terceiro setor’ não ocorre por motivos de eficiência (como se as ONGs fossem naturalmente mais eficientes que o Estado), nem apenas por razões financeiras: reduzir os custos necessários para sustentar esta função estatal. O motivo é fundamentalmente político-ideológico: retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão quanto a políticas sociais (estatais) de qualidade; criar uma cultura de autculpa pelas mazelas que afetam a população, e de autoajuda e ajuda mútua para o enfrentamento; desonerar o capital de tais responsabilidades, criando, por um lado, uma imagem de transferência de responsabilidade e, por outro, a partir da precarização e focalização (não universalização) da ação social estatal e do ‘terceiro setor’, uma nova e abundante demanda lucrativa para o setor empresarial.

Por outro lado, a privatização se expressa na “progressiva mercantilização do atendimento das necessidades sociais” (IAMAMOTO, 2001, p. 24) e na expansão das iniciativas do “terceiro setor”, caracterizando um trato descoordenado, pontual e pulverizado das expressões da questão social que não reconhece a concepção de direito e de universalidade de acesso.

4.2.2 Sociedade Civil, ONGs e o “Terceiro Setor”

O conceito sociedade civil é utilizado como solução para uma infinidade de problemas da atualidade, em múltiplos significados ideológicos, dos quais podemos destacar três, segundo Seligman (1992 apud ACANDA, 2006): como slogan político, tanto da esquerda quanto da direita; como conceito sociológico, para descrever formas de organização social, vinculado principalmente à ideia de democracia e de cidadania e, por último, como conceito filosófico, vinculados à reflexão sobre a formação, o funcionamento, os valores e as crenças na esfera da ação simbólica. Além de ser um termo ao qual não apenas são conferidos muitos conteúdos e intenções, mas, também, conteúdos e intenções antagônicas. Seus diferentes significados dificultam qualquer discussão, visto que o conceito evoca imagens distintas e ecos e ressonâncias específicos nos diferentes interlocutores, segundo a aceção e/ou o uso de que a ideia de sociedade civil tenha para cada um. (ACANDA, 2006, p. 23).

Martins e Groppo (2010)³⁶ indicam que a sociedade civil se justifica, atualmente, pela positividade que o significado desse conceito adquiriu na dinâmica societária contemporânea:

De fato, as ações dos que se proclamam atores da sociedade civil têm ganhado corações e mentes, pois são apresentadas como mediadas não pelo lucro (mercado) ou pelo poder (Estado), mas pela solidariedade, pelo voluntarismo, pela gratuidade, pelo desprendimento e mesmo pela independência em relação às questões políticas e ideológicas. Daí o apoio incontestado que a grande mídia lhe tem oferecido, pois está comprometida com o 'bom' funcionamento da dinâmica societária burguesa – leia-se comprometida com ocultar suas contradições –, que se reproduz com tranquilidade no ambiente em que reina a indiferença política. (MARTINS; GROPPPO, 2010, p. 9-10).

Segundo Coutinho (2000, p. 13), o uso do conceito de sociedade civil no Brasil da segunda metade dos anos 1970, quando “novos” movimentos sociais (típicos de uma sociedade civil moderna) compunham uma forte frente de oposição à ditadura, apresentava características diferentes do uso que hoje se dá ao mesmo conceito. Montaño (2005) afirma que a sociedade civil é arena de lutas e é conformada por setores de diversos interesses particulares (“fundamentalmente de classe”), representando antagonismo e disparidade no seu interior.

O conceito de sociedade civil foi revigorado, segundo Martins e Groppo (2010), adquirindo conotação positiva, onde grande parte das ações sociais procuram ancorar seus referenciais. “Demonstrar que uma ação social qualquer tem relação com a sociedade civil tornou-se um diferencial positivo na realidade presente”. (MARTINS; GROPPPO, 2010, p. 119).

Em síntese, sociedade civil pode se apresentar tanto como um conjunto de ações sociais, como um conjunto de atores sociais. (SORJ, 2005, p. 16). Martins e Groppo (2010), procuram justificar estas duas formas de identificação da sociedade civil ao dizer que o primeiro “é o paradigma da ação social de perfil moderno, cujo engajamento e luta no processo de transformação social é princípio e finalidade de vida, enquanto que o voluntário, como um modelo de ação do terceiro setor”. (MARTINS; GROPPPO, 2010, p. 120).

³⁶ Cabe destacar que a obra dos referidos autores Sociedade Civil e Educação apresenta uma importante discussão da expressão sociedade civil à luz das referências clássicas de Locke, Hegel e Marx, considerados precursores no uso do conceito. A obra também faz referência a produção de Tocqueville, Habermas, Gramsci e Giddens, que foram identificados, pela recorrência com que são utilizados no Brasil, por fundamentar teoricamente as práticas dos atores sociais da sociedade civil.

4.2.2.1 Movimentos Sociais no Brasil

No Brasil e na América Latina, os movimentos sociais tinham como estratégia de ação a reivindicação, principalmente, pela conquista de direitos junto ao estado. Segundo Adams (2008, p. 4), “no caso brasileiro, o contexto era a volta das eleições diretas, fator que influenciou na alteração da dinâmica das lutas sociais, diante da nova exigência de democratizar os espaços públicos estatais”. A conquista da Constituição de 1988 representou uma certa garantia de direitos há muito tempo negados, mas ainda não significava o acesso de fato.

Tal acesso foi se constituindo como uma possibilidade real a partir de uma movimentação ampla ancorada numa cidadania ativa. Multiplicaram-se fóruns públicos, nos quais questões como direitos humanos, raça e gênero, cultura, meio ambiente e qualidade de vida, moradia, saúde e proteção à infância e à adolescência se apresentaram como questões a serem levadas em conta, numa gestão partilhada e negociada da coisa pública.

A partir dos anos 1990, a crise dos movimentos sociais, especialmente os urbanos, favorecia o crescimento gradativo das ações voltadas para a obtenção de resultados, em projetos de parceria, em muitos casos, envolvendo diferentes setores públicos e privados. (GOHN, 1997; 2004). As novas formas de gestão das políticas sociais contribuíram para desorganizar os métodos anteriores dos movimentos, definirem as suas demandas e fazerem as suas reivindicações. Gohn afirma que:

[...] mobilizar passou a ser sinônimo de arregimentar e organizar a população para participar de programas sociais, a maioria dos quais já vinha totalmente pronta e atendia a pequenas parcelas da população. O militante foi se transformando no ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais. (GOHN, 2003, p. 6).

Tais mudanças ocorreram juntamente com a globalização e implantação de políticas neoliberais, o que resultou em nova conjuntura de lutas e de movimentos sociais. Novos desafios surgiram com o crescimento da economia informal, aumento do desemprego, diminuição do poder dos sindicatos e alterações substanciais na organização do trabalho, sobretudo pela influência das novas tecnologias. (ADAMS, 2007). Novos atores surgem, novas formas de mobilização e uma atuação mais institucionalizada se faz necessária.

Com isso, segundo Montañó (2005, p. 8) “a relação estado/sociedade civil tende a ser instrumentalizada, convertida em meio para alterar as lutas sociais – articuladas em torno de condições de classe, dirigidas contra a reforma do estado, contra a reestruturação produtiva,

contra a ‘globalização’ – em parceria com o estado e em articulação com a filantropia empresarial, na procura do ‘melhor possível’”.

4.2.2.2 O Surgimento das ONGs

A origem do nome ONG tem histórico desde 1945, após a Segunda Guerra Mundial, em um documento da Organização das Nações Unidas, referindo-se a iniciativas da sociedade civil e engajados na reconstrução da vida social.

Esta noción de Naciones Unidas tenía en sus inicios una acepción jurídica. Acepción que queda plasmada en la definición que la resolución del 27 de febrero de 1950 que hizo del término ONG: toda organización internacional cuya constitución no sea consecuencia de un tratado intergubernamental, Junto al carácter no gubernamental, la ONU precisó la necesidad de que estas organizaciones tuvieran un carácter internacional para: [...] dar alguna voz a instituciones internacionales independientes de los gobiernos, para escuchar su consejo. (CARPIO-ORTEGA, 1994, p. 40).

No Brasil, as ONGs surgem num contexto em que era necessário uma forte atuação na expressão da desigualdade social. Muitas, são constituídas a partir de uma vertente religiosa mantida por agências estrangeiras.

Ainda que, as ONGs sejam “um fenômeno mais recente” (MACHADO, 2009, p. 45) a sua presença no cenário brasileiro tem registro histórico desde os anos de 1960. No entanto, a autodenominação como organização não governamental só foi reconhecida algumas décadas depois, como analisa Machado (2009), baseado-se em Landim e Gohn:

Embora as entidades assistenciais ou filantrópicas presentes entre os anos de 1960 e 1970 não se autodenominassem ONGs, Landim (1993) afirma que muitas delas foram se autodenominando organização não-governamental a partir da década seguintes. Conforme a autora, ainda que o termo ONG tenha se popularizado entre as próprias organizações nos anos de 1980, muitas ONGs brasileiras já existiam nas décadas de 1960 e 1970. Elas apenas não tinham um nome que as reconhecesse conjuntamente, o que faz com que autores como Gohn (2000) afirmem que as ONGs brasileiras só nascem nos anos de 1980. Quando, de fato, o que ocorre nesse período é a adoção do termo que lhes conferem uma identidade. (p. 45-46).

Neste período, elas começam a ser identificadas pelo tipo de trabalho que desenvolvem: serviço, suporte e filantropia. Também formaram-se diferentes organizações associativas, tais como sindicatos e associações de moradores e trabalhadores. E aos poucos foram tornando-se mais “autônomas”. O processo que levou à constituição de 1988 ajudou a tomar uma identidade e um papel próprio.

Nos anos de 1990, o termo ONG viveu um movimento paradoxal. Gohn (1997) refere-se à década de 90 como uma época de crise e mudança, que redefine o cenário de lutas sociais no Brasil. A conhecida crise dos movimentos sociais enfraqueceu a militância e a participação, influenciada pela implantação da ideologia neoliberal.

Ao mesmo tempo, destaca-se a atuação das ONGs que passam a cumprir um papel estratégico na conformação de uma nova política, como já mencionado. As ONGs redefinem as suas funções, atuando massivamente no âmbito das políticas sociais, em especial no campo da assistência social e da educação. Segundo Oliveira (2007, p. 41), “[...] essas organizações se transformaram em entidades supletivas das insuficiências do aparelho estatal e estão no interior de um complexo processo de disputa do sentido do que quer dizer ‘social’ e ‘política’”. E continua ele,

[...] para além da tomada de consciência sobre as desigualdades abissais, o que é formidável e inovador na experiência brasileira, escondem-se, contra toda a perspectiva ética dos envolvidos, que é geralmente nobre, nas dobras da crítica ao Estado ‘mau gerente’ a privatização das políticas sociais, a desuniversalização, a volta ao assistencialismo ou, na perspectiva da ‘filantropização da pobreza’. (OLIVEIRA, 2007, p. 41-42).

Estava em jogo a manutenção de uma assistência calcada no assistencialismo, uma vez que tornando legítima a parceria público-privado fez perder a dimensão de mudança social herdada dos movimentos sociais. A profissionalização das ONGs levou a uma hierarquia, a uma especificação de papéis, a uma divisão do trabalho. Com o risco de institucionalização, houve um distanciamento da população.

Neste sentido, Montaño (2005), em sua crítica a este modelo institucional, nomeia o processo da manutenção do assistencialismo por essas organizações de refileantropização da questão social. Segundo a análise de Borba (2008, p. 15), “o prefixo (re) implica em algo que está sendo feito novamente; e, como o prefixo está associado à palavra filantropia, depreende-se que prevalecem, nesses espaços, ações pautadas na responsabilidade particular, focal e na autoajuda, características basilares da ação filantrópica”.

Mota resume a expressão das ONGs da seguinte forma:

[...] referência no campo das práticas emergentes proliferando-se e também fomentando a cultura das iniciativas autônomas, por fora das instituições governamentais, construindo uma antinomia entre eficácia pública e eficácia privada; em certa medida, surgem no cenário político e cultural, ao lado da também revalorizada rede de atividades filantrópicas, a revalorização do privado, do voluntarismo político e do apoliticismo. (2000, p. 102).

Ainda assim, o conceito mais comum sobre ONGs diz o seguinte:

Uma associação ou organização não lucrativa é uma entidade constituída para prestar um serviço que melhore ou mantenha a qualidade de vida da sociedade; formada por um grupo de pessoas que doam o seu trabalho voluntariamente; não dedicada ao lucro pessoal de nenhum de seus membros/sócios/fundadores; e que não tem caráter governamental. (VERNIS, 1998, p. 32).

Isso demonstra a visão reducionista e generalista com que as ONGs foram se constituindo, não somente no Brasil, como no mundo todo. Esse discurso pouco politizado do que seria uma ONG reforça o caráter voluntário e gratuito da “generosidade humana”.

Todavia, não se pode atribuir somente conceitualizações negativas à expressão das ONGs, no Brasil, pois, mesmo limitadas em seus processos institucionais, detém uma capacidade de tornar visível as dinâmicas de exclusão, muitas vezes dando voz ao que é silenciado.

O expressivo aumento das ONGs

O aumento quantitativo das ONGs é percebido desde os anos de 1970, com significativo aumento nos anos de 1990. Mas foi no período entre os anos de 1996 e 2002 o maior registro, especialmente no campo da assistência social.

Em 2002, um estudo proposto pelo IBGE e IPEA, objetivando o mapeamento da sociedade civil organizada, em particular das fundações privadas e associações sem fins lucrativos, as FASFIL, no período de 1996 a 2002, demonstrou um crescimento de 157% no período. Segundo esse estudo, no universo de 275.895 organizações sem fins lucrativos (2002), 32.249 eram de assistência social, 45.161 de desenvolvimento e defesa e direitos; 77% das organizações sem fins lucrativos não possuíam empregados, inferindo-se, portanto, que as pessoas que atuam nestas instituições não são remuneradas ou em condição informal de trabalho. (IBGE – FASFIL, 2004).

Já num segundo estudo, visualizando o período de 2002 a 2005, o aumento foi de 22,6%, passando de 275.895 organizações para 338,2. O estudo demonstrou que as organizações consideradas exclusivas de assistência eram de 11,69%, podendo também abarcar as de defesa de direito, como: associações de moradores 5,28%, centro e associações comunitárias 8,39%, defesa de direitos de grupos e minorias 1,69%, além das instituições religiosas em sua atuação na área da assistência social. (IBGE-FASFIL, 2008).

Os dados de 2002 a 2005 apresentam um desaceleramento na criação de organizações assistenciais e filantrópicas por período. Porém, o estudo indica que essa tendência não é homogênea em todas as regiões, mostrando dados diferentes nas regiões

Norte e Nordeste, onde as instituições mais novas, criadas entre 2000 e 2005, representam maioria, sendo no Norte 32,8% e no Nordeste 30,4% do total das FASFIL que ali atuam. (IBGE-FASFIL, 2008).

O mesmo desaceleramento foi percebido na pesquisa realizada em 2010, que demonstra um crescimento de 8,8% do total das FASFIL do Brasil, passando de 267,2 mil para 290,7 mil organizações.

No entanto, ainda que o crescimento do número de ONGs, no Brasil tenha diminuído, o número final é bastante significativo, gerando impacto econômico e no mercado de trabalho.

A frequente identificação ONGs e movimentos sociais

Como já visto, os movimentos sociais entre as décadas de 1970 e 1980 desenvolvem atividades dirigidas contra o estado. As ONGs que se estabeleceram no Brasil compartilhavam de ideias (não ideais) semelhantes aos dos movimentos sociais – atender a população menos favorecida. Efetivamente, as chamadas organizações não governamentais surgem fortemente vinculadas aos movimentos sociais desses anos, procurando sua melhor organização, participação, articulação nas suas demandas, reivindicações e lutas. Com a crise dos movimentos sociais foi necessária uma renovação, não só do ponto de vista da militância, mas também da ação concreta. Nesse terreno de lutas e reivindicações sociais, as ONGs já estavam trilhando caminhos que cruzavam com algo que se aproximava ao que os movimentos sociais vinham fazendo.

Machado (2009, p. 51) constata, referindo diferentes autores (PETRAS, 1999; GOHN, 2000; MONTAÑO, 2002) que, “a diminuição dos movimentos sociais foi proporcional ao crescimento de redes de organizações não-governamentais voltadas para o trabalho em parceria com as populações pobres ou fora do mercado formal de trabalho”. Esse efeito colaborou para a instituição de um terreno de disputas. Segundo a autora,

Nos locais em que havia movimentos organizados, o novo paradigma de ação social gerou redes de poder social local, compostas pelos líderes dos antigos movimentos, que passaram a atuar como assalariados num campo de trabalho pouco preocupado com as questões ideológicas ou políticas partidárias e mais preocupado com a eficiência das ações, com o êxito dos projetos, pois disso dependia a sua continuidade e, portanto, os empregos dos líderes comunitários. (MACHADO, 2009, p. 51).

Entre várias tentativas de diferenciação, Montenegro define as ONGs da seguinte forma:

[...] há organizações não governamentais progressistas, que são aquelas que desenvolvem trabalhos predominantemente de assessoria, organização dos movimentos populares, educação e comunicação. Têm por característica fundamental a busca pela transformação social e estão divididas em duas linhas de ação: organizações militantes (que são os movimentos sociais) e as organizações profissionais (que estão a serviço dos movimentos sociais). (1994, p. 14).

De modo geral, podemos dizer que as ONGs e os movimentos sociais confundem-se muito mais pelo discurso do que pela própria prática. O fato é de que com a operacionalização das políticas públicas por parte das ONGs e a sua demonstração de “eficiência” em termos de organização, tanto no aspecto da captação de recursos financeiros para a sua manutenção, quanto em termos de mobilização de pessoas, neste caso, voluntários que ajudam a defender as suas causas, elas ganharam uma visibilidade importante. Enquanto isso, os movimentos sociais foram sendo marginalizados, uma vez que proliferava a ideia de que já não eram necessários tendo em vista que suas pautas já haviam sido conquistadas.

Para tanto, nos remetemos a Montaño (2005), que reafirmado por Machado (2009), destaca a importância da articulação entre as ONGs e os movimentos sociais, a fim de que se revitalizem as lutas e reivindicações sociais e não a dependência ou parceria com os governos neoliberais.

4.2.2.3 “Terceiro Setor” - Filantropização da Ação Social

Na medida em que as desigualdades sociais e os efeitos da pobreza foram se tornando um problema a assistência social ainda que ausente em certos municípios e regiões e sem cobertura significativa e sem condições de acesso aos serviços privados (YASBEK, 2008), transfere-se para a órbita da sociedade civil, com já vimos antes, a iniciativa de assisti-la mediante práticas voluntárias, filantrópicas e caritativas. Faz-se necessário, então, tanto a legalização desse segmento, quanto o encaixe dessas em algum setor da sociedade. É nesse espaço que surge o que é chamado de “terceiro setor”.

Assim denominadas, as organizações do terceiro setor vão ganhando notoriedade e assumindo um lugar de legitimidade na atenção as populações que se encontram em condições de negação de seus direitos. Caracterizam-se como prestadoras de serviços, mas carregam a marca de eficientes, proativas e dinâmicas. O então Ministro da Reforma do Estado, Bresser Pereira (1995-1998), faz a defesa das organizações sociais criando uma nova

figura jurídica em outubro de 1997. E, segundo Montaña (2005, p. 52) “apresentada (as organizações) como uma forma moderna de gestão dos serviços sociais, capaz de defender os direitos sociais de forma competitiva e, portanto, mais eficientes, ao contrário da rigidez e anacronismos próprios de um ‘estado burocrático’”.

Montaña defende a tese de que o “terceiro setor” desenvolve um papel ideológico claramente funcional aos interesses do capital no processo de reestruturação neoliberal, no caso, promovendo a reversão dos direitos de cidadania por serviços e políticas sociais e assistenciais universais, não contratualistas e de qualidade, desenvolvidas pelo estado e financiadas num sistema de solidariedade universal compulsória. Segundo o autor:

[...] a ‘origem’ do ‘terceiro setor’ já enfrenta um problema. Surgiu na década de 80, numa construção teórica, com a suposta preocupação de certos intelectuais ligados a instituições do capital por superar a eventual dicotomia público/privado? Teria data anterior, nas décadas de 60 e 70, com o auge dos chamados ‘novos movimento sociais’ e das ‘organizações não governamentais’? Seria uma categoria vinculada às instituições de beneficência, caridade e filantropia, dos séculos XV a XIX (ou no Brasil, com as Santas Casas da Misericórdia, Cruz Vermelha etc)? Tão incerto quanto a origem é sua evolução conceitual. Se o termo foi cunhado nos EUA na transição dos anos 70 para os 80, ele vem diretamente ligado a outro conceito: a filantropia. (MONTAÑO, 2005, p. 57).

Em 1998, na Argentina, foi realizado o IV Encontro Ibero-americano de Terceiro Setor. Ali se definiram como organizações do “terceiro setor” aquelas que são: privadas, não governamentais, sem fins lucrativos, autogovernadas e de associação voluntária³⁷, com a intenção de reunir num mesmo espaço organizações formais e atividades informais, voluntária e/ou individuais, organizações de interesse político, econômico e singulares, coletividades das classes trabalhadoras e das classes capitalistas, cidadãos comuns e políticos ligados ao poder estatal.

Amplamente difuso para ser erroneamente confundido com a sociedade civil, o conceito que inclui uma variedade de organizações, instituições, leva consigo um argumento que faz sentido: reclama o lugar e o papel das ONGs na sociedade de hoje. Isso significa que o conjunto não pode ser feito sem referência a objetivos políticos.

Este conceito, mais do que uma ‘categoria’ ontologicamente contestável na realidade, representa um constructo ideal que, antes de esclarecer sobre um ‘setor’ da sociedade, mescla diversos sujeitos com aparentes igualdades nas atividades, porém com interesses, espaços e significados sociais diversos, contrários e contraditórios. (MONTAÑO, 2005, p. 57).

³⁷ Os primeiros encontros foram realizados na Espanha e no México e o terceiro, no Rio de Janeiro.

Como refere Landim (1999, p. 63), o “terceiro setor não é um termo neutro”, ele tem nacionalidade clara. É de procedência norte-americana, contexto em que associativismo e voluntariado fazem parte de uma cultura política e cívica baseada no individualismo liberal. No entanto, segundo Montañó (2005), não tem apenas nacionalidade, mas também, e fundamentalmente, procedência (e funcionalidades com os interesses) de classe. Surge como conceito cunhado, nos EUA, em 1978, por John D. Rockefeller III. Ao Brasil, chega por intermédio da Fundação Roberto Marinho. (IOSCHPE, 1997). Como num conceito reducionista, 1º setor – dedicado ao político (esfera estatal), 2º setor – dedicado ao econômico (âmbito do mercado) e 3º setor – dedicado exclusivamente à sociedade civil. Supostamente o terceiro setor teria vindo para “resolver” a dicotomia entre público e privado.

A função político-ideológica que se ocupa o “terceiro setor” retira do estado “a responsabilidade histórica com as sequelas sociais e gerando um clima de aliança que omite os conflitos e a luta de classes”. (DUARTE, 2007, p. 04).

Numa reflexão mais crítica e profunda dos textos sobre o “terceiro setor”, podemos observar que, no fundo, há uma constante referência ao fenômeno como se tratando de: atividades públicas desenvolvidas por todas aquelas instituições sem fins lucrativos que, “a partir do âmbito privado, perseguem propósitos de interesse público” (THOMPSON apud IOSCHPE, 1997, p. 41); “função social de resposta às necessidades sociais” que ligam o cidadão comum com organizações que podem participar da solução de problemas identificados, fornecendo algum tipo de serviço (IOSCHPE, 1997, p. 142) e valores de solidariedade local e da “iniciativa individual em prol do bem público”. (IOSCHPE, 1997, p. 92).

O fenômeno em questão não é, portanto, o desenvolvimento de organizações de um setor em detrimento da crise de outro, mas a alteração de um padrão de resposta social à questão social, com a desresponsabilização do estado, a desoneração do capital e a autorresponsabilização do cidadão e da comunidade local para essa função (típica do modelo neoliberal ou funcional a ele). (MONTAÑO, 2005, p. 185).

Assim, o que os autores chamam de “terceiro setor”, segundo Montañó (2005, p. 185) “não é terceiro, nem é setor”. Tal denuncia reflete a tentativa de reunir todos os equipamentos de atenção ao social em um “departamento” resumindo e simplificando ao modo capitalista as intencionalidades explícitas e implícitas nas ações da sociedade civil, seja ela a sua organização (ONG, Fundação, Associação, entre outras).

4.3 O EDUCATIVO NO CAMPO SOCIAL

Como vimos no item anterior, a emergência de ações que visam ao interesse público, e não ao lucro, mas que tem origem privada, acabou por naturalizar o repasse de recursos públicos para instituições privadas, naturalizando também um processo de privatização e de omissão do estado atrelado a lógica neoliberal. (OLIVEIRA, 2007, p. 164).

Uma vez que, como visto, as ONGs congregam com o estado na execução de políticas sociais, há uma intencionalidade educativa orientada a defender determinado projeto de sociedade. Há uma série de tensionamentos, neste tema, mas aqui procuraremos compreender, desde a perspectiva do trato à questão social empreendida no Brasil como gestão estratégica da pobreza, como são utilizados os dispositivos educativos por meio das políticas de assistência social.

Compreendemos que a dimensão educativa das práticas desenvolvidas pelas ONGs só podem ser analisadas se levada em conta as políticas de assistência social que regimentam os programas e projetos, neste caso, de atendimento à criança e ao adolescente. Será importante levar em conta o contexto e a historicidade da produção das políticas públicas que visam, sempre, à criação de efeitos sociais determinados, partindo de intenções em disputa, por diversos atores e instâncias políticas no momento de sua criação.

4.3.1 Um Breve Contexto das Políticas de Assistência Social

A história da Política de Assistência Social no Brasil foi feita de processos díspares. Transitam entre lutas e acomodações, tensionamentos e consensos mas, sempre em busca de alinhamento à hegemonia. Nem sempre é possível perceber na linha evolutiva o que de fato se traduz em novidade. As redações, sobretudo, nos encantam por sua organização, refinamento técnico, padrões pré-estabelecidos.

Os marcos legais da assistência social estão regidos pela LOAS³⁸, PNAS\2004³⁹ e NOB\SUAS⁴⁰. Enquanto um direito social a política da assistência social tem uma dimensão nacional, “fundado no princípio democrático do controle social e da descentralização política e administrativa, cujas ações, visando superar a fragmentação e segmentação”. (TEIXEIRA, 2010, p. 287).

Segundo a LOAS, são beneficiários da política de assistência social, a família, cidadãos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco. O documento ainda especifica dizendo que trata-se de sujeitos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; “identidades estigmatizadas em termos étnicos, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiência; exclusão pela pobreza e/ou no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e sujeitos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social”. (BRASIL, 2004, p. 33).

Segundo Teixeira (2010, p. 287) “essa definição é expressiva das mudanças na área; a política de assistência social, enquanto política de estado” e constitui-se segundo, Yasbek (2008 apud TEIXEIRA, 2010) “como estratégia fundamental no combate à pobreza, à discriminação, às vulnerabilidades e à subalternidade econômica, cultural e política em que vive grande parte da população brasileira”.

É presente que a definição posta pelos documentos oficiais da política de assistência social traduzem uma intencionalidade que remonta a ideia de direito atrelada a determinados grupos sociais. A dimensão compensatória de caráter emergencial é a tônica que alimenta os princípios dos programas e projetos que dela se originam.

³⁸ A LOAS (1993) é resultado de um amplo movimento da sociedade civil organizada, de mobilização e de negociações que envolveram fóruns políticos, organizações assistenciais e representativas dos “usuários” dos serviços de assistência social, como idosos, portadores de deficiência, crianças e adolescentes, trabalhadores do setor, universidades, ONGs e outros setores comprometidos com os segmentos excluídos da sociedade (YAZBEK, 1995, p. 13).

³⁹ Em 15 de outubro de 2004, foi a provada da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), com a resolução n. 145/2004, buscando incorporar as demandas vindas da sociedade. A PNAS vai explicitar e tornar claras as diretrizes para a efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do estado, apoiado em um modelo de gestão compartilhada, pautada no pacto federativo, no qual são detalhadas as atribuições e competências dos três níveis de governo na provisão de atenção socioassistenciais (COUTO *et al.*, 2010, p. 38).

⁴⁰ A Norma Operacional Básica do Sistema único de Assistência Social (NOB-SUAS) foi aprovada por meio da resolução n. 130 em julho de 2005. Pressupondo uma gestão compartilhada pelas três esferas do governo mais a sociedade civil, tem um papel efetivo na implementação da política. Está é a última instância de “reconhecimento da condição de parceiro da política pública de assistência social” entre estado-organizações sociais. Por meio do Vínculo SUAS, são criados um conjunto de resoluções, leis e decretos com o intuito de adequar as organizações sociais às exigências da política (BRASIL, 2005).

Teixeira (2010) colabora para uma importante reflexão a esse respeito indicando que tais dimensões da assistência social ampliam a noção de pobreza para além da carência de renda,

Desigualdades de renda, de acesso, de meios, de oportunidades, de informação constituem suas várias expressões. O uso de termos como exclusão, vulnerabilidade e risco social implica considerar também aspectos subjetivos, relativos às condições de vida dos sujeitos, como a desvalorização social, a perda da identidade, falência de laços comunitários, sociais e familiares, em que a tônica do problema é dada pelo empobrecimento das relações sociais e das redes de solidariedade. (TEIXEIRA, 2010, p. 287).

A discussão a respeito do conceito de vulnerabilidade social tem relação estreita com a compreensão de exclusão social que, no Brasil, está vinculada muito mais vinculada a uma questão de não acesso a bens materiais do que a bem-estar pessoal e social. Oliveira (apud YASBEK, 2008, p. 19) diz que esta definição de vulnerabilidade estritamente econômica “é insuficiente e incompleta, mas deve ser a base material para o seu enquadramento mais amplo”.

De tal modo, a redação da política de assistência social procura ampliar este escopo incluindo aspectos relacionais e de pertencimento, enfatizando um avanço. “Essas dimensões ampliam o escopo da atuação da assistência social, que, junto com os benefícios materiais, oferecem uma rede de serviços para atender as necessidades familiares de forma preventiva e, nos casos de risco social ou violação de direitos, a assistência especializada”. (TEIXEIRA, 2010, p. 288).

Assim, fica figurado que o PNAS ao propor, segundo Sposati (2006 apud TEIXEIRA, 2010, p. 288), “a proteção social básica⁴¹, além da especial⁴², ultrapassa o caráter compensatório do entendimento da proteção social promovida pela assistência social, que ocorre, via de regra, após a gravidade do risco instalado, sempre nas situações limites”. O caráter preventivo é de fato uma novidade, uma aposta que caracteriza um avanço circunstancial.

⁴¹ A Proteção Social Básica tem como objetivos prevenir situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecer os vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (BRASIL, 2005, p. 33).

⁴² A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. (BRASIL-PNAS, 2005, p.37).

Na perspectiva da ação direta, institui espaços públicos municipais para a oferta de serviços, como o CRAS⁴³ e CREAS⁴⁴, que, no caso da proteção social básica, é a linha de frente no atendimento (ou porta de entrada, como mencionado nos documentos legais) direto ao seu público-alvo.

4.3.2 As Organizações Sociais no Contexto da Política de Assistência Social

No contexto da relação execução da política de assistência social e organizações não governamentais há uma condição importante de ser observada. Quando referíamos ainda neste capítulo que as ONGs vinham construindo determinada autonomia, esta não é respeitada quando condicionada a execução da tal política. Está presente tanto na LOAS, quanto no PNAS que as organizações não governamentais precisam orientar os seus objetivos a partir dos objetivos, princípios e diretrizes presentes em ambas, incluindo o SUAS. Miranda (2007, p. 5) diz que “há uma orientação para que os objetivos das ONGs sejam redimensionados para que não se traduzam em práticas assistemáticas, mas, sim, para que possuam *caráter de integração e socialização*, tendo em vista a supressão do assistencialismo e da filantropia”.

Ainda mais ousado, é a aposta de que as organizações não governamentais ao executarem serviços da política, devem “*desempenhar ações contundentes na promoção de direitos e de cidadania*, ou seja, diante das mudanças ocorridas na sociedade global, as organizações devem *garantir o acesso aos direitos sociais e a cidadania aos usuários*”. (MIRANDA, 2007, p. 5).

A orientação do PNAS indica que é importante que a organização disponha de instrumentais técnicos adequados para a operacionalização das ações como: *plano de ação ou projeto*. Esses instrumentais precisam estar em conformidade com os preceitos da LOAS e da PNAS/2004, pois irão atribuir sistematicidade na execução dos serviços. Além disso, é necessário que a organização *disponha de recursos humanos especializados* e que possua conhecimento dos instrumentos legais que norteiam as suas ações, tais como a Lei Orgânica da Assistência Social, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso, Política Nacional de Assistência Social, entre outros.

⁴³ Centro de Referência da Assistência Social. Está descrito na nota n. 32 desta tese.

⁴⁴ O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é a unidade pública estatal de abrangência municipal ou regional que tem como papel constituir-se em locus de referência, nos territórios, da oferta de trabalho social especializado no SUAS a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos. Seu papel no SUAS define, igualmente, seu papel na rede de atendimento. (BRASIL, 2005, p. 34).

[...] é importante que a execução de serviços pelas entidades Não-Governamentais assumam caráter inscrito no âmbito da LOAS e da PNAS e seja realizada a partir da perspectiva da garantia de direitos e da cidadania aos usuários a fim de que a política de assistência social seja efetivada e não apenas empregada de forma desordenada. (BRASIL, 2004, p. 23).

A perspectiva da garantia de direitos é um argumento que tem como objetivo chamar as ONGs ao compromisso da execução da política. Essa exigência pretende, segundo Miranda (2007, p. 7) requerer que “as ONGs executem o serviço exercendo papel propositivo, técnico e político de forma a eliminar as ações assistemáticas e pontuais baseadas no assistencialismo, na ajuda caritativa e na filantropia, adquirida historicamente”. Essa forma de regulação da ação das ONGs confirma, inclusive, a dimensão já apontada neste capítulo da gestão estratégica da pobreza onde responsabilidade e responsabilização lógicas de uma mesma dinâmica.

Não há como negar que a operacionalização da política, ainda que demonstre avanços na concepção de sujeito, no aspecto da garantia de direitos deixa a desejar pois, condiciona e responsabiliza um terceiro agente no process. Assim, consideramos que as respostas a que consegue alcançar não ultrapassam microespaços isolados sem uma repercussão macrossocial.

4.4 INTENÇÃO EDUCATIVA NAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Como característica principal, as políticas sociais, no Brasil, possuem caráter compensatório, apesar da orientação decorrente da Constituição Federal de 1988, da LOAS, do PNAS e do SUAS, proporem a superação da miséria com políticas estruturantes articuladas com processos de educação. Segundo Silva (2014), o conceito de compensação está associado à ideia de proteção social, que direciona as ações do estado apenas e exclusivamente para a garantia da ordem jurídica protetora dos direitos de propriedade e a estabilidade social em geral.

Compensar é uma medida importante, mas sustenta determinada forma educativa da política e não representa uma mudança significativa. Atualmente, no plano nacional da política de assistência social, a previsão de ações educativas tem como princípios:

Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade.
Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais. (BRASIL, 2004, p. 6).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos, que integram as três ONGs participantes deste estudo, tem por foco a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária. Sugere que as intervenções devam ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. Definindo as características do atendimento denominado socioeducativo, tal publicação relaciona o serviço social e a educação, a fim de que se garantam direitos fundamentais da população mais vulnerabilizada social e economicamente.

Ainda que não esteja classificado como uma política compensatória traduz na intencionalidade de ser preventivo traços que compensam os sujeitos que dele participam. Na forma de serviços, traduzidos pelas ONGs em projetos, a intenção educativa vista desde cima parece estar articulada a objetivos que pretendem uma mudança social, mas vista desde baixo, não representa impacto, pois são orientados por uma padronização dos serviços, desconsiderando as realidades múltiplas. Essa compreensão da política que cria uma coerência em nível nacional, considerada como única, por se basear em diretrizes comuns e em metodologias similares, traduzem apenas os esforços compensatórios que inviabilizam os princípios de autonomia, por exemplo.

Enquanto políticas compensatórias, ao serem oferecidas como condição de acesso a estágios iniciais de cidadania, também servem para, de certo modo, neutralizar e padronizar determinadas formas de ser cidadão. (ZUCHETTI; MOURA; MENEZES, 2014, p. 970).

Além do mais, a partir do modelo de parceria estabelecida com as ONGs, segue a lógica da precarização e da flexibilização, visto que as verbas de repasse são escassas, refletindo nas condições mínimas de manutenção dos espaços. Problematizando a ação da assistência social, Demo (2002) apresenta um ponto de vista taxativo quanto ao efeito dessa política sobre a população. Segundo o autor,

[...] a assistência mal posta pode ter efeito deseducativo típico, porque 'educa para a submissão', à medida que, em vez de reforçar o desafio da emancipação, solapa a competência política de se fazer sujeito capaz de história própria. Em vez de suportar o projeto da autonomia, pode mergulhar o pobre em dependência irreversível, confirmando nele a idéia perversa de que a opressão somente pode ser superada pelo próprio opressor. É preciso, pois, questionar aquela assistência que estiola ou mata a cidadania. (DEMO, 2002, p. 11).

O autor refere ainda que o que há de menos importante na assistência é a prestação de serviços, embora, como vimos, sejam fundamentais. Mais decisivo deve ser o ato pedagógico implícito, voltado para a cidadania, tendo-se sempre em conta o caráter dialético complexo e contraditório deste desafio.

O caráter educativo cede lugar ao enfoque cada vez mais econômico e apolítico para trabalhar com os pobres. Segundo Petras (1999, p. 40), “a ideologia e prática da ONG, desvia a atenção das causas da pobreza e das suas soluções (olhando para baixo e para dentro, em vez de olhar para cima e para fora), sem conseguir ir além do sintoma superficial”. Além do mais, com prazos determinados para o seu funcionamento, o mesmo autor indica que “depois de um tempo determinado, os grupos comunitários são abandonados para que celebrem seu 'empoderamento'”, confirmando a intencionalidade da não mudança.

O impacto substantivo de suas ações converge para desviar “o povo da luta de classes para formas inofensivas e ineficientes de colaboração com os seus opressores”, nos indica Petras (1999, p. 41).

Elas despolitizam e desmobilizam os pobres com suas ações focadas na ‘auto-ajuda’. Debruçam sobre temas como ‘excluídos’, ‘discriminação racial’, ‘relações de gênero’ sem ir além do sintoma superficial, para engajar o sistema social que produz essas condições. Incorporando os pobres à economia neoliberal através da

simples ‘ação voluntária privada’, as ONGs geram um mundo político onde a aparência da solidariedade e da ação social disfarça a conformidade conservadora com a estrutura de poder internacional nacional. (PETRAS, 1999, p. 41).

Seguindo essa linha de raciocínio, há que se confirmar que a parceria é alimentada o sistema, pois constitui-se como uma via simples, direta e não conflitiva.

Entrelaçando ideias

O social, compreendido neste capítulo como sendo uma noção ambivalente, foi apresentado como inter-relacionado a um conjunto de dispositivos estruturados entre as mediações geradas no plano da sociedade e do estado e enfatizado por uma abordagem da questão social relacionada aos controles sociais e a própria natureza regulatória das políticas de proteção social. Essa reconversão da questão social foi direcionada para o âmbito exclusivo da assistência social, o que implica em estabelecermos algumas sínteses a respeito da relação entre políticas de assistência social e ONGs.

Diferentes são os tensionamentos postos pelo social, no contexto apresentado neste capítulo. No entanto, em um exame de síntese das implicações do fazer educativo das ações das ONGs, destacamos três deles, a saber:

Um primeiro tensionamento é visibilizado pelo clamor pela sociedade civil organizada como estratégia principal no trato à questão social, especialmente a partir dos anos 1990, com a implantação do projeto neoliberal. Os problemas sociais como pobreza e desigualdade exigiam do estado uma maior intervenção. Diante da necessidade em dar respostas imediatas a essa questão, o estado constitui uma via simples, econômica e “eficaz”, colocando em destaque aqueles que a elas reivindicavam - a própria sociedade civil.

Assim, a sociedade civil organizada passa do lugar de reivindicadora à executora e doadora dos direitos que ela própria exigia. Passa-se então à função de serviçal à lógica de acumulação do capital. Essa estratégia esvazia a dimensão crítico-política e tende a agir de forma funcional, complementar à esfera econômica e ao poder estatal, sendo a eles subordinada.

Esse deslocamento do ativismo político pela cidadania e justiça social para o ativismo civil voltado para a solidariedade se constitui como um caminho aberto, onde o que importa é fazer a representação do estado com ações pontuais. De maneira mais direta, esse deslocamento estaria presente da seguinte forma: “de lutas sociais para a negociação/parceria; de direitos por serviços sociais para a atividade voluntária/filantrópica; da solidariedade social/compulsória para a solidariedade voluntária; do âmbito público para o privado; da ética para a moral; do universal/estrutural/permanente para o local/focalizado/fortuito”. (MONTAÑO, 2005, p. 200).

Desse modo, inicia-se a mais ardilosa forma de manipulação da grande massa, pois operam-se práticas de responsabilização e compromisso àqueles que das políticas necessitam, como se eles próprios fossem os responsáveis pela sua condição, e agora convocados a serem os protagonistas na construção das respostas a suas questões.

Um segundo tensionamento está refletido na estratégia adotada pelo estado em ampliar as funções das ONGs, repassando a sua responsabilidade de ação. Isto exigiu a profissionalização das ONGs, seja para desenvolver projetos “eficazes” para encaminhar as reivindicações da população, seja para localizar o diagnóstico social e político das diversas situações em que agem, seja para analisar e propor, elas mesmas, pautas de atuação sobre as “carências” sociais do país. Isso tudo, com mão de obra precarizada, sob forte pressão pelos prazos pré-determinados e com orçamento limitado.

O estado torna-se, então, o fiador das práticas desenvolvidas pelas ONGs. Assim, a resposta às necessidades sociais deixa de ser exclusivamente de sua responsabilidade e passa a ser uma ação nas mãos do voluntário, do contratado, do provisório e, um “não direito” do que da política de fato necessita.

Como já visto na relação estado e ONGs, há uma intencionalidade que produz dependência. Essa dependência implica no direcionamento das ações que as ONGs desenharam para as suas comunidades, promovendo uma profunda contradição entre o que fazem e o que dizem que fazem. Contradição que opera entre a transformação proposta em seus objetivos e a reprodução das intencionalidades impostas pela parceria.

Motivadas pelo chamamento do estado, acabam por não se dar conta de que a ênfase das práticas educativas que elas próprias realizam está no fazer e não no projeto de sociedade. O não questionamento desse caráter de precarização de suas ações colabora para a *operacionalização* de uma não mudança, o que define uma determinada orientação educativa e se traduz como mais uma tensão do social.

O terceiro e último tensionamento está presente na falácia da participação social. A convocação à participação ativa da sociedade civil⁴⁵ na gestão dos assuntos públicos surge neste tempo como uma exigência crescente da nossa sociedade. “Os avanços da democratização, produto de grandes lutas históricas do povo, criaram condições de livre organização e expressão que dispararam uma ‘sede’ pela participação”. (SPAREMBERGER, 2013, s/p.). Essa estratégia tem como objetivo utilizar a expressão da participação social como forma de responsabilizar o cidadão na sua própria reivindicação.

Nessa convocação da sociedade civil, diluem-se as linguagens de conflito, dando visibilidade ao “protagonismo popular”, o que pode provocar uma falsa participação. Esse movimento coloca em risco o exercício da cidadania. A cidadania, no contexto do “novo” trato à questão social vista até aqui é, na verdade, tutelada pelo estado, uma vez que os direitos sociais passam a ser doados por meio dos programas governamentais, na maioria das vezes administrado pelas ONGs. E são as ONGs as responsáveis por fazer o chamamento da comunidade à participação. Participação esta que nem sempre se traduz em intervir nas ações, mas em assisti-las.

A participação concebida em Freire (2003) está diretamente vinculada do exercício da expressão, de ter voz, de decidir em certos níveis de poder, como direito da cidadania. No entanto, muitas vezes, o que ocorre é uma falsa participação. Não basta estar representado ou

⁴⁵ Aqui entendida como um conjunto de atores sociais. (SORJ, 2005).

ser consultado, há que decidir, escolher, influenciar e colaborar naquilo que lhe é para si e para a sua comunidade.

A perspectiva teórica que orienta esta tese, demonstra diferentes tensionamentos do social numa dimensão estrutural, com uma visão do todo que envolve este tema. Destacamos apenas três destes tensionamentos que sugerem efeitos mais contundentes às ações das ONGs, mas também poderíamos destacar outros como por exemplo, a questão dos impactos gerados pelo discurso do social que é massivamente aceite pela sociedade e apresenta uma face importante, mas que tem uma intenção muito vinculada à transferência de responsabilidade. Outro exemplo está no tensionamento entre os diferentes projetos de sociedade compreendidos como antagônicos, mas que convivem estabelecendo uma estreita relação no interior das ONGs como se fossem a mesma coisa. Ao fundo dessa questão, não parece haver uma clareza de onde se quer chegar com tudo isso. Nesse sentido, o que está em jogo, para além das intencionalidades, são os efeitos das práticas em desenvolvimento. Efeitos para quem é assistido, efeitos para quem assiste, efeitos macro, efeitos micro. Cabe a questão: de que forma os efeitos dessas milhares de práticas são visibilizados ou percebidos pela sociedade?

Nesta tese, vamos analisar uma realidade microscópica dessa questão, que demonstra em suas características gerais muitos dos reflexos que aqui se apresentou, mas também outros. Há por vezes ambivalências e, por outras vezes, ambiguidades na relação entre os objetivos propostos pelas ONGs e as práticas em desenvolvimento. Este aporte teórico foi fundamental para a compreensão do que está em jogo nessa relação, pois ao mesmo tempo em que necessitam garantir sua sobrevivência, necessitam defender e fazer valer sua atuação. A dimensão dos conflitos é uma realidade, expressa pela complexidade da prática, pela dificuldade de se autodenominar e pelas limitações de conceitualizar o próprio campo de trabalho.

5 INTENCIONALIDADES EM CONFLITO

Introdução

No quinto e último capítulo, entrelaçamos os dados da pesquisa empírica e as contribuições teórico-metodológicas evidenciadas nos capítulos anteriores, revelando as intencionalidades das práticas educativas desenvolvidas pelas ONGs e a compreensão que a comunidade tem desse trabalho. Aqui, buscamos desenvolver dois objetivos: *Conhecer a dimensão educativa das práticas desenvolvidas no campo social e analisar os efeitos dessas práticas para os sujeitos da comunidade em questão*. Procura-se responder as seguintes questões: que tipo de orientações coletivas ou visões de mundo emergem das práticas desenvolvidas pelas ONGs e como a comunidade percebe as ações desenvolvidas por estas organizações.

O estudo das práticas educativas desenvolvidas pelas organizações sociais partiu do pressuposto de que essas práticas estão compreendidas em um contexto no qual circulam propostas oriundas dos movimentos sociais, do “terceiro setor”, dos poderes públicos e até de orientações político-partidárias, todas comprometidos com projetos de sociedade muito distintos entre si, o que pode contribuir para confundir os reais objetivos que as organizações propõem. De fato, consideramos que as organizações sociais estão envoltas em uma multiplicidade de intenções, que fazem com que suas práticas permeiem um campo nebuloso, difícil, inclusive, de serem explicadas por quem as desenvolve cotidianamente. Na mesma direção, a comunidade representada pelas famílias entrevistadas demonstra dificuldades de compreensão dos reais objetivos que pleiteiam essas organizações. No entanto, reforçam contribuições importantes para a comunidade à qual pertencem.

No desenvolvimento do capítulo, trabalhamos nos seguintes sub-itens: 4.1 O sentido das práticas educativas das ONGs, revela como as equipes compreendem o trabalho que é desenvolvido nestes espaços; 4.2 O que dizem que fazem e o que fazem de fato as ONGs, problematiza os objetivos propostos em seus documentos oficiais, entrelaçando a compreensão das próprias equipes de trabalho; 4.3 A percepção da comunidade a respeito das ações das ONGs analisa relatos de 30 famílias a respeito da sua relação com as organizações sociais.

Finalizamos com o item 4.4, O potencial educativo das ONGs na relação com a comunidade, em que estabelecemos argumentos que entrelaçam a dimensão educativa presente nas práticas das ONGs e os efeitos dessas práticas na/para comunidade.

5.1 O SENTIDO DO TRABALHO NO CAMPO SOCIAL

É frequente os profissionais do campo social referirem-se às suas práticas como permeadas pela complexidade, difíceis de serem narradas. Por vezes, encontramos relatos que dizem que explicar o que de fato é o trabalho no campo social é tarefa inútil – “Eu já cansei de explicar o que eu faço. Dizer que sou educador social não ajuda nada. Então, eu digo que trabalho com criança pobre, aí as pessoas me dizem – que bonito isso. É complicado”. (Educador 14). Relatos como esse foram apontados no estudo de campo com uma certa frequência. Existem vários motivos que confirmam a dificuldade que os profissionais enfrentam neste campo, especialmente os educadores, de dizer o que fazem. Um deles está na possibilidade de não identificação com uma identidade profissional. Uma outra questão pode estar direcionada a uma compreensão muito limitada da historicidade que compõe o campo social e suas relações com as políticas públicas, o que limita a possibilidade de elaboração de uma argumentação mais explicativa.

Quando se propôs a construção de uma reflexão a respeito da própria prática, a ideia de complexidade se faz presente mais uma vez. A essa questão ouvimos como resposta: “É muito difícil dizer o que eu faço, porque eu faço tanta coisa, assim, é complexo demais. É diferente de ser só professor, por exemplo”. (Educadora 12). A comparação com um professor que está vinculado à educação formal demonstra a necessidade, segundo esse relato, de legitimação do seu ofício. A não legitimação do trabalho no campo social contribui para as dificuldades de explicitação de sua própria profissão. Esse é um tema amplamente debatido nos últimos anos, cujos avanços ainda não foram mensurados.

O entendimento a respeito de uma profissão é aquele que a torna socialmente por ela instituído. Esse entendimento, uma vez estabelecido, pode compor um conjunto de princípios aceitos como indiscutíveis. Entretanto, é impossível ignorar que o campo social constitui-se a partir de diferentes manifestações, como vimos no capítulo 4. Por isso, talvez seja tão complexo instituir uma identidade profissional nessa área.

Apostando na prática reflexiva como uma importante estratégia pedagógica, foi nos círculos de diálogos que conseguimos construir algumas linhas de pensamento a respeito das práticas que esses profissionais desenvolvem em seu cotidiano. Inicialmente, buscamos delimitar, junto às equipes, o que correspondia ao foco do trabalho. A ideia era possibilitar que pudessem falar a respeito dos sujeitos que atendiam.

Entre dúvidas, um conflito se instalou logo nos primeiros minutos da discussão, pois essa questão não parecia estar definida para a maioria dos participantes das três ONGs.

“As crianças”. (vários responderam ao mesmo tempo).

Um silêncio...

“Crianças e adolescentes também?” (Educadora 12)

“Nós!” (Educador 14).

“Não, nós não somos o centro do nosso trabalho!” (Educadora 17)

“Os educadores” (voz ao fundo).

Murmúrios...

Crianças e adolescentes, é isso então que é o centro do nosso trabalho?

“É” ... (vários).

*“Eu penso que o centro é a criança e o adolescente para atingir a família”.
(Educador 19).*

“Na verdade, o nosso desejo é a família como um todo, no centro né, mas a gente sabe que é algo para ser construído, que não é algo assim tão fácil”. (Educadora 21).

Essa transcrição refere-se apenas a uma das ONGs que participaram deste estudo. No entanto, o conflito foi uma constante nas três ONGs. Ainda que em seus documentos oficiais tenha uma explicitação bastante clara que indica que o público-alvo de suas ações são crianças e adolescentes, consideramos que a centralidade do trabalho das ONGs é discutível, uma vez que pretendem, em seus objetivos, desenvolver ações bastante amplas, como visto no item 3.3.1, do capítulo 3, como por exemplo “contribuir para que as famílias se percebam [...]”, “[...] relação de diálogo com jovens [...]”, entre outros.

Outro conflito foi destacado quando tiveram que falar a respeito do sentido do seu trabalho na ONG. Das 21 pessoas participantes de um dos círculos de diálogos, dez indicaram que não conseguem expressar o que seria. Entre tentativas de elaboração, estas foram as respostas:

“É um trabalho social, quem sabe?”. (Nutricionista 1).

“É um resgate”. (Educador 7).

“É a participação ativa”. (Pedagoga 1).

“Ajudar o outro”. (Educador 4).

“É a inclusão de seres humanos na sociedade”. (Educador 7).

As dificuldades em conceitualizar o próprio campo de trabalho foi uma constante entre os relatos. Respostas como essas foram proferidas por trinta participantes dos círculos de diálogos, considerando que o total de participantes foi de 42 pessoas. Entretanto, uma colocação traz elementos para uma importante análise da realidade do trabalho social. Mas, não foi suficientemente compreendida pelo grupo.

“Existe um vão que ficou, tanto na área econômica [...] e aí tu tem que prestar esse serviço social, mas eu espero que isso finda. Mas, no momento, é o que tem, pela falta da família, pela falta da escola, pela falta da sociedade, pela falta de tudo, essa criança ficou meio perdida [...] é por isso que tem várias instituições fazendo praticamente a mesma coisa. Eu trabalho em duas, fazendo a mesma coisa, com o mesmo tipo de criança, vivendo as mesmas situações, na mesma cidade, quase que no mesmo bairro. Lamentável”. (Nutricionista).

A análise da realidade apresentada procura justificar a necessidade do seu próprio trabalho, concluindo, inclusive, que várias organizações sociais desempenham o mesmo papel, indicando a dimensão em que se situa esse trabalho. No entanto, o que mais chamou a atenção do grupo foi a expressão “[...] mas eu espero que isso finda”. Tal expressão deixou muitas pessoas confusas,

“É que tem que acabar com o assistencialismo, não com o serviço social, né. É que tem uma diferença”. (Pedagoga 1).

“Como assim, acabar? Isso não pode acabar. A pobreza nunca vai acabar”. (Educadora 16).

“Então a gente trabalha para o nosso trabalho acabar? Não compreendi”. (Educadora 14).

Entre manifestações de desaprovação com tal afirmação, na tentativa de esclarecer o que foi dito, a nutricionista refere,

“Eu acho que é a filosofia, não é que eu queira que acabe o serviço social, mas eu acho que a filosofia, tu faz um concurso é para a vida toda, no momento que tu faz um concurso é pra ti se estabelecer, mas tu não pode se estabelecer numa situação dessas”. (Nutricionista).

A criticidade feita pela nutricionista com relação ao trabalho que desempenham os profissionais neste campo apontou mais um elemento importante que reflete na própria intenção de constituição de uma identidade profissional, “[...] se estabelecer numa situação dessas”. Porém, muito mais do que examinar o conteúdo presente neste relato, cabe referir que esta foi a única tentativa de reflexão mais densa a respeito do trabalho no campo social. Parece-nos suficientemente clara a necessidade que tais profissionais têm de se aproximar de uma contextualização que oriente e focalize as implicações desse movimento no campo social.

Entre dilemas, a questão a respeito do trabalho que a ONG desenvolve e que eles, enquanto profissionais, são agentes, apontou diferentes formas de ver esse campo. Dos relatos, lidar, resgatar, orientar, ajudar e cuidar são ações que estão diretamente vinculadas a esse campo.

“[...] lidar com crianças”. (Educador 14).

“[...] resgate dos valores do indivíduo para que ele se sinta um cidadão”. (Educadora 12).

“[...] valorização do humano para ser bons cidadãos”. (Educadora 21).

“[...] orientar as crianças”. (Educadora 17).

“[...] prática de ajudar os indivíduos”. (Educadora 16).

“[...] trabalhar com o outro na sua diversidade”. (Educadora 2).

“[...] ajudar, cuidar, incentivar, gostar e aprender”. (Serviços gerais).

“[...] melhoria das relações dentro da comunidade”. (Educador 19).

“[...] garantia dos direitos. A garantia de direitos é um pilar do trabalho”. (Educadora 11)

“[...] fortalecimento de vínculos”. (Educador 7).

*“[...] trabalho com a comunidade, defesa de direitos, políticas públicas”.
(Coordenadora 1).*

Os aspectos apontados estão vinculados a um determinado modo de ver esse campo. A dimensão de educação presente remete ao cuidado como princípio. Essas características definem, inclusive, um certo padrão de valores que influenciam no direcionamento das práticas educativas.

Dos relatos aqui destacados, educar para a diversidade, para o acesso aos direitos e para fortalecimento de vínculos, em menor incidência, vão além da educação para o cuidado e traduzem os objetivos pleiteados pelas organizações participantes deste estudo.

Quando questionada a expressão “garantia de direitos”, a resposta foi a seguinte: “Porque tu promove isso dentro da tua ação, do teu trabalho, e eles têm que aprender isso também”. No entanto, não fica clara qual é a compreensão de garantia de direitos implícita nas falas.

O tema do fortalecimento de vínculos aparece sutilmente. Esse é um tema no qual ambas as organizações estão envolvidas, tendo em vista que as três ONGs possuem parceria com o governo municipal na execução desse programa na região. Então, coube fazer a pergunta - por que a gente tem falado tanto em fortalecimento de vínculos nos últimos tempos? E como resposta,

*“[...] eu acho que é tentando aproximar a família [...] então você quer que aquela criança e adolescente tenha um olhar diferenciado sobre a sua família”.
(Educador 7).*

*“[...] Então, tu fortalecer esse lado é fortalecer toda [...] eu tô perdendo a palavra [...] é a questão da cidadania, tu aprende dentro de cada, toda essa construção da cidadania, por isso que às vezes a gente não encontra nas crianças. Então, tentar resgatar isso é, na maioria das vezes, a totalidade do trabalho. É a maior parte do trabalho dentro da ação social que a gente faz”.
(Educadora 22).*

“Trabalhar também com essas crianças que estão vulneráveis a situações de violência, de vulnerabilidade ou até com esses vínculos que foram falados que já não existem mais na família, trabalhar a não-violência, o combate à violência, que ao estar aprendendo lá sobre cidadania, valores, que isso se reflita na sua vida, na sua família, na sua comunidade e também na escola, mudando também as suas atitudes [...]”. (Educadora 24).

O fortalecimento de vínculos, segundo os relatos, está vinculado à valorização das relações na família e ao resgate da cidadania. Esse tema é bastante atual no campo do

atendimento socioassistencial. Convivência e Fortalecimento de Vínculos é um programa do governo federal que está previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais que institui, na Proteção Básica⁴⁶, quatro serviços de convivência e fortalecimento de vínculos⁴⁷. Eles são organizados por faixa etária e têm como objetivo prevenir possíveis situações de risco da população em geral, visando à melhoria da qualidade de vida⁴⁸.

Especificamente as ações desenvolvidas no interior das ONGs, a seriedade com que esse trabalho é desempenhado foi bastante valorizado. Referem, ainda, o trabalho como uma engrenagem onde há muitos desafios,

“Aqui se trabalha e muito sério. A ONG respeita muito os educandos e educadores como uma engrenagem, tudo deve funcionar ao seu tempo. Vejo que ainda temos alguns desafios nesta engrenagem, mas acredito muito neste trabalho e nesta equipe” (Assistente Social).

“Percebo que o desafio é grande, mas estamos trabalhando para alcançar nossos objetivos. É uma ONG séria, que acredita no que faz e está crescendo devido à participação e colaboração de todos da equipe” (Pedagoga).

Entre tantos desafios anunciados em seus relatos, os embates internos que têm vinculação com as estratégias de gestão demonstram como as ONGs vão se tecnificando e exigindo de seus profissionais determinadas posturas:

“Temos muito a contribuir com a população, respeitar os processos, mas a instituição tem dificuldades de trabalhar questões internas como; gestão coletiva, democracia, trabalho coletivo, embora já se tenha caminhado muito” (Coordenadora 1).

⁴⁶ Os Serviços de Proteção Social Básica, regulamentados pela Tipificação Nacional, são quatro: a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas (BRASIL, 2009, p. 06).

⁴⁷ Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. Podem ser ofertados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) ou em outras unidades públicas ou em entidades privadas sem fins lucrativos, desde que referenciadas ao CRAS, sempre supervisionados por uma equipe de profissionais capacitada para atender as demandas específicas de cada faixa etária. A sua oferta está dividida por faixa etária – crianças até 06 anos, de 06 a 15, de 15 a 17 anos e idosos. (BRASIL, 2009, p. 09-10).

⁴⁸ A relação que se estabelece entre as ONGs e o poder público será explorada no item 4.3 deste capítulo.

“O trabalho da equipe técnica, professores e funcionários é bom. Cada um faz a sua função e ainda ajudam o próximo. O trabalho é organizado. Temos várias planilhas que devem ser preenchidas todas as aulas, além dos relatórios e reuniões mensais” (Educadora 17).

“Eu acho que isso acontece até entre nós, porque senão a gente não estaria aqui tentando refletir isso e aproveitando os saberes de cada um. Só que às vezes a gente confunde. Porque assim, como a gente não aceitou a questão formal, que é aquilo que nos incomoda – a escola formal, o trabalho formal – isso tudo nos incomoda, por isso que a gente está no social. Por outro lado, esse social, ele não pode ser solto, bagunçado, e aí a gente às vezes confunde isso com a questão das funções que se exerce lá dentro. E isso não é consciente, é inconsciente. Quando a gente viu já fez. É no dia a dia. É difícil dizer que uma organização, apesar de ter um monte de conceitos, ela vai viver isso plenamente”. (Coordenadora 1).

Os relatos até aqui apresentados não correspondem à totalidade das falas, mas são representativos, na medida em que equivalem a mais da metade dos participantes dos círculos de diálogos. A superficialidade com que foram tratados os temas propostos demonstra uma certa limitação e, talvez, desconhecimento do que implica o trabalho das ONGs.

Levamos em conta que, muitas vezes, a inserção de profissionais neste campo se dá de forma rápida demais para que se tenha tempo de minimamente cercá-los de informações que deem conta do contexto no qual trabalham. Essa realidade vai revelando o *modus operandi* no qual as ONGs estão organizadas. A cada projeto aprovado, uma nova equipe é contratada para atuar por determinado período. Nem sempre essas equipes possuem conhecimento e experiências suficientes para “dar conta” das complexas relações que estas crianças e adolescentes vivenciam em sua realidade, em conexão com o papel que precisam desempenhar, como por exemplo, ministrar oficinas de música, informática, tênis, entre outras. O crescimento acelerado das equipes pode resultar em problemas internos, que levam meses para serem solucionados; às vezes, em todo o período do projeto, especialmente no que diz respeito à relação com o público atendido, como foi percebido em diferentes momentos da observação participante.

“O meu desafio é se perceber nas situações-limite, quando te tiram da tua zona de conforto - porque mexe com aquilo que tu acredita”. (Nutricionista 1).

“[...] porque a gente vai trabalhar com essa gente - a gente tem medo”. (Educadora 12)

“[...] se colocar no lugar, mas tu nunca consegue ser o outro”. (Educador 7).

“A gente também é vulnerável, porque a gente olha essa criança e vê o problema, e não a criança. A gente está com medo dela”. (Educadora 9).

A prática profissional está imersa na complexa realidade, que escapa à tendência de tratá-la como se fora uma obviedade e de compreendê-la sob uma única direção. Os conflitos presentes na prática cotidiana surpreendem até mesmo aqueles cuja experiência já não é mais inicial. A compreensão da realidade requer diferentes níveis de percepção que, apesar de tecerem correspondência entre si, não nos conduzem a uma única resposta. Essa compreensão também é marcada pelos valores que constituíram os sujeitos. É a partir desses valores e de seus ideais que o profissional vai encontrar as devidas respostas às questões que os relatos acima suscitaram no momento da experiência vivida. E, com isso, esses profissionais, constroem seu próprio modo de estabelecer alguma empatia, se o seu desejo for de permanecer nesse espaço.

Segundo Freire, as situações-limite são constituídas por contradições que envolvem os sujeitos. Tecendo considerações sobre o tema das situações-limites presente na obra de Freire, Osowski (2010, p. 375) diz:

Dar-se conta de como seu modo era produzido por essas situações-limites poderia contribuir para que soubessem como agir para mudá-las. Para isso, precisavam pelo menos, reconhecer como essas situações-limites desencadeavam exigências e tarefas que os tornavam passivos frente às respostas que deveriam apresentar, obrigando-os a pensar, sentir e agir de determinadas formas e não de outras.

De acordo com Romans (2003), o exercício profissional no campo social se baseia na orientação e no enriquecimento dos processos educativos que serão vivenciados por pessoas que, de alguma maneira, estão vivendo ou correndo o risco de uma situação de marginalidade social. Assim, se requer desse sujeito, para além do conhecimento técnico, a capacidade de estabelecer uma relação de empatia.

Não demorou muito para que o tema do perfil profissional fosse posto em debate. Esse é um tema que gera muita discussão no interior das ONGs, pois não há uma formação específica que direcione os profissionais a esse campo, o que dificulta a seleção de pessoal para tal tarefa.

O conflito entre ser um profissional do campo social ou ser um profissional de outras áreas ficou evidente quando os relatos questionaram determinadas posturas, que, segundo eles, registram uma importante diferença:

“Tu ser trabalhador na área social, tu não vai viver ali quatro ou oito horas e vai pra casa e acabou. É 24hs por dia, tu vive isso intensamente”. (Educador 1).

“Por isso que às vezes nos estressa, a gente até pensa assim, de repente uma coisa mais mecânica, [...] a gente seria menos estressado. [...] Porque tu trabalha aí, tu vai pra casa pensando na família do fulano, é difícil separar”. (Educadora 2).

“Mas aí eu acho que só fica quem se identifica”. (Educadora 2).

A identificação com o campo social e o desejo de fazer algo diferente são características que, segundo as equipes, motivam a opção por esse trabalho. “Mas, de repente, o que motiva a ir para a área social não é a questão das injustiças, porque assim todo mundo falou, eu queria algo diferente” (Coordenadora 1). Fazer algo diferente é fugir da normatividade posta pela sociedade,

“A norma não estava funcionando. Não serve pra nós. [...] que escolhe simplesmente porque quer uma coisa diferente. Não é porque eu vejo as injustiças - aí eu justiceiro”. (Educador 1).

“Na verdade, eu acho que eu tenho um perfil assim, de gostar de ser desafiada”. (Educadora 2).

A questão da intencionalidade com a qual diferentes profissionais optam pelo trabalho no campo social foi um destaque que reforça a ideia de que nem sempre essa aproximação se dá pela questão da militância⁴⁹. A opção pelo trabalho no campo social, segundo os próprios integrantes das ONGs, não era uma opção isolada, fazia parte de uma vontade de fazer algo diferente, ainda que não estivesse bem claro o quê.

“Mas tu trabalha com uma coisa, que aí eu acho que é o diferencial, [...] nós também fazer as nossas próprias escolhas no sentido da gente ser feliz. Tu é feliz quando tu faz as tuas próprias escolhas, porque as escolhas são nossas, e a gente pode mudar o mundo sim, mas quando a gente faz as escolhas e a gente mobiliza outros pra fazer as escolhas que a gente acredita. [...] Muitas vezes, a mudança, ela vem quando a gente consegue ter essas conexões de energias com os outros, que também tem os mesmos sonhos. Então, eu acho que isso faz o diferencial. [...] Ninguém empurrou nós para estar aqui. Se a gente escolheu estar nesse trabalho, a gente tem que ser feliz nesse trabalho”. (Coordenadora 1).

⁴⁹ Militância segundo a concepção freirena “é a de quem se prepara e se organiza para a prática, é a de quem luta por direitos e protesta contra as injustiças”. (MORETTI, 2010, p. 266). O potencial simbólico da militância está nas lutas sociais. O caráter do “ser militante” relaciona-se com aquele educador ou educadora que é capaz de compreender os anseios dos seus educandos e educandas, colaborando para estruturar uma visão de mundo coerente. (STRECK, et al., 2014, p. 175).

“Eu ousou dizer que tu nasce com isso, com essa essência, só que, no decorrer do caminho, muitos buscam isso por ser mais fácil em questão do trabalho. Ah, eu estagiar numa ONG é muito mais fácil do que numa empresa grande. Mas eu diria que tu nasce com essa essência. Eu digo isso pela minha caminhada, porque eu escolhi ser catequista, porque eu escolhi viver em grupos de jovens, porque eu escolhi entrar na pastoral de juventude”. (Educador 1).

Diferentes são as influências que conduzem profissionais para esse campo. Dentre eles, as experiências vinculadas à igreja foram apontadas por seis pessoas. O envolvimento com o trabalho nas pastorais mobilizam interesses que tem relação com a ajuda ao próximo. Também foram registrados relatos que indicam que há uma “essência” muito particular que define a opção por este trabalho.

“Pra nós que nascemos com essa essência, ok. Pra quem não nasce com isso, acaba sendo frustrante. Quando eu digo que é mais fácil, porque tu manda um currículo e vai trabalhar como oficineiro de informática. Aí tu te fixa na oficina informática, não na realidade. E aí eu vou me deparar com a realidade, eu fico frustrado e não vou trabalhar oficina de informática nenhuma”. (Educador 1).

“É que aqui a gente não tem nenhum educador de áreas específicas, né, se é que a gente pode criar uma definição, aqui estão os educadores gerais. Porque eu vejo muito isso naqueles que são professores de dança, de informática, que são professores e que em algum momento caiu nessa área”. (Educadora 2).

Há um processo de autoexclusão implícito nos relatos. Esse movimento pode fazer parte do processo, uma vez que há a necessidade de afirmação de uma identidade profissional. Falar de profissionalização neste campo, ainda que recente, é uma realidade desde o momento histórico em que as ONGs se formalizam juridicamente e passam a remunerar os seus, até então, voluntários.

Como visto desde a perspectiva teórica deste estudo, o campo social está envolvido em uma polissemia de aspectos que dificulta a visibilidade do que realmente estas organizações fazem. O sentido atribuído, pelas equipes das ONGs, ao trabalho no campo social, em geral, demonstra uma conotação de ajuda ao próximo, não traduzindo uma perspectiva mais crítica. Segundo Úcar (2010, p. 150) “Sin una respuesta clara al sentido actual de ser social, las profesiones de lo social y, en concreto, los trabajadores sociales se quedan sin referentes externos que contextualicen y aportensentido y dirección a sus intervenciones”.

A orientação pedagógica dos educadores deve contemplar uma unidade dialética e dialógica entre as perspectivas do ponto da subjetividade e da objetividade para a construção

dos saberes que permitam a efetivação de leituras críticas da realidade. São os conhecimentos adquiridos que permitem aos sujeitos e grupos sociais questionar ou interpretar a realidade e como a mesma se situa em um determinado tempo e espaço social.

5.1.1 As Práticas em Questão

As práticas educativas desenvolvidas pelas ONGs são difíceis de ser compreendidas. Essa afirmativa foi elaborada durante o período da observação participante. A experiência de observação e participação em diferentes espaços e momentos das ONGs possibilitou perceber que não há uma regularidade no trato cotidiano. A expressão “cada dia é um dia”, proferida por uma educadora, resume bem o cotidiano das ONGs.

A cada semana uma nova proposta, uma nova ideia, uma nova ação. A dinâmica inventiva e criativa não fixa uma rotina. Com maior ou menor número de crianças e adolescentes atendidos, o fato é que há uma necessidade permanente de mudança. Em geral, as suas práticas giram em torno de oficinas temáticas – dança, violão, natação, informática, entre muitas outras. São, portanto, “ações que fazem da educação para o convívio em sociedade e para o exercício da cidadania uma estratégia de proteção à infância e à juventude”. (CARVALHO; AZEVEDO apud MOURA; ZUCCHETTI, 2010).

Teoricamente, não há um consenso de como nomear as práticas educativas que ocorrem nas ONGs. Na literatura, foram encontrados diversos termos, como: atividades recreativas não-formais, não-escolares, não-convencionais, animação sociocultural contrária à escola, socioeducativas em meio aberto.

Uma das explicações possíveis para este acontecimento se deve ao fato de que essas práticas se desenvolvem, sobretudo, na oralidade; e também, por muitos anos, o modelo das práticas educativas formais terem sido vistas como único modelo vigente de educação, chegando até à desqualificação das outras práticas. (GARCIA, 2003). Como consequência desse processo, temos uma frágil produção teórico-científica nesse campo.

Outra explicação possível é que são práticas que foram acontecendo nos espaços ligados à benemerência, nas igrejas, nas associações de bairro, conduzidas por um conjunto de pessoas com pouca ou nenhuma profissionalização. Garcia (2003) designa esse acontecimento como “terra de ninguém”, atividades de segundo plano, um campo aberto para aqueles com boa vontade ou que pudessem visualizar essa “oportunidade”.

Todavia, este campo onde se inserem essas modalidades de práticas educativas tem sido palco de disputa intelectual (BOURDIEU, 1983), uma vez que passou a ser proclamado

como uma das resoluções para as situações de violência encontrada nas periferias dos grandes centros urbanos. (PARK; SIERO, 2005).

A prática educativa é política (FREIRE, 1983) e é, também, organizada a partir de determinados ideais subjetivos. Inclui dificuldades e limites dependendo de certas situações, contextos, circunstâncias e realidades. A prática educativa se traduz por um conjunto de ações, na complexidade das relações micro e macrossocial. Há uma tensão oculta presente nos elementos constituintes da própria prática - o político, o econômico, o sociológico, o afetivo, o subjetivo, entre outros -, que mantêm contínua ligação, interação e interdependência entre si, entre partes e todo, todo e partes.

Consideramos que a expressão da prática expõe as formas de conhecer, interferir, pensar e agir. A prática envolve ação, decisão e estratégia. Cabe ao profissional do campo social conseguir articular na sua prática as diferentes experiências de vida, de formação e de trabalho na elaboração de sua práxis. A práxis é um instrumento que possibilita a tomada de consciência crítica sobre as diferentes realidades nas quais esse profissionais se inserem.

5.2 O QUE DIZEM QUE FAZEM E O QUE FAZEM DE FATO AS ONGS

As práticas educativas desenvolvidas pelas organizações sociais, teoricamente, precisam manter estreita relação com os objetivos que as mesmas pleiteiam. São eles que orientam de maneira direta ou indiretamente o planejamento diário de cada um dos profissionais no interior das organizações. Nossa proposta aqui é, a partir das reflexões das equipes, analisar as concepções presentes nos objetivos pleiteados pelas organizações.

Com relação ao trato de análise dos objetivos das ONGs, abordaremos aspectos comuns entre eles e que foram postos em discussão nas três organizações, a partir de um círculo de diálogos. Assim, foram identificadas e destacadas as expressões: vulnerabilidade e risco social, cidadania e emancipação. Transformação social não foi uma expressão presente nos objetivos de todas as ONGs. No entanto, foi identificada como discurso presente em seus documentos oficiais. Sendo assim, propomos iniciar com este tema.

5.2.1 Transformação Social

Transformação social é uma expressão comum nas intencionalidades das organizações sociais de uma maneira geral. A concepção de transformação social é envolvida por ideias progressistas e democráticas. O comprometimento com a transformação social é,

portanto, premissa da educação liberadora, e essa libertação não é apenas individual, mas coletiva, social e política.

Partindo desse entendimento, no círculo de diálogos, algumas falas logo anunciaram uma descrença no tema em questão. Indicam que é um discurso bonito, mas difícil de ser alcançado.

“É um texto muito bonito, mas eu não acredito nele”. (Cozinheira).

“Nem todo trabalhador tem essa linha de pensamento. Então muitas vezes dá esse impacto de que a escrita tá linda, bonitinha, maravilhosa, mas no real não acontece”. (Educador 1).

“Eu não sei, parece difícil de enxergar isso lá no final, lá no fundo da comunidade”. (Educadora 3).

Houve uma tentativa de silenciamento dessa discussão. A maioria das pessoas não fez nenhuma colocação, o que pode evidenciar tanto um descrédito no potencial transformador de suas ações, quanto uma certa negligência ao tema. Tal negligência tem relação com a ideia de que determinadas responsabilidades que não são suas, como percebido nas seguintes falas: “Eu sou apenas o educador de informática” (Educador 7), “A minha tarefa é ensiná-los a dançar bem” (Educadora 8).

A dificuldade em interpretar e colocar em prática determinados objetivos da organização é um fator que dificulta o avanço da própria ONG, segundo estes dois educadores: “Quem tem uma caminhada mais longa na organização vai entender isso de uma forma, quem está iniciando vai compreender isso diferente ou quem não se encontrou nessa caminhada é diferente, sabe” (Educador 1). Uma outra educadora complementa: “Como é que eu vou trabalhar numa organização que tem essa missão, pensando que eu só trabalho até às 15h e tchau? Acho que não existe como” (Educadora 2).

Ainda que os objetivos tenham sido construídos coletivamente, as ações são construídas em determinado tempo, e o movimento de entrada e saída de trabalhadores pode não acompanhar historicamente os processos, assim como indica o mesmo educador: “Tem uma prática pensada, ela não pode ser pensada só para aquele momento” (Educador 1).

Uma das coordenadoras, procurando chamar o grupo para a sua responsabilidade, resume,

“Por isso que ela tem que ser incorporada. Ela não é só uma pedagogia que tu pensa, que tu fala, que tu faz um discurso e tu faz uma prática diferente. Ela tem que ser incorporada como prática no dia a dia. Eu acho que é difícil sim, eu acho que tem coisas que nós não caminhamos nesse sentido”. (Coordenadora 1).

Transformação social à luz da compreensão das equipes significa transformar o próprio sujeito - criança e/ou adolescente. Esta ideia está intimamente vinculada às ONGs, que, realizadas no interior das organizações, focam apenas o sujeito em si, como relata uma coordenadora: “Então assim eu acho que é um pouco a nossa cultura, trabalhar muito bem e cuidar muito bem da porta pra dentro, porque nós, eu vejo assim, nós somos admirados pela forma com que a gente cuida das crianças e dos adolescentes da porta pra dentro”. (Coordenadora 4).

Segundo Dagnino (2004), no nível macrossocial, os efeitos do trabalho das ONGs são pontuais e paliativos, ou talvez não ocorram, pois, ainda que previsto em seus objetivos um alcance mais amplo, a realidade das suas ações não permite ultrapassar os âmbitos internos. Há que se levar em conta que não se muda a sociedade apenas com a participação no plano local, micro, mas é a partir do plano micro que se dá o processo de mudança e transformação na sociedade.

A dimensão dessa transformação é vislumbrada pela crença na formação de um sujeito capaz de realizar uma leitura de mundo que possibilite enxergar as suas próprias dificuldades e que seja capaz de, a partir disso, mudar o próprio destino é a compreensão de boa parte dos integrantes das equipes. No caso do depoimento acima, se não ocorrer essa transformação na geração em questão, que isso sirva de instrumental para a transformação das gerações futuras.

“Eu acho que nós temos aqui esse objetivo, é mostrar para os jovens e crianças que a gente sabe a situação que eles vivem e que eles não precisam se acomodar com aquela situação – quem de repente, pai e mãe ou responsável estão, mas nós mostrar através das nossas oficinas que eles podem ir além [...] e até, de repente, os filhos deles não precisarem mais de uma ONG. Eles já estão sendo transformados, e os filhos deles já nasceram transformados, nessa transformação social [...]. E mostrarmos que existem um outro mundo pra eles”. (Educador 7).

“Que essa transformação seja mega reveladora na área social a ponto de extinguir”. (Educadora 11).

Uma reflexão interessante expressa por um dos integrantes de uma das equipes faz uma comparação sugerindo estar dentro e fora da sociedade. Transformar a sociedade é mexer na organização social, trazendo quem está fora para dentro da estrutura social dominante.

“É considerar todos como sociedade. Nós temos alguns grupos que são colocados como em situação de risco social, em situação de margem, são colocados fora da sociedade. Transformar a sociedade que existe é trazer esses indivíduos que estão fora pra dentro. É tirar eles da situação de risco, eu entendo assim pelo menos”. (Educador 15).

Concordamos com Montañó (2005), quando refere que os modos de transformação social revolucionária, que almejam as organizações sociais em seus objetivos, reque condições objetivas (estruturais e conjunturais) e subjetivas (consciência de classe para si, organização). Resulta equivocado, segundo o autor, pensar que só a intencionalidade de sujeitos e grupos subalternizados seria suficiente para transformar a sociedade.

Essa transformação consegue alcançar níveis muito superficiais, refletindo, na maioria das vezes, na manutenção social já existente, pois trazer para dentro da roda social quem está fora não implica uma mudança significativa; pelo contrário, implica mera adaptação ao que já está posto. Esse discurso torna-se perfeitamente compatível com as desigualdades sociais (MARSHALL, 1967), uma vez que essa transformação opera para uma não mudança. Essa é uma característica que destaca a ambivalência das práticas educativas das ONGs.

5.2.2 Vulnerabilidade Social x Risco Social

Presentes também nos objetivos das organizações, as expressões vulnerabilidade social e condição de risco social exigem uma interpretação cuidadosa. Registradas na história da assistência social, tais expressões foram amplamente utilizadas para demarcar grupos sociais distintos.

Segundo as Orientações Técnicas sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, de 2012, vulnerabilidade e risco social são conceitos complexos. Vulnerabilidade seria uma condição das pessoas e famílias relacionada aos seguintes elementos: a inserção e estabilidade no mercado de trabalho, a debilidade de suas relações sociais e, por fim, o grau de regularidade e de qualidade de acesso aos serviços públicos ou outras formas de proteção social. Conforme o documento, as situações de vulnerabilidade social não prevenidas tendem a tornar-se uma situação de risco. Embora não seja mencionado nos referidos documentos, nenhuma definição conceitual de “situação de risco” ou “risco social”, o documento Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF (2012) coloca que as situações de vulnerabilidades sociais podem, se agravadas, transformarem-se em situação de risco e/ou violação de direitos.

Na Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004, p. 27), as expressões vulnerabilidade e risco aparecem como sinônimos. Essa legislação é o documento oficial que orienta a elaboração dos objetivos das ONGs de atendimento à criança e ao adolescente, o que contribui para confundir ainda mais esse tema. Não faremos aqui uma abordagem teórica das expressões, pois o que nos interessa é aprofundar a compreensão que os profissionais têm delas a partir da sua presença nos objetivos da organização. Sendo assim, quando questionados a respeito do que seria risco social, anunciado nas finalidades da organização, tivemos como resposta:

“[...] a gente colocou as drogas, exploração e abuso, desemprego familiar e abandono”. (Educador 12).

“Crianças que passam fome”. (Educador 9).

“Que não têm saúde”. (Educador 14).

“Crianças que estão condenadas na própria família, como a violência familiar”. (Educador 7).

Outras referências concluíam que, se a criança não fosse participante das atividades da ONG, estaria em risco social, como por exemplo: “Porque quando a criança não está aqui, ela está correndo risco lá fora”; “Quando ela está a tarde toda correndo na rua, ela não está correndo um risco?”.

Zanczura (2012) argumenta que, embora possam ser estabelecidas algumas relações entre risco e vulnerabilidade, ambos não podem ser identificados com um mesmo sentido e só podem ser entendidos quando associados a diferentes contextos histórico-sociais. Segundo a autora, “risco se refere às condições fragilizadas da sociedade tecnológica contemporânea, vulnerabilidade identifica a condição dos indivíduos nessa sociedade”. (ZANCZURA, 2012, p. 301).

Na tentativa de provocar uma reflexão mais aprofundada, é questionada a presença da expressão vulnerabilidade social ao lado de risco social. As falas indicaram que vulnerabilidade tem relação com as fragilidades dos vínculos sociais, as questões emocionais, mas também, a situações mais extremas, como abandono, drogas, entre outras.

“Sobre a vulnerabilidade social, nós colocamos que a criança e o adolescente, em sua família e comunidade, encontram-se com os vínculos fragilizados, com

situações de violência, drogadição, solidão, abandono, pobreza e falta de uma figura de referência”. (Educadora 18).

“Vulnerabilidade vem de vulnerável, por exemplo: eu estou com imunidade física baixa, eu estou vulnerável a pegar um resfriado. Então, a criança está numa comunidade pobre, o pai é desempregado, a mãe é drogada, ela não frequenta a escola, então ela está vulnerável a essas outras opções que a vida pode oferecer, quando ela não tem um orientação adequada. Então, essa vulnerabilidade que é chamada de risco. Então, o risco de quê? O risco dela permanecer marginalizada [...], então, o risco social é essa possibilidade de você não se encontrar como um cidadão, não ter capacidade de reconhecer o que lhe é devido, o que é o seu direito. Então, o risco social é essa possibilidade de você não ser reconhecido como cidadão e ficar vulnerável às drogas, por exemplo”. (Educador 15).

“A vulnerabilidade diz respeito a várias situações. Uns são vulneráveis a situações de agressividade, ao contato com drogas, à família desestabilizada ou que não tem mais vínculos ou moram em famílias substitutas. Então, essa vulnerabilidade, ela pode ser nem tanto financeira, mas emocional”. (Assistente Social).

“[...] há um tempo atrás, a vulnerabilidade, ela era vista só como uma questão de perigo real. Tu está exposto a drogas, a uma situação de violência. Só que hoje, o próprio contexto social em que a gente vive, essa vulnerabilidade, ela tem outras dimensões que não só aquela coisa concreta da violência. Por exemplo, hoje a gente percebe que na maioria das famílias são as mães as chefes de família, são as mães que provém o sustento daquele grupo familiar que ela atende [...] formal ou informalmente, ela está no mercado de trabalho. Então, essa mãe está saindo para trabalhar, essa criança, quando está saindo da escola, não tem pra onde ir. Isso também tem surgido, não é só uma questão – a criança apanha, mas é a criança sozinha que poderá ter influência no meio externo. Então, a questão da vulnerabilidade, eu vejo que mudou muito. Não se trata mais a vulnerabilidade só como violência física, abuso sexual, mas sim, com crianças sozinhas que não têm onde ficar”. (Educadora 11).

“Eu acho que tem duas coisas. A discussão maior foi sobre transformação social, aí que ela trouxe essa outra coisa que não se reconhecem nessa sociedade. Eu não me reconheço nessa sociedade. Então eu acho que essa coisa de risco social e de transformação social, elas são duas coisas que vão ao encontro uma da outra. Eu acho que a sociedade está errada. Então eu acho que as crianças não devem ser incluídas nessa sociedade. Eu acho que inclusão social passa por transformação social”. (Educador 15).

Uma importante análise da realidade foi estabelecida pelas equipes. Localizar os problemas sociais que afligem as crianças e adolescentes por elas atendidas é fundamental para a construção do sentido do trabalho nesse campo. Esse movimento contribui, ainda, para o reconhecimento das especificidades do público atendido, assim como para a visualização das implicações que a prática pedagógica precisa ter presente.

No tocante a essa discussão, Paulo Freire refere que essa estreita relação que se estabelece entre um modo de interpretar a realidade e a vida e a consequente prática que decorre desta compreensão leva a uma ação transformadora. (ROSSATO, 2010). As equipes em discussão estão pondo em processo de reflexão o fazer e o saber reflexivo da ação. “O saber que realimenta criticamente o fazer, cujo resultado indica novamente sobre o saber e, assim, ambos se refazem concomitantemente”. (KRONBAUER, 2010, p. 23).

Nesse sentido, o aprofundamento reflexivo trouxe questões fundamentais, que põem em cheque os ideais das ONGs, quando questionam – incluir para qual sociedade?

“Ah, mas se tu quer inserir a criança na sociedade, porque, quando ela não tá aqui, ela está em risco social. Porque quando ela está correndo risco, quando ela está na sociedade? Isso é muito perigoso. Eu quero incluir a criança em que sociedade? Na sociedade que coloca risco”. (Nutricionista).

“Na sociedade que tu quer construir”. (Educadora 19).

“Na sociedade que eu tenho”. (Educadora 12).

“É a sociedade que tu tem, só que as crianças que tu tem agora são as crianças que construirão a sociedade em que elas irão viver”. (Educadora 9).

“Mas se eles nem se reconhecem enquanto cidadãos na maioria das vezes”. (Educador 7).

A problematização compreende o momento do desenvolvimento de uma consciência crítica sobre os temas em discussão. A problematização, segundo Freire, é uma forma de conhecer e de situar-se no mundo, que implica, antes de tudo, a intervenção sobre a realidade e a produção de um sujeito crítico. (MÜHL, 2010). Nesse aspecto, num esforço em relacionar o contexto problematizado e os ideais das ONGs foi registrado,

“É que a gente defende uma visão de mundo. Quando tu entra nesse trabalho, tu defende uma visão de mundo. Tu quer um mundo melhor. Se tu vê que tem vulnerabilidade no bairro em que tu mora, tu quer mudar. Então, como é que tu vai contribuir para isso? Tu tem que ter uma ferramenta. A nossa ferramenta é a promoção dos direitos da criança e do adolescente, cuidar dela, plantar aquela semente, que ela também tem que olhar isso. Não adianta também tu querer, e ela não ter essa visão de mundo. Então, vai de uma vontade própria, eu acho que parte dali”. (Coordenadora 2).

“A gente pode trabalhar lá no serviço de vínculos e a gente informar que eles têm os direitos das políticas públicas, mas eles querem empurrar pra nós fazermos as escolhas deles. Eu acho que aí está o diferencial, são eles que têm que fazer as suas próprias escolhas, não somos nós. Por isso que entra também por que foi nós que escolhemos estar aqui”. (Coordenadora 1).

O esforço de síntese apresentado resume bem o que seria o trabalho das ONGs, presente nos seus documentos oficiais. No entanto, foram proferidos pelas coordenadoras das ONGs que, de certa forma, dominam o discurso por estarem à frente das organizações.

Em resumo, vulnerabilidade social foi apontada como sendo um espaço aberto a possibilidades que levam a situações negativas na vida dos sujeitos por eles atendidos. Todavia, risco social também tem o mesmo significado. A presença dessa expressão no objetivo desta ONG, em especial, remete à possibilidade da oferta de ações que tentem diminuir essa possibilidade. Segundo uma integrante da equipe, “os cursos oferecidos na instituição tem o objetivo de inserir esses jovens no mercado de trabalho superando a vulnerabilidade social”. A expressão da formação para a empregabilidade é uma alternativa frequentemente utilizada pelas ONGs, com o objetivo de minimizar a possibilidade do sujeito, nesse caso, do adolescente, em encontrar-se vulnerável ao fato de não conseguir emprego e acabar sendo cooptado pela realidade do tráfico de drogas, muito presente na comunidade.

5.2.2.1 “Esse Problema é Deles, Mas é Nosso Também”

Uma importante revelação foi sendo destacada em diferentes relatos, trazendo à luz a questão de que os profissionais implicados neste campo também partilham de conflitos, até então presentes somente na vida do público atendido por eles. A ideia de vulnerabilidade foi trazida como algo mais amplo, que inclui a todos, independente da classe econômica. Essa aproximação contribui para a construção de percepções de que estamos todos em relação.

“Eu acho que o vulnerável, hoje não é privilégio de alguns. Eu acho que hoje o contexto social que a gente vive, e também na periferia ou em qualquer lugar, as pessoas estão vulneráveis. Há muita coisa, independente de classe econômica, independente de, enfim, eu acho que um dos papéis nossos é de cuidar, de fortalecer os laços, de aproximar as pessoas, pra que essa vulnerabilidade, não que ela desapareça, mas que a gente fique mais forte. Sabe, juntos numa família a gente é mais forte. Juntos numa instituição a gente é mais forte. Juntos numa comunidade a gente é mais forte. Então, eu vejo que o nosso trabalho, claro, existe todos esses conceitos, né, e que diz – ah, eu trabalho com crianças em situação de vulnerabilidade, mas os nossos filhos estão vulneráveis. Nós estamos vulneráveis”. (Educadora 11).

“Nós somos produto de um sistema perverso, nós fomos educados dentro desse sistema, e a gente, por mais que se cuida, a gente é reflexo disso, né. Não tem como ser diferente. Mas eu acho que o mais interessante é que a gente está num processo de reflexão e está procurando ir refletindo sobre a nossa vida pra mudar isso”. (Educador 1).

Esses relatos retomam o que vinha sendo posto em discussão a respeito de quem está fora e dentro da sociedade. A princípio, estamos todos dentro do mesmo sistema, mas em perspectivas diferentes. Reconhecer isso rompe com a perspectiva salvacionista muito presente nas práticas nesse campo.

O tema da vulnerabilidade potencializou a percepção para uma análise mais profunda da realidade, oportunizando a construção de uma visão de sociedade e de homem que se pretende defender a partir de suas práticas.

Como parte de um mesmo processo, homens, mulheres, crianças e adolescentes – educadores e educandos – vivenciam a experiência coletiva de busca por um mundo melhor, embora com conotações dialógicas diferentes, inclusive, antagônicas.

5.2.3 Emancipação

Na continuidade, exploramos a expressão emancipação, presente nos objetivos de duas das organizações. Consideramos esse termo um dos mais difíceis de se interpretar, tendo em vista o seu caráter subjetivo. Assim, na condução das reflexões nos círculos de diálogos, procuramos identificar as falas que remetiam à interpretação do que seria para eles emancipar sujeitos:

“É o que a gente fala de lidar com a autoestima, de fazer ele perceber que é capaz de ir em busca do conhecimento”. (Educadora 2).

“É permitir que a criança e o adolescente desenvolvam a sua autonomia”. (Educadora 18).

“Eu nem sei direito o que é [...] eu botei aqui o que eu acho que é emancipação, o que eu iria fazer com a minha filha, o que eu ia fazer se eu tivesse lá o tempo com a criança. Fazer com que elas se sentissem mais confiantes, para fazer as suas próprias escolhas, mas deixando claro que na hora de escolher tem que pensa bem, pois as escolhas geram consequências, e elas vão ter de saber lidar com elas”. (Serviços Gerais).

O discurso da emancipação adotado pelas ONGs tem fundamento nos ideais freireanos, muito utilizados pelos movimentos sociais quando referido à tomada de

consciência do entorno social no qual vive o sujeito - a busca pela superação da contradição oprimido/opressor. (FREIRE, 1983). Esta não parece ser a busca das ONGs, uma vez que essa discussão não aparece em seus documentos oficiais, tampouco em seus relatos. O que se pretende é, a partir de ações concretas no interior das ONGs, alcançar o objetivo de emancipar as crianças e adolescentes.

As falas remetem à emancipação como um sentimento, um “poder” interno que permita que elas façam as suas próprias escolhas. Aqui reside um conflito posto pela prática cotidiana que, na maioria das vezes, não oferece elementos suficientes para que esse sentimento ou “poder” sejam desenvolvidos. Nas observações em campo, o que foi possível perceber é que há uma relação muito forte entre as práticas cotidianas das ONGs com as experiências seculares da escola formal, especialmente no sentido de manutenção da ordem, do regramento, da divisão do tempo e, mais ainda, da divisão do conhecimento por disciplinas.

A emancipação implica, segundo Freire, num processo muito mais profundo do que a experiências de conhecer. Conhecer é parte importante do processo reflexão, mas que implica também em ação. Ação que permita assumir o seu papel singular na sociedade, ressignificando-a.

Para Freire, a realidade não é acessada pelos sujeitos, em primeira instância, de forma consciente e crítica, pois a forma como esta pessoa atribui significado ao mundo que a engloba é feita de maneira particular e muitas vezes limitada em relação ao seu significado aparente, para, em um segundo momento, constituir-se em uma posição crítica e reflexiva.

A dúvida se as práticas educativas das ONGs estariam alcançando o objetivo de emancipar as crianças e adolescentes que participam de suas atividades foi colocada em discussão trazendo elementos significativos,

“Eu acho que ninguém emancipa ninguém. Eu acho que a pessoa se emancipa. Eu acho que o que a gente pode fazer, e eu acho que os objetivos contribuem para isso, é propor ações, movimentos, que despertem esse desejo de se emancipar. Porque eu penso assim, a ONG pode fazer tudo, propor tudo, mas se a pessoa não quer se desacomodar, enxergar, se emancipar, ela não vai se emancipar”.
(Coordenadora 3).

A resposta dada por uma coordenadora defende a ideia de que o trabalho das ONGs é propor ações que despertem o desejo pela emancipação. De certa forma, consideramos que “propagar a emancipação humana implica potencializar espaços, práticas e experiências para o exercício das ideias emancipatórias, que podem contribuir para a organização dos grupos

em sua práxis”. (FEITOZA, 2005, p. 13). No entanto, no âmbito da prática cotidiana das ONGs, como visto na observação participante, experiências cuja orientação sugerem uma educação muito centrada no regramento não abre espaço para essa potencialidade, definindo assim uma forma de não cumprimento do objetivo de contribuir para a emancipação.

É nesse cenário controverso que se torna importante recuperar o conceito de educação em Freire. A educação, segundo Freire, é um instrumento político de conscientização e politização, através da construção de um novo saber, ao invés de ser apenas um meio de transferência seletiva a sujeitos e grupos populares de um “saber dominante” de efeito “ajustador” à ordem vigente - este é o sentido em que ela se propõe como uma ampla ação cultural para a liberdade a partir de sua prática pedagógica. (FREIRE, 1999 apud BRANDÃO, 1984, p. 67). Romão (2010, p. 54) aponta uma questão importante a partir da concepção educacional freireana. Segundo ele, “a educação é também dialógico-dialética, porque é uma relação entre educando, educador e o mundo, que deve substituir a educação escolarizada, a aula”.

Nessa proposta, o processo educativo desenvolvido no campo social que não corresponde a uma educação formal tem potencial para oferecer outras experiências educativas. O relato que segue exprime bem essa possibilidade,

“Uma coisa que o educador tem que entender, é entender o momento da criança. Tem algumas crianças que não se acham no direito de escolha e nem de ter a voz ativa. Se tu entender quais são as crianças que tem essa falta, que precisa disso, tu vai conseguir fazer um trabalho que vai conseguir chegar nesse viés (da emancipação). Eu acho que esse é o objetivo, fazer com que um dia elas possam fazer a sua escolha”. (Coordenadora I).

O potencial que tem o processo educativo no campo social precisa ser capaz de imprimir nos sujeitos, crianças e adolescentes, experiências que contribuam para a emancipação. No entanto, há que se ter presente a estreita relação entre o que se projetou enquanto objetivo e o que se faz na prática, enquanto um processo educativo original. Reconhecemos que a intervenção social se dá num fazer cotidiano e também histórico, atravessado por desafios, utopias, sonhos, resistências e possibilidades. (MOREIRA, 2010, p. 146). Contexto no qual todos estamos inseridos, assim como anunciaram relatos já registrados neste capítulo. Mas há de se reafirmar que são os profissionais, com maior ou menor experiência e compreensão do seu próprio trabalho, que assumem a responsabilidade de despertar tal processo.

No contexto anunciado, autonomia aparece como sinônimo de emancipação. Palavra-chave dos movimentos sociais pós-década de 1970, é, também, facilmente identificada nos objetivos das organizações sociais. A autonomia é uma construção cultural, não é algo natural, depende da relação do homem com os outros e destes com o conhecimento. Então, o ato de ensinar, defende Freire, é fundamental. E, para ele, “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a produção ou a sua construção”. (FREIRE, 1983, p. 25).

“Eu acho que é uma capacidade”. (Educadora 2).

“Eu não sei. Eu acho que é tu ter a tua ideia, o teu objetivo, a tua vontade. É tu se sentir confiante e tomar uma escolha, não se deixar influenciar”. (Serviços Gerais).

“Andar com as próprias pernas, fazer as próprias escolhas, de não aceitar simplesmente a opinião do outro”. (Educadora 3).

“Então, o processo de autonomia não é tão simples. Eu acho que é o processo mais difícil de acontecer. Porque, assim, cada um tem a sua função, mas às vezes um passa por cima do outro sem perceber. É um processo que tem que ser refletido, [...] e a mesma coisa com a questão da autoridade dentro da instituição”. (Coordenadora 1).

A autonomia, enquanto confiança em si, como sujeito da história e responsável por suas decisões, torna-se uma categoria conceitual fundamental no processo educativo.

Os relatos que procuram demonstrar um certo modo de compreender autonomia, questiona a postura do educador, profissional que está na linha de frente das práticas educativas, denunciando a fragilidade com que as práticas educativas ocorrem no interior das ONGs.

“Isso eu tava discutindo outro dia; as organizações, elas querem um sujeito autônomo. Elas querem. Só que, ao mesmo tempo, o que a gente percebe no reflexo da maioria das organizações, muitas organizações, elas não têm a sua ação, a sua prática voltada pra isso e organizada. Então, às vezes, o que acontece com o trabalhador, ele acha que pode fazer o que quer, porque a organização não tem as coisas organizadas, sistematizadas, não tem as coisas pensadas coletivamente”. (Coordenadora 1).

“Mas às vezes as organizações também têm a sua autonomia só na 'bula'. Autonomia tem que ser isso, isso e isso”. (Educador 1).

“Mas é o que acontece com o protagonismo, que é bem o que foi trazido no seminário, que levam meia dúzia de crianças pra fazer apresentação e acham que isso é protagonismo. E na verdade não é. Com a autonomia também é assim”. (Educadora 3).

“Eu acho também, assim, tu falou muito das organizações, mas eu acho que vai muito de cada educador, de como faz o seu planejamento, de como conduz. Porque eu vejo que muitas vezes, [...] ah, eles vão se servir sozinho – eu tô contribuindo pra autonomia. Eu acho que é bem mais do que isso”. (Educadora 2).

O conflito entre a proposta da organização social e a prática educativa desenvolvida pelo, neste caso, educador, dá visibilidade à ambiguidade que há entre o que propõe e o que de fato consegue fazer, conforme a sua organização.

5.2.4 Cidadania

Na continuidade, a expressão manutenção da cidadania ou simplesmente cidadania esteve presente nos objetivos de duas das três organizações. No entanto, como modo de interpretação, ainda que esta não tenha utilizado a expressão, há elementos em seus objetivos que direcionam para essa perspectiva, como, por exemplo, “capacidade de fazer escolhas” e “se percebam como participantes e atuantes na comunidade, com direitos e deveres”.

Alcançar níveis mais elevados de cidadania é um objetivo quase que obrigatório. Moura e Zucchetti (2006) indicam que os projetos sociais quando referenciam a educação para a cidadania, esta se apresenta ressignificada para o exercício da civilidade, da responsabilidade e para a responsabilização social de todos. Segundo Kiener (2001), “apesar da diversidade das ONGs brasileiras quanto à sua origem, objetivos e público, elas apresentam alguns valores ideológicos comuns, dentre os quais destaca-se a igualdade de direitos e deveres de todos os cidadãos e, portanto, o pleno exercício da cidadania”. Em pesquisa a respeito das ONGs brasileiras, Landim (2000) afirma que a palavra cidadania foi referida como principal tema de trabalho em 83,4% das ONGs pesquisadas por ela.

Procurando dar sentido à expressão cidadania, presente nos objetivos em análise pelas equipes, foi justificada da seguinte maneira:

“Nós discutimos e achamos que manutenção da cidadania seria ajudar as crianças e adolescentes a ter acesso aos seus direitos como cidadãos”. (Educador 8).

“A gente colocou em cidadania - integração, convívio, direita e deveres, respeito, comprometimento, responsabilidade e valores”. (Educadora 21).

“Isso diz respeito sobre às atividades educativas, do esporte da cultura e do lazer, são atividades que desenvolvam a inclusão das crianças e adolescentes em esporte com o respeito e aprendizado, e não de competição”. (Psicóloga).

A preocupação com a cidadania remete a um passado recente muito vinculado aos movimentos de lutas por direitos civis básicos, negados à boa parte da população. No entanto, Canclini (2001, p. 47) alerta:

Repensar a cidadania como ‘estratégia política’ serve para abranger as práticas emergentes não consagradas pela ordem jurídica, o papel das subjetividades na renovação da sociedade e, ao mesmo tempo, para entender o lugar relativo destas práticas dentro da ordem democrática e procurar novas formas de legitimidade estruturadas de maneira duradoura em outro tipo de estado. Implica tanto em reivindicar os direitos de aceder e pertencer ao sistema sociopolítico como no direito de participar na reelaboração do sistema, definindo aquilo de que queremos fazer parte.

Souza e Rodrigues (1994, p. 140), ao se referirem aos papéis executados por organizações, enfatizam que: “É preciso refletir sobre as possibilidades que os indivíduos realmente têm de exercerem sua cidadania em meio a uma sociedade marcada pelos altos índices de desigualdade social e também pensar em ações no campo educativo que possibilitem mudanças nesse quadro de exclusão”. Pensar em ações educativas que não somente ocupem o tempo dos sujeitos, mas que também contribuam para a sua formação enquanto críticos, capazes de refletir e intervir em sua realidade social.

Portanto, é fundamental atentar para a diferença entre os discursos. O discurso dos movimentos sociais estava diretamente vinculado à cidadania política, particularmente exigida durante o regime militar. Hoje, o que defendem as ONGs como cidadania está vinculada como cidadania social, que tem a ver com direitos básicos, como educação, saúde, lazer, segurança.

Segundo Marschall (1967), a cidadania social se desenvolveu basicamente no século XX e diz respeito aos direitos e deveres que promovam um bem estar mínimo da população, como acesso à educação, saúde, alimentação, lazer, enfim “levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade”. (MARSCHALL, 1967, p. 64). É neste último ponto, a cidadania social, que as ONGs tem trabalhado nos últimos anos, e é justamente onde há maior dificuldade de definir e implementar o que se considera “condições mínimas de vida”.

No entanto, há que observar os dois lados dessa mesma moeda. Gohn (2004, p. 22) refere que a cidadania nos anos 1990 foi ressignificada e passou a ter um duplo sentido:

A cidadania, nos anos 1990, foi incorporada nos discursos oficiais e ressignificada na direção próxima à idéia de participação civil, de exercício da civilidade, de responsabilidade social dos cidadãos como um todo, porque ela trata não apenas dos direitos, mas também de deveres, ela homogeneiza os atores. Estes deveres envolvem a tentativa de responsabilização dos cidadãos em arenas públicas, via parcerias nas políticas sociais governamentais.

Essas reflexões são fundamentais para que possamos pensar sobre como os educadores se veem frente aos direitos e a cidadania presente nas legislações que os próprios trabalhadores do social, em sua maioria, desconhecem. Ao retomarmos os dados do campo empírico, percebemos que a ação realizada com crianças e adolescentes no interior das organizações é o único modo de apropriação da realidade na qual vivem esses sujeitos. Se tomarmos a complexidade como um dado da realidade do campo social, podemos dizer que essa traz consigo muitos elementos que realmente tornam a prática nesse campo complexas. Isso compreenderia, além do concreto do dia a dia, a história que os trouxe até a aqui, a própria legislação, as políticas de governo, os referentes teóricos adotados pela organização, a história do lugar e tantos outros elementos necessários à compreensão/contextualização dos objetivos e ações pleiteadas por cada organização.

Além disso, se atrelarmos a expressão cidadania à transformação social, o acesso dado pelas ONGs por meio de atividades culturais, esportivas e outras não são suficientes para se alcançar tais objetivos. Minimamente, os resultados alcançados seguem a linha do bem estar individual, o que não reflete em igualdade de direitos. O acesso a esses bens é fundamental para as crianças e adolescentes, suas famílias e comunidade, mas isso não implica garantir igualdade de oportunidades diante de uma perspectiva mais ampla da sociedade.

Ainda assim, vale reconhecer que direitos e cidadania são conceitos contemporâneos que implicam promover as habilidades dos indivíduos e da coletividade em compreender, analisar, refletir e conscientizarem-se sobre o mundo que os cerca, interagindo, tornando-se um agente e membro de grupo participativo e criativo e, portanto, gerando desenvolvimento pessoal e social. Moura e Zucchetti (2006, p. 235) indicam que é necessário lançar mão de um “corpo de conhecimentos transdisciplinares que opere sobre o social [...] potencializando uma educação para a cidadania pautada na solidariedade”.

O discurso produzido pelas ONGs seria o resultado da combinação de diversos contratos. As organizações possuem em comum representações de linguagem, de práticas sociais. Esse discurso é construído coletivamente.

“Participar com autonomia”, “sujeitos de direitos”, “exercício da cidadania”, entre outros, compuseram um conjunto de expectativas que deveriam ser traduzidas nas práticas cotidianas das ONGs. No contexto das práticas educativas, esses profissionais indicam que há um esforço, uma intenção em traduzir esses objetivos em práticas, mas não fica evidente como isso ocorre, uma vez que todas as equipes tiveram dificuldades em narrá-las, como visto no item anterior. A falta de informações sobre o desenvolvimento ou os resultados de uma determinada atividade direciona as pessoas à repetição constante, não somente das ações cotidianas, mas de práticas sociais.

O entendimento da dimensão social na qual o trabalho das ONGs se insere é manifestado a partir de padrões de valores ainda muito conservadores.

Isoladamente, na análise de determinadas expressões presentes nos objetivos das ONGs foi possível perceber que há diferentes compreensões, que ora se complementam, ora se distanciam. Embora semelhantes, os objetivos são bastante distintos, principalmente no que se refere às concepções, currículos e metodologias das práticas educativas.

Ao analisarmos os objetivos das ONGs, foi importante relativizar a sua capacidade de transformação social, pois tal intenção remete a processos altamente complexos, e a simples ampliação e multiplicação de suas ações não serão suficientes para alavancar os processos de enfrentamento da desigualdade social de maneira mais ampla. (BORBA, 2008).

Contudo, como colocado acima, são espaços que partem de demandas e escolhas, muitas vezes da própria equipe gestora, com pouca representatividade das pessoas que vão ser alvo de suas ações e seus profissionais. O que pode ser considerado mais privado do que a tomada de decisões por um grupo de pessoas (quando existe grupo), a partir de seus valores, concepções de mundo, de homem, de posições políticas? Ou seja, ainda que as ONGs tenham a perspectiva de serem abertas à comunidade, enquanto os seus processos forem definidos internamente, especialmente por seus dirigentes, manterão-se no modo privado, executando ações de menor repercussão.

5.3 A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE A RESPEITO DAS AÇÕES DAS ONGS

“Daí eu arrumava uma outra né”.

Várias são as razões que levam um número bastante significativo de famílias a inscreverem seus filhos - crianças e adolescentes - nas atividades das ONGs da região. Entre os motivos, podemos dizer, segundo as entrevistas, que está a questão da segurança, confiança, ocupação do tempo livre, do cuidado e da alimentação, ainda que isso não fique evidenciado nas falas das entrevistadas, identificadas por famílias, este é também um motivador importante.

“É mais seguro né. Pra gente é um lugar seguro, ele tá ali, a gente sabe que tá ali, tá sendo cuidado”. (Família 1).

“É que ali é seguro. Tem outros (ONGs), mas a gente não tem muita confiança, já olhou ali (outra organização), parece que é uma bagunça sabe, não confio muito de deixar ele”. (Família 2).

“É segurança, a gente tem segurança. O tempo todo eu tenho segurança de botar meus filhos ali e saber que eles vão passar o dia todo lá, o resto da tarde lá”. (Família 3).

“Tenho bastante segurança com eles ali, e as meninas tratam muito bem as crianças”. (Família 6).

“Pra mim assim, eles auxiliam muito, tudo assim de educar o jeito das crianças, a educação das crianças [...]”. (Família 12).

Segurança é, segundo as entrevistadas, o fator principal que as motivou a inscrever seus filhos nas ONG's da região. Não é difícil compreender por que há essa valorização em detrimento de outras, afinal, a região oeste é a quarta região mais violenta do município. Segundo 90% das entrevistadas, as ONGs são a garantia de que seus filhos não vão estar “soltos pela rua” à mercê das vulnerabilidades que ela mesma proporciona.

A maioria das famílias entrevistadas, representadas neste estudo por mulheres, não possui um trabalho formal, ocupa seu tempo com o cuidado dos filhos e da casa. Casualmente, das 30 mulheres entrevistadas, 19 tinham uma experiência familiar de mais de dois anos vinculadas a algumas das organizações da pesquisa e vivem na comunidade em torno de 10 anos. Com disponibilidade de tempo, concordaríamos que a participação nas

atividades das ONGs seria mais ativa. No entanto, na prática, isso não ocorre. Quando questionadas a respeito da participação, a maioria fez referência à falta de tempo.

Sem trazer exemplos que remetam ao trabalho da ONG, a segunda questão procurou localizar informações a respeito do que cada uma sabia sobre os motivos pelos quais a ONG foi criada. Entre respostas como “Sei lá, mas eu sei que o projeto é bom”, “Na verdade não sei porque começou, é, eu não sei”, “Bah, eu sei pouco desse projeto”, “Ai eu não sei explicar”, a maioria procurou relacionar algumas ideias que justificasse a presença da ONG na comunidade.

“Pra ocupar as crianças”. (Família 24).

“Eu creio que é para as crianças aprender a viver em sociedade”. (Família 16).

“Acho que na verdade é pra eles orientar quando as mães não podem, não tem tempo daí eles (crianças) vão pra ali”. (Família 12).

“Acho que pra ajudar as famílias, porque ajuda bastante, é que tem muitos que não tem lugar pra deixar os filhos. Pra mim, ela indo pra lá é bom, que assim ela não fica só dentro de casa e não fica na rua, eu sei que ela tá lá e tá sendo bem tratada”. (Família 6).

“Pra melhorar as crianças da cidade. [...] eu acho assim, que esse projeto ajuda a preparar as crianças pro futuro né, um alicerce; se a pessoa sabe aproveitar é um alicerce, é o que, nas minhas palavras, é o que sei dizer”. (Família 26).

“Eu desconfio que é pras crianças não estarem na rua aprendendo, destruindo, muitas vezes estão roubando né, e pra não usarem drogas. Ali é um refúgio pra eles aprenderem coisas melhores, pra ser alguém na vida”. (Família 30).

“Pra diminuir a violência na vila, no bairro. As crianças não se envolverem também, tu sabe”. (Família 8).

“Foi pra ajudar a comunidade também porque ele (fundador de uma ONG) a gente já conhece, ele tinha sempre vontade de criar alguma coisa aqui no bairro pra ajudar as crianças, pra tirar as crianças da rua, porque tem muita criança aqui no bairro que ainda não tem o que fazer e fica bastante na rua”. (Família 1).

“É um acesso para toda a comunidade, a gente não poderia pagar. É uma atividade de recreação fora da escola, da relação com outras crianças”. (Família 21).

Dez famílias referiram a história de constituição do Instituto Lenon. Esse foi um fato muito marcante para a comunidade, pois os fundadores residiam na local na ocasião da morte

de seu filho⁵⁰. Além disso, o adolescente que o assassinou também era morador da região e, depois de cumprir medida socioeducativa, retornou à comunidade. Um fato como esse não seria esquecido facilmente.

Para as famílias entrevistadas, as ONGs estão na comunidade para desenvolver ações focadas na educação do sujeito no sentido de se tornar um sujeito educado, mas ao mesmo tempo ocupar o tempo livre e não correr o risco de vivenciar a experiência da rua. De fato, estes se traduzem em alguns dos objetivos das ONGs. No entanto, não foi mencionada a perspectiva de que elas - as famílias - fazem parte disso. “Ajudar as famílias”, como mencionado várias vezes, foi referido no sentido de auxiliar na educação dos filhos, não na perspectiva de um envolvimento direto da família na ONG.

Ainda que tenham dificuldades em expressar os motivos que levaram as ONGs a se instalarem na comunidade, há uma valorização importante de seu trabalho. A importância que tem as ONGs para estas famílias está fortemente vinculada, além da segurança, à educação das crianças e adolescentes. Questionadas a respeito da possibilidade da ONG não desenvolver mais as suas ações na comunidade, os depoimentos indicaram,

“Ai, não seria bom, porque eu, eu pelo menos eu gosto desse projeto, eu sei que ela tá bem, bem cuidada lá, bem tratada; isso que importa, eu acho pra mim. Que pra estudar hoje em dia pra gente confiar nas pessoas é mais difícil, tem que confiar desconfiando, mas eu confio, eu gosto que ela vá pra lá, pelo menos lá eu sei que ela tá bem cuidada”. (Família 6).

“Ai meu Deus! Não pode, não pode né. Deus o livre! Porque ali é o alicerce da gente, porque a gente quase não tem tempo de educar eles”. (Família 28).

É interessante notar como as respostas mantêm uma certa constância. As famílias sempre retornam ao mesmo ponto, reforçando que a sua relação com as ONGs acontece pelo interesse na segurança e na educação que elas proporcionam. Muitas vezes, essas famílias são compreendidas como indiferentes no aspecto da relação que estabelecem com as ONGs. O fato de não manter uma participação mais presente direciona um certo modo de ver a comunidade. No entanto, há que se resgatar um pressuposto demonstrado no item 2.4 do capítulo 2, que evidencia como a comunidade estabelece as suas relações sociais. Esse dado pode servir de argumento a essa dificuldade de se fazer e se manter presente.

⁵⁰ A história do Instituto Lenon foi contada no capítulo 3.

Entretanto, ainda que com palavras de uma simplicidade que destaca a baixa escolaridade da população dessa comunidade, as famílias indicam que as ONGs ocupam um lugar importante.

“Olha, é tudo de bom pra mim né, eu não tenho nem como me expressar, porque a minha filha tá sendo muito feliz lá. Eu só tenho que agradecer muito por ela não tá na rua, por aí, fazendo bagunça com as gurias que têm a cabeçinha fraca, e ali ocupa a mente dela. Ela vai pra lá de manhã pra brincar, depois ela almoça em casa, toma banho e vai pro colégio de tarde. Então ,assim, não tem tempo pra pensar bobagem”. (Família 6).

“Pra mim, é bem importante, porque o meu filho, ele andava se envolvendo com droga e coisa, então elas estão tudo focando nele. Ele já foi pra São Paulo competir, participou da competição de canoagem, ele tá, tá bem, em casa ele é meio medonho, mas ele tá bem lá”. (Família 9).

“Mudou as atitudes, mudou a parte física que precisava emagrecer que não podia engordar. Mudou assim tipo, até os hábitos alimentares dele mudaram bastante. Porque antes ele vinha pra casa ,almoçava na hora que ele queria, nunca almoçava assim doze horas em ponto. Agora não, agora ele almoça lá e depois que ele vem embora, em dimensão educativa das políticas socioassistenciais, mudou os horários dele, ficou uma pessoa, uma criança mais regrada, tem mais regra”. (Família 3).

“Saber que tá ali, que tá em boas mãos, tá num projeto desse né, aonde muitas coisas que eles fazem nesse projeto que a gente não teria condições de botar os filhos da gente. Que é estudar violão, tem de natação, vôlei, tênis. Porque o meu pequenininho adora tênis. Então, são coisas assim que vai melhorando, e pro futuro deles que é o importante. É isso, o futuro né”. (Família 1).

A presença das ONGs na vida das famílias tem uma importância circunstancial. É quase que como um membro educador que acolhe e cuida com muito zelo. Esse sentimento de família aponta para uma perspectiva acolhedora com que as ONGs estabelecem a sua relação com o público atendido.

Embora para as famílias, muitas vezes, o interesse e a expectativa seja por resultados imediatos e concretos, com benefícios diretos, para os membros das ONGs este é apenas o motivo que abre as portas para o trabalho na comunidade. Para as ONGs, há outros interesses e expectativas, a médio e longo prazo, que consistem, principalmente, na mudança de atitudes e posicionamentos das comunidades frente à realidade social, saindo de uma posição passiva para uma atuação ativa dentro da comunidade e sociedade.

Participar significa tomar parte ou ser parte. (GARCÍA ROCA, 2004). De fato, uma atuação mais ativa permitiria, inclusive, uma melhor compreensão dos reais objetivos das

ONGs e um aproveitamento, em termos de constituição e fortalecimento de uma resistência quanto às difíceis relações de poder na comunidade, por exemplo.

No entanto, a forma como percebem as mudanças na família e na comunidade já indicam mudanças importantes nas relações – relações entre pais e filhos no sentido do fortalecimento dos vínculos e no sentido de ser família.

“Aí eu acho assim, que esse projeto na vida, minha família foi tudo. É um projeto assim que valorizou bastante sabe, e cresceu bastante também, a nível da minha família, a nível dos meus filhos também, que nem o meu mais velho, ele é muito assim hiperativo,, tá sempre agitado, e agora ele já tá mais calmo. Ele já tá sabendo lidar, e nós também estamos sabendo lidar com eles. As professoras também perguntam, então a gente tem assim um diálogo bom e é bom assim o convívio”. (Família 3).

“Até assim, o convívio porque a gente tinha convívio familiar assim meio, sabe, não era muito unido, não era muito diálogo, não era muito falado. E as reuniões que nós tivemos ali, a família começou a ter aquele diálogo, a gente começou a saber a se unir mais, a fazer mais saída, passeada. Eu, meu esposo, meus dois filhos, coisas que a gente já não fazia; a gente se reúne, às vezes a gente tira, assim num sábado, a gente vai pro centro com eles,, daí a gente come um sorvete conversa, vai pra praça, e daí algo assim que se desenvolveu, aí né, daí a união, a convivência, essa que as próprias professoras dizem lá que tem que ter com as crianças, aquele diálogo, aquela convivência dos pais né, e eles também notam agora, sabe é algo assim que é tudo. A ONG é tudo pra mim”. (Família 28).

Esses são resultados expressivos, tendo em vista que, na rua, como muitos colocam, o perigo real da violência e das difíceis relações colaboram para que no interior das relações familiares essas dificuldades ecoem.

No aspecto de uma mudança mais ampla que reflita por toda a comunidade, as famílias indicaram resultados que seguem na mesma direção,

“Muda muita coisa. Acho que as pessoas trabalham tranquilas, eu acho que muita gente que deixa as crianças lá é pra trabalhador, então tu deixa lá, pode deixar tranquilo, porque tu sabe que tá lá, tá bem cuidado; acho que isso ajuda bastante, se não tivesse, eu nem sei”. (Família 3).

“Ah, eu acho tudo. O que a gente vê aí na rua são os meninos que estão soltos aí. Essa é a única coisa que eles pensam. Eles saem com 12, 13 anos assim, olha na esquina, eles estão na esquina, é droga, é tudo também, nada tem limite pra essas crianças. Se a gente olha assim, eu fico até com medo, eu falo - eu não queria crescer meus filhos aqui, eu tenho medo deles crescerem e um dia cair”. (Família 14).

“É uma oportunidade importante, assim eles não ficam na rua”. (Família 26).

“É muito bom. Antigamente a gente brincava na rua, mas,, hoje em dia não dá. Então isso aqui é muito bom”. (Família 29).

No reflexo da família para a comunidade, prevalece o desejo por segurança. Segurança pública é tarefa do estado, mas, como visto, as ONGs desempenham um papel importante para a comunidade neste aspecto. O tema da violência está presente nos documentos oficiais das ONGs, assim como nos discursos de seus agentes. Utilizada para justificar a razão pela qual essas organizações fizeram a opção por esta comunidade, não chegam a indicar que ofereceriam um espaço seguro.

Indiferentes aos objetivos pleiteados pelas ONGs, as famílias, aqui entrevistadas usufruem daquilo que entendem que é a sua oferta – um espaço seguro que educa seus filhos.

5.4 O POTENCIAL EDUCATIVO DAS ONGS NA RELAÇÃO COM A COMUNIDADE

A comunidade é reconhecida pelas equipes de trabalho das ONGs, de modo geral, como carente, pobre e desinteressada, como identificado nos relatos abaixo:

“É uma comunidade muito carente, muito pobre, onde as famílias convivem com a violência todos os dias”. (Cozinheira).

“É uma comunidade que tem potencial, mas que tem pouca formação e informação. Muitas vezes acomodada, espera as coisas acontecer de forma que venha trazer benefícios pessoais e não coletivos e muitas vezes de forma ilícita”. (Coordenadora 1).

“Tem seus dilemas e sofrimentos, características da vulnerabilidade. A banalidade com que fatos graves são tratados me assusta, mas hoje percebo que também é uma característica da região”. (Assistente Social).

“Carência cultural, carência econômica e muito acomodada, desinformada”. (Educadora 11).

“Percebo que uma grande parcela continua acomodada na mesmice. Não identifico muitos (nenhum) trabalho social de conscientização ecológica, higiene ou transformação social. É bem difícil conseguir resultados com poucos pontos de atuação”. (Educadora 13).

“[...] percebe-se um bairro de grande vulnerabilidade social, com muitas carências e dilemas familiares que geram muita agressividade nas crianças e adolescentes”. (Educadora 23).

A percepção da comunidade, presente nos relatos, reflete o dilema encontrado na dificuldade em dizer o que é o campo de atuação da ONG. Em geral, são essas características que definem os modos de apreensão da realidade, dados necessários para a elaboração de seus objetivos e planos de trabalho. Não fica difícil compreender a dificuldade, manifesta em diferentes momentos da observação participante, em estabelecer uma relação de aproximação com as famílias dessa comunidade.

O potencial educativo presente na abordagem das práticas e dos objetivos das organizações sociais se mostra muito reduzido, se considerar o potencial de desenvolvimento que teria, se a análise da realidade conseguisse alcançar níveis mais elevados, como o que conseguimos visualizar quando postas em discussão determinadas expressões que servem como guia de suas ações – transformação social, vulnerabilidade e risco social, entre outras.

Nesse caminho, as ONGs se constituem no campo social, com suas crenças e valores baseados em determinados tipos de saberes e conhecimentos, na maioria das vezes distantes dos saberes e conhecimentos da comunidade, pleiteando objetivos que são elaborados a partir de um reduzido olhar sobre a realidade.

Nesse contexto, transformar e emancipar tornam-se pano de fundo sem um sentido mais concreto. Reconhecemos que as práticas nomeadas como transformadoras são multifacetadas, apesar de socialmente serem reconhecidas como eficientes.

No entanto, as categorias que modelam as práticas de transformação social das organizações contemplam determinados fenômenos que são próprios das condições de vida dos sujeitos - público alvo de suas ações. Essa afirmação só pode ser constatada ao escutar as trinta famílias entrevistadas para esta pesquisa.

Não há como negar que as ONGs exercem um papel fundamental na comunidade em questão. O destaque à segurança e ao cuidado são valores importantes para a vida da comunidade. A valorização da orientação educativa no sentido de regramento para a convivência em sociedade é fator que, segundo as famílias, impacta numa mudança significativa, ainda que no aspecto individual.

De certa forma, a comunidade está exercendo a sua autonomia, utilizando os bens oferecidos pelas ONGs. Há uma relação muito interessada aí, pois a comunidade usufrui daquilo que lhe é necessário. Não dá para afirmar que não há consciência do que a ONG realmente quer propor para eles, o fato é que a necessidade é essa - segurança e educação (no sentido de se tornar educado), e as crianças e adolescentes estão lá para usufruir disso. Segundo Freire, “Os oprimidos precisam expulsar os opressores não apenas enquanto

presenças físicas, mas também enquanto sombras míticas, introjetadas neles”. (FREIRE, 1983, p. 44).

Se as ONGs, conscientes ou não, estão atendendo aos demandas do estado no cumprimento dos direitos, as famílias, por sua vez, absorvem aquilo que lhes é de interesse. A operacionalização para a não mudança, destacada na revisão teórica, ocorre em parte. É fato que não há expressões de mudança em nível macro, mas no micro, faz toda a diferença para famílias que, vivendo a realidade da violência, encontram nas organizações sociais um porto seguro, que garante o mínimo necessário para o aprendizado da convivência.

Contudo, as estruturas das ONGs conseguem se estabelecer como espaços de saberes e conhecimentos, entretanto estão distantes de intervir ou colaborar com a trajetória de transformação social. Anterior a qualquer processo de transformação social e inclusão na sociedade, cabe a reflexão sugerida por Couto et al. (2010), que diz que as ações das ONGs demandam a criação de condições materiais, que possam propiciar aos sujeitos espaços de reflexão e formação que superem as barreiras que emergem das dificuldades cotidianas e os auxiliem na análise mais profunda da realidade a qual estão inseridos. Educar para constituir subjetividades autônomas requer uma pedagogia que oportunize ao educando aprender a pensar e decifrar as relações de poder inerentes ao processo social e político.

Consideramos que as ONGs não são apenas locais de assistência à população. Mais que isso, elas têm servido como pólos difusores de conhecimentos, que participam tanto na formação de crianças e adolescentes, como na formação continuada de seus profissionais, que, por vezes, registram que eles próprios passam por experiências de mudança de perspectiva diante do vivido.

6 CONCLUSÃO

Ao chegar ao final de uma jornada, muitas são as questões que se encerram e tantas outras são reveladas. A reflexão profunda do caminho que se percorreu e a potência do novo que está por vir dão a tônica vital necessária para a construção de um novo sentido e significado a antigas ideias e concepções. Partimos para este estudo com ideias que colocavam em xeque a validade das práticas educativas desenvolvidas pelas ONGs e seus efeitos. A convivência no campo empírico revelou outras faces possíveis nessa relação entre essas práticas e seus efeitos. Encontramos na expressão do conflito, presente nas práticas, contradições, mas também uma potência.

A explicação do conflito exige, para além da capacidade de olhar o mesmo objeto sob vários ângulos, a explicitação dos mesmos. E foi tentando revelar, a partir do ato reflexivo dos integrantes das equipes das ONGs e do diálogo com a comunidade, que buscamos essa explicitação, que ora confirma o que encontramos na literatura sobre o tema e ora revela facetas originais na presença empática como pesquisadora junto aos diversos grupos de sujeitos em campo.

Reiterado pelo duplo objetivo - o de “cuidar” do social e o de “criar uma consciência cidadã” (PAOLI, 2002, p. 379) - deparamo-nos com um universo que, de fato, confirma esse entorno de conflitos, ambivalências, ambiguidades e tensões, mas também revelou outras considerações. Assim, em busca de respostas a pergunta da pesquisa: As práticas desenvolvidas pelas organizações não governamentais contribuem para atenuar, reverter ou conservar a realidade da população por elas atendidas?, ousamos afirmar que as práticas desenvolvidas pelas ONGs contribuem para tudo isso ao mesmo tempo.

No entanto, para sustentar essa afirmação, temos que levar em consideração que as práticas educativas das ONGs “estão inseridas nos novos tempos, tempos controversos, incertos, com projetos a curto prazo, nos quais as palavras e suas significações são manipuladas de acordo com o poder de quem as usa”, tal como afirma Borba (2008, p. 90).

É como num caminho de mão dupla. Em realidade, as ONGs se estabeleceram nesta comunidade, conquistaram a notoriedade de suas ações individualmente, reconheceram a necessidade de um trabalho mais coletivo. No entanto, na prática, concorrem para manter o seu espaço, disputando inclusive o público a ser atendido. Sem questionar muito ou mesmo questionando a realidade, definiram os seus objetivos a partir da sua própria concepção de mundo, como se levassem a solução pronta, ofertaram a sua ação educativa como um produto original - e de fato são originais -, mas traduziram a essência dessas práticas na educação para

a civilidade, para a aceitação da norma. Mas também refletem uma importância fundamental na vida dos sujeitos que dela fazem parte, seja os beneficiários ou os “beneficentes”.

Em síntese, essas características identificadas no trabalho de campo traduzem os resultados do tratamento da questão social no Brasil. Uma vez que a consciência do trabalho no campo social, na atual configuração das ONGs, é restrita à perspectiva do atendimento à população. Desse modo, evidencia-se a contradição entre a perspectiva da transformação e da reprodução, tensionada entre os objetivos e as práticas educativas desenvolvidas pelas ONGs.

Mesmo reconhecendo o potencial contra-hegemônico que as ONGs carregam em sua historicidade, a “necessidade” de parcerização com o estado na execução de políticas sociais coloca-as em caminhos ambivalentes. De um lado, as lutas sociais; de outro, a manutenção de sua própria subsistência e, no meio, a comunidade. Nesse caminho tortuoso, o social foi utilizado como uma mola propulsora de ideias neoliberais no trato à questão social.

Como resposta imediata aos problemas sociais que se agravavam no país, as ONGs foram sendo focalizadas como potenciais representantes do estado na divulgação e operacionalização de programas e projetos governamentais de baixo custo e de rápida disseminação. Há uma estreita relação com “as políticas sociais que estão associadas a processos civilizatórios que definem as possibilidades de construção dos vínculos e do contrato social”. (IVO, 2004, p. 57). No Brasil, as políticas sociais guardam estreita relação com a construção da política num sentido mais amplo e expressam multiplicidades “ideológicas, que orientam as alternativas e as opções de diferentes atores diante do projeto político e de desenvolvimento nacional, no confronto com as expectativas do neoliberalismo econômico, que entende ‘mercado’ como melhor regulador das relações sociais”. (IVO, 2004, p. 57-58).

As organizações, nesse contexto, foram convocadas a operar, “ideologicamente, na necessidade de compensar, substituir e remediar as atividades sociais precarizadas ou eliminadas das responsabilidades do estado”. (MONTAÑO, 2005, p. 233). Com o descrédito no estado, a população tende a melhor aceitar as ONGs, e isso torna-se uma estratégia fundante. A articulação da assistência social com as organizações da sociedade civil fica subsumida ao processo de precarização das políticas sociais em relação ao foco estrito da questão social, na gestão estratégica da pobreza.

Como bem disse Montaña (2005, p. 234) “as perdas de direitos universais por serviços públicos de qualidade tendem a ser vistas como ganhos nas atividades desenvolvidas pelo conjunto das forças voluntárias, não-governamentais, filantrópicas”. Tais perdas implica diretamente na expectativa de conquista de direitos por meio da garantia traduzida em política

pública. A falácia da conquista de direitos, os avanços de concepções, o acesso universalizado não ultrapassa o âmbito assistencialista quando os resultados desse processo chega ao cidadão. O resultado são práticas que não sem constituem como direito, sem garantia de permanência e como atividade curativa. Ao mesmo tempo em que se cria uma “dependência” da população a esses programas e projetos, não garante às ONGs a manutenção da parceria para a sua continuidade.

Essa tensão pode ser visualizada na realidade local, onde o poder público opera muito mais para dificultar as ações do que para promovê-las. Com a justificativa de que financiam parte de seus projetos, impõem a sua lógica, desrespeitando a lógica própria de cada organização.

Importante destacar que o desenvolvimento ou não das ONGs depende do investimento governamental. No caso de São Leopoldo, nos anos de 2006 a 2008, houve uma disponibilização importante de recursos, o que fez aumentar o número de projetos e de ONGs. Já em anos mais recentes, como de 2010 a 2013, os investimentos foram mais reduzidos ou quase inexistentes. Isso fez com que as ONGs diminuíssem o seu tamanho, o seu potencial de atuação e/ou fechassem as suas portas. Essa dependência financeira é utilizada, inclusive, como instrumento de manipulação das ONGs numa relação truncada e sem diálogo.

Em síntese, destaco cinco fatores, reflexos do uso do social na contemporaneidade, que dificultam o alcance de seus objetivos e a visibilidade de suas ações: 1) **fragmentação** - ao assumirem responsabilidades pelas políticas e serviços sociais, a partir de suas parcerias, automaticamente a sua ação se fragmenta, pois executa objetivos alheios aos seus; 2) **limites** - sua atuação por meio de projetos e parcerias limita o atendimento satisfatório e de impacto, uma vez que estão restritos a determinados prazos e cronogramas; 3) **sustentabilidade** - outro elemento que limita a sua atuação é o financiamento que está sujeito aos ditames dos financiadores e da conjuntura internacional e nacional, interferindo fundamentalmente na sua intervenção; 4) **autonomia** - ao obedecer aos mandos dos seus financiadores, aderindo à lógica mercantil de busca de minimização dos gastos e maximização dos resultados, aspectos muito semelhantes aos de uma pequena empresa, deixa de ter autonomia. Aliado a isso, apresenta caráter passageiro, uma vez que o seu financiamento é pontual. E, por último, 5) **competitividade** - há uma competição, muitas vezes velada, entre as ONGs. Estas estariam competindo entre si, tanto nos editais de projetos, quanto nos territórios pelo público a ser atendido.

Os resultados do estudo reafirmam ainda uma fragilidade teórica na apropriação da questão social. Essa fragilidade fica evidente na dificuldade em articular as expressões da

questão social com os objetivos que pleiteiam. Essa constatação foi percebida quando os próprios profissionais demonstraram uma visão reducionista com que expressam o que fazem e na apropriação frágil do que representa esse trabalho. Como representação da questão social, podemos dizer que esta é refletida no sentimento de caridade e resgate do ser, muito presente nos discursos, que nem sempre estão tão visíveis assim, pois o campo social é travestido com discursos politicamente corretos que dificultam a sua visibilidade.

No aspecto dos efeitos da prática educativa, torna-se significativa a multiplicação das ONGs, visto a necessidade de estratégias para minimizar os efeitos das desigualdades. Ainda que fragilizadas e envoltas por conflitos contundentes, estas demonstram uma potencialidade criativa impressionante. Tais espaços têm se legitimado na sociedade como um lugar onde ocorrem ações educativas relevantes, que ainda precisam dialogar mais com as necessidades da comunidade, mas que fazem uma diferença importante para as relações sociais, especialmente no âmbito individual.

Uma presença que registra uma intencionalidade importante está no fato de serem pessoas desejosas de “fazer o bem”, de ajudar a resolver as situações apresentadas pelas crianças e adolescentes. Apesar dos estranhamentos causados pela realidade, há uma profunda preocupação com o público em questão, com suas dadas situações, que perpassam por demandas de saúde, de educação; que envolvem ligações com tráfico de drogas, experiências de violência intrafamiliar, abusos sexuais, entre outras.

É relevante pontuar que grande parte das intervenções centra-se no nível institucional, pouco avançando para a dimensão territorial, para a inserção comunitária, para a conjunção de serviços que são necessários para o encaminhamento das necessidades daquela população. (LOPES; SILVA; MALFITANO, 2006 apud BORBA, 2008, p. 92).

Nesse contexto, as ONGs se mantêm isoladas, com pouco diálogo entre pares, confirmando o viés da institucionalização, sem apontar para uma discussão e para uma prática educativa que implique uma perspectiva de mudança mais ampla.

A contradição inerente às organizações da sociedade civil carrega o seu potencial revolucionário em seus discursos e documentos. Por ser um espaço de auto constituição de sujeitos, de perspectivas éticas, de reafirmação de valores morais e da potencialidade de superação da alienação capitalista, sua contradição torna-se a sua potência, pois está constantemente se refazendo.

Entretanto, cada organização social parte de análises sociais diferentes, valendo-se de um marco referencial teórico distinto, mas procurando objetivos comuns e concordando, em

parte, com aspectos substantivos nas suas considerações sobre o trabalho no campo social. Assim, a questão que se coloca é o quanto de clareza que esses profissionais possuem acerca dos processos em que estão inseridos e, de certa forma, submetidos.

Consideramos que os efeitos gerados pela aproximação entre o que defendem as ONGs e o que a comunidade compreende do seu trabalho revelou elementos importantes, que indicam possibilidade de desdobramentos deste estudo. A exemplo, gostaríamos de destacar quatro pontos potenciais para a pesquisa no campo social:

- a) *os efeitos da violência tornam invisíveis os efeitos das ONGs*: o medo gerado pela violência silencia a comunidade, paralisa e dificulta uma relação mais participativa;
- b) *a dificuldade de se autodenominar*: dizer quem sou, o que sou e por que sou. Dificuldades que demonstram o quanto estamos imersos no jogo das intencionalidades. Pois não há uma intenção concreta de que esses profissionais reflitam a respeito do seu próprio fazer, não há uma formação que auxilie nisso. As ONGs se autoformam e formam os seus profissionais;
- c) *efeitos da prática educativa*: reestruturação dos laços de família, tema importantíssimo na atualidade, foi apenas um efeito percebido. Há que se adentrar mais nas comunidades, dialogar mais, para se compreender, com dados da realidade, o encontro entre o que dizem que fazem e o que fazem de fato as ONGs;
- d) *a disputa pela pobreza*: a velada relação entre as ONGs é um apontamento à ideia de reprodução de um sistema que não tem como perspectiva o desenvolvimento de relações solidárias e mudança social. A disputa pela pobreza entre as ONGs é uma realidade velada pelo trabalho individualizado, pela concorrência em editais de projetos de sustentabilidade e pela disputa pelo público atendido.

Entre conflitos e perspectivas, chegamos ao final deste estudo com diferentes olhares sob as práticas educativas desenvolvidas pelas ONGs e seus potenciais efeitos. Mas há um último questionamento, que a mim é muito pertinente e que me faz acreditar na positividade das ações dessas organizações.

Como se mede a felicidade? De fato, estamos diante de uma verdadeira revolução, ainda que em modos cerceados. A expressão da satisfação, do conforto, do acolhimento, de um momento para si na vida dessas tantas crianças e adolescentes que passam por essas

ONGs não repercute uma transformação social, num sentido amplo; talvez não seja traduzida como emancipadora, mas proporciona experiências para a vida. É no cotidiano dessas ONGs que crianças e adolescentes expressam potencialidades não percebidas, nem por elas, nem pelas outras pessoas que convivem com elas. As múltiplas cores e faces desse trabalho repercutem, sim, numa educação para a civilidade, mas também, na construção de um sentimento de esperança.

REFERÊNCIAS

ACANDA, Jorge L. *Sociedade civil e hegemonia*. Tradução de Lisa Stuart. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

ADAMS, Telmo. *Educação e economia (popular) solidária: mediações pedagógicas do trabalho associado na Associação dos Recicladores de Dois Irmãos, 1994-2006*. 2007. Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2007.

ADAMS, Telmo. Movimentos Sociais e Mediações Pedagógicas. In: ANPED SUL, 2008. *Anais...*, [S.l.], 2008. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2008/Educacao_e_Movimentos_Sociais/Trabalho/06_02_15_MOVIMENTOS_SOCIAIS_E_MEDIACOES_PEDAGOGICAS.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2014.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira, 1999. 203p.

ANGROSINO, M.; FLICK, U. (Coord.). *Etnografia e observação participante*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

AOYAMA, Ana Lucia Ferreira. *O papel do terceiro setor em ações de educação não-formal a partir da década de 1990 no Brasil*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, 2005.

BARBIANI, Rosangela. *Violência e violação de direitos humanos: medidas socioeducativas no município de São Leopoldo na ótica dos determinantes sociais da saúde*. 2014. Relatório de pesquisa – Universidade do Vale dos Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

BARRETO, Sônia Pereira. Direito à educação, movimentos sociais e ONGs: discernindo no imbróglio semântico lógicas e atribuições do Estado e da sociedade civil. In: REUNIÃO DA ANPED, 31., 2008, Caxambu. *Anais...* Caxambu, 2008. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/trabalho03.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2012.

BARRIO, Belén Pascual. La evolución de la intervención comunitaria: un marco para la reflexión. *Pedagogía Social - Revista Interuniversitaria*, Espanha, n. 14, p. 129-138, 2006.

BASTOS, Fábio da Purificação. Pesquisa/Investigação. In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides e Zitkoski, Jaime José (Org.). *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BOGDAN, R.; TAYLOR, S. *Introduction to qualitative research methods: a phenomenological approach to the social sciences*. New York. J. Wiley, 1975.

BODGAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução á teoria e aos métodos*. Tradução de Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto, 1994.

BORBA, Patrícia Leme de Oliveira. *Educadores sociais e suas práticas junta a jovens: o cotidiano de ONGs na cidade de Campinas/SP*. São Carlos: Dissertação de Mestrado, 2008.

BÓRON, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER; GENTILI (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 63-137.

BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; ASSUMPÇÃO, Raiane. *Cultura rebelde: escritos sobre a educação popular ontem e agora*. São Paulo: EDL, 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A pergunta a várias mãos, e experiência da pesquisa no trabalho do educador*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *O educador: vida e morte: escritos sobre uma espécie em perigo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

BRASIL. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NO/BSUAS. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/politica-nacional-de-assistencia-social-2013-pnas-2004-e-norma-operacional-basica-de-servico-social-2013-nobsuas>>. Acesso em: 02 maio 2014.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 07/12/1993. *Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)*. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/livros/loas-lei-organica-de-assistencia-social/loas-lei-organica-de-assistencia-social>>. Acesso em: 02 maio 2014.

BRASIL. *Política Nacional de Assistência Social (PNAS)*. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/assistencia-social/usuario/pnas-politica-nacional-de-assistencia-social-institucional>>. Acesso em: 02 maio 2014.

BRASIL. *Sistema Único da Assistência Social (SUAS)*. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/assistencia_sistema>. Acesso em: 02 maio 2014.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional*. São Paulo: Ed. 34, 1998.

CALIMAN, Geraldo. Fundamentos teóricos e metodológicos da pedagogia social na Europa (Itália). In: SOUSA NETO, João Clemente de; SILVA, Roberto da; MOURA, Rogério. *Pedagogia social*. São Paulo: Expressão & Arte, 2009. p. 51-60.

CANCLINI, n. G. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

CARIDE GÓMEZ, J. A. Qué añade lo “social” al substantivo “pedagogía”. *Pedagogia Social – Revista Interuniversitaria*, Espanha, n. 11, p. 55-85, dic. 2004.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Tradução de Iraci D. Poleti. 11. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela; BÓGUS, Lúcia; YAZBEK, MariaCarmelita (Org.). *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 2000.

CÍRCULO OPERÁRIO LEOPOLDENSE. *Descobrir redescobrimo: sistematizando nossas práticas em educação e suas contribuições para o desenvolvimento local*. São Leopoldo, 2012.

CÍRCULO OPERÁRIO LEOPOLDENSE. *Plano de ação do Programa Casa da Criança e do Adolescente - CCA 2012/2014*. São Leopoldo: documento interno, 2012.

CLIFFORD GEERTZ, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. In: GONÇALVES, José Reginaldo Santos (Org.). Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

CORREIA, Maria da Conceição Batista. A observação participante enquanto técnica de investigação. *Revista Pensar Enfermagem*, Lisboa, v. 13, n. 2, 2. sem. 2009.

COUTINHO, Carlos Nelson. *El concepto de sociedad civil em Gramsci y la lucha ideológica em el Brasil de hoy*. Rio do Janeiro: UFRJ, 2000.

COUTO, Berenice R. et al. (Org.). *O sistema único de assistência social no Brasil: uma realidade em movimento*. São Paulo: Cortez, 2010.

CRESPO, Laura Varela. La educación social y los servicios sociales em los procesos de desarrollo comunitario: revitalización del trabajo em red. *Pedagogía Social - Revista Interuniversitaria*, Espanha, n. 17, p. 137-148, 2010.

CUNHA, Marize. Aproximando-se do campo de trabalho dos educadores comunitários: em busca de referenciais de análise. In: REUNIÃO DA ANPED, 26., 2003, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPED, 2003. Disponível: <<http://www.anped.org.br/reunioes/26/inicio.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2012.

DAGNINO, Evelina. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (org.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.

DEMO, Pedro. *Educação pelo avesso: assistência como direito e como problema*. São Paulo: Cortez, 2002.

DONZELOT, Jacques. *La invención de lo social: ensayo sobre la declinación de las pasiones políticas*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2007.

_____. *Face à l'exclusion – lê modele français*. Paris: Esprit, 1991.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. O enfrentamento da questão social na contemporaneidade: a funcionalidade das ongs. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUESTÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XXI, 3., 2007, São Luís. *Anais...* São Luís, 28-30 ago. 2007.

DUSSEL, Henrique. *1492 o encobrimento do outro: a origem do “mito da modernidade”*. Petrópolis: Vozes, 1993.

FALEIROS, Vicente de Paula. Serviço Social: questões presentes para o futuro. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 50, p. 9-39, abr. 1996.

FLEURY, S. Política social, exclusión y equidad em America Latina em los 90. *Nueva Sociedad*, Caracas, n. 156, p. 72-94, jul./ago. 1998.

FONSECA, C. Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. *Revista Brasileira de Educação*, n. 10, p. 58-78, 1999.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. 27. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. *Educação como prática para liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

_____. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GARCIA, Valéria Aroeira. *O papel do social e da educação não formal nas discussões e ações educacionais*, 2008. Disponível em: <www.am.unisal.br/pos/Stricto-Educacao/.../mesa_8_texto_valeria.pdf>. Acesso: 10 dez. 2012.

_____. Educação não-formal: do histórico ao trabalho local. In: PARK, M. B. (Org.). *Memória, patrimônio, meio ambiente, formação de educadores*. Campinas: Centro de Memória da Unicamp; Mercado de Letras, 2003. p. 123-146.

GARCÍA ROCA, Joaquín. Memórias silenciadas en la construcción de los servicios sociales. *Cuadernos de trabajo social*, p. 197-212, 2004.

GHIGGI, Gomercindo; GONÇALVES, Jussemar Weiss. O público e o popular na história da educação brasileira. In: REUNIÃO DA ANPED, 26., 2003, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPED, 2003. Disponível: <<http://www.anped.org.br/reunioes/26/inicio.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2012.

GIL, Antônio C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. *Os sem terra ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. *Movimentos sociais: espaços de educação não formal da sociedade civil*. Disponível em: <<http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2004/04/02/519734/movimentos-sociais-espaos-educao-no-formal-da-sociedade-civil.html>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

GOMES, Paulo de Tarso. Movimentos sociais e educação comunitária: aproximações a partir de Alberto Melucci. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 33., 2010, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPE, 2010. Disponível: <<http://www.anped.org.br/33encontro/internas/ver/apresentacao>>. Acesso em: 30 jul. 2012.

GRACIANI, Maria Stela. Pedagogia social: impasses, desafios e perspectiva em construção. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1., 2006, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2006. Disponível: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=00000000920060001&lng=pt&nrm=is>. Acesso em: 20/06/2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela e CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológico*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. A questão social no capitalismo. *Temporalis*, Brasília, ano 2, n. 3, p. 9-32, 2001.

IANNI, Octávio. *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil*. 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/fasfil.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE); FASFIL. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos*. 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2005/>>. Acesso em: 12 maio 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE); FASFIL. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos*. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2010/>>. Acesso em: 12 maio 2013.

IOSCHPE, Evelyn Berg (Coord.). *Terceiro setor, desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: Gife/Paz e Terra, 1997.

IVO, Anete Brito Leal. *A produção do novo “fetiche” no contexto da desregulação do mercado de trabalho*. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=547%3Aa-producao-do-novo-qtetichetq-no-contexto-da-desregulacao-do-mercado-de-trabalho-&catid=58&Itemid=414>. Acesso em: 06 nov. 2014.

_____. *Viver por um fio: pobreza e política social*. São Paulo: Annablume, 2008.

_____. A invenção do “social” e a normatividade das ciências sociais: dilemas clássicos e tendências contemporâneas. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 69-101, 2012.

KIENER, Cordélia Inês. *ONGs e ideologias de desenvolvimento: o caso do IDACO*. 2001. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Viçosa, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, 2001.

KOGA, D. *Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo: Cortez, 2003.

KRONBAUER, Luiz Gilberto. In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime. *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

LANDIM, Leilah. Notas em torno do terceiro setor e outras expressões estratégicas. O social em questão. *Coleção Enfrentamentos da questão social*, Rio de Janeiro, n. 4, 1999.

_____. *Notas para um perfil das ONGs*. Disponível em: <<http://www.abong.org.br/artigos/landim.htm>>. Acesso em: 10 maio 2000.

LAUTIER, Bruno. *Les politiques sociales en Amérique Latine: propositions de méthode pour analyser em écaltement em cours*. Cahiers des Amériques Latines. Paris: IHEAL, 1999.

MACHADO, Aline Maria Batista. *Organizações não governamentais (ONGs): Trajetórias, concepções e práticas em educação popular*. João Pessoa: Tese de Doutorado, 2009.

MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, Marcos Francisco; GROPPPO, Luís Antônio. *Sociedade civil e educação: fundamentos e tramas*. Campinas: Autores Associados, 2010.

MARTINEZ, Eusébio Nájera. Pedagogía Social y práxis educativo social. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 3., 2010, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2010. Disponível: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=00000000920100001&lng=pt&nrm=is>. Acesso em: 20 jun. 2011.

MELO, H. P. *Gênero e pobreza no Brasil*. Relatório final do projeto Governabilidade Democrática de gênero em América Latina y en el Caribe. Brasília: CEPAL/SPM, 2005.

MELUCCI, Alberto. *O jogo do Eu: a mudança de si em uma sociedade global*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

MIOTO, R. T. O trabalho com redes como procedimento de intervenção profissional: o desafio da requalificação dos serviços. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 51-58, 2002.

MIRANDA, Fábila Jaqueline da Silva. A efetivação da política de assistência social por entidades não-governamentais integrantes da rede socioassistencial de belém. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 3., 2007, São Luís. *Anais...* São Luís, 28-30 ago. 2007. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoA/f4049b508cd95ee8213bFabia.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MONTENEGRO, T. *O que é ONG*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MORAES, Michelle Rodrigues de. O processo de assistencialização das políticas sociais e a seguridade social brasileira. *Revista Temas e Matizes*, v. 9, n. 17, p. 177-200, 2010.

MOREIRA, Carlos Eduardo. Emancipação. In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime. *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MORETTI, Cheron. Militância. In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime. *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MOTA, Ana Elizabete. Sobre a crise da seguridade social no Brasil. In: ADUFRJ. As duas faces da contra-reforma de FHC. *Cadernos ADUFRJ*, Rio de Janeiro, n. 4, ago. 2000.

MOURA, Eliana Perez Gonçalves de; ZUCCHETTI, Dinora Tereza. Explorando outros cenários: educação não escolar e pedagogia social. *Revista Educação Unisinos*, São Leopoldo, set./dez. 2006.

_____; _____. Educação além da escola: acolhida a outros saberes. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 40, n. 140, maio/ago. 2010.

MÜHL, Eldon Henrique. Problematização. In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime. *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

NETO, José Francisco de Melo. O que é popular? In: REUNIÃO DA ANPED, 25., 2002, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPED, 2002. Disponível: <<http://www.anped.org.br/reunioes/25/25ra.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2012.

SOUSA NETO, João Clemente de; SILVA, Roberto da; MOURA, Rogério (Org.). *Pedagogia social*. São Paulo: Expressão & Arte, 2009.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Um estado para a sociedade civil: temas éticos políticos da gestão democrática*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NUNES, E. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

NÚÑEZ, Violeta. Trampas teóricas y conceptuales de la pedagogía social em construcción. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 3., 2010, Campinas. *Anais...* Campinas: UNISAL, 2010. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=00000000920100001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 jun. 2011.

OLIVEIRA, Francisco. Das invenções à indeterminação. In: OLIVEIRA, Francisco de e RIZEK, Cibele Saliba (Org.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Bomtempo, 2007, p. 15-48.

OSOWSKI, Cecília Irene. Situações-limite. In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime. *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

PAIVA, Jacyara Silva de. *Compreendendo as vivências e experiências eroduzidas na educação social de rua: desvelamentos pertinentes ao educador social de rua*. Vitória: Tese de Doutorado, 2011.

PAOLI, Maria Célia. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no BRasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PARK, M.B.; SIEIRO, R. F. (Org.). *Educação não-formal: contextos, percursos e sujeitos*. Campinas: Setembro, 2005.

PASTORINI, A. *A categoria “questão social” em debate*. São Paulo: Cortez, 2004.

PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de. Dilemas e contradições de projetos de educação não formal com a educação popular: reflexões sobre práticas e saberes. In: REUNIÃO DA ANPED, 30., 2007, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPED, 2007. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/index.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2012.

PAULY, Evaldo. Reflexões inspiradas pela educação popular sobre a LDB, ECA, moral, ontologia e formação para a cidadania. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 29., 2006. *Anais...* [S.l.]: 2006. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/29portal.htm>>. Acesso em: 29 nov. 2012.

PETRAS, James. *Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa*. Blumenau: FURB, 1999. Coleção Sociedade e Ambiente, n. 3.

PINTO, Célia Regina Jardim. As ONGs e a política no Brasil: presença de novos atores. *Dados* [online], v. 49, n. 3, p. 651-670, 2006.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

RIBEIRO, Marlene. Exclusão e educação social: conceitos em superfície e fundo. *Revista Educação e Sociedade*, São Paulo, 2006. Disponível em: <www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 08 ago. 2012.

RODRIGUEZ, A.; RAYA, E. E. (Coord.). Una Europa social y plural. In: CONGRESO ESTATAL DE LAS ESCUELAS UNIVERSITARIAS DE TRABAJO SOCIAL, 27., 2010. *Anais...* [S.l.], 2010. p. 145-153.

ROMANS, M.; TRILLA, J.; PERUS, A. *Profissão educador social*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

ROMÃO, José Eustáquio. Educação. In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime. *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ROSSATO, Ricardo. Práxis. In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime. *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SANTOS, Deivis P.B. Formação de educadores para o Terceiro Setor. *Revista Olhar do Professor*, Ponta Grossa, v. 9, p. 79-95, 2006.

SERRA, R. O terceiro setor em debate. *Revista Resgate*, Campinas, n. 12, 2003.

- SILVA, Vera Alice Cardoso. *Políticas compensatórias*. Disponível em: <<http://www.gestrado.org/?pg=dicionario-verbetes&id=325>>. Acesso em: 8 out. 2014.
- SORJ, Bernardo. *Sociedade civil e relações norte-sul: ONGs e dependência*, 2005. Tradução de Plínio A. Dentzien. Rio de Janeiro, Working paper 1 do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Disponível em: <<http://www.centroedelstein.org.br>>. Acesso em: 10 out. 2014.
- SOUZA, H. de; RODRIGUES, C. *Ética e cidadania*. São Paulo: Moderna, 1994.
- SPAREMBERGER, R. F. L. As vozes esquecidas: os diferentes, desiguais e desconectados nas fronteiras do Brasil. In: Unicuritiba (Org.). ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 22., 2013, Curitiba). *Anais...* Florianópolis: Fundação Boiteaux, 2013. p. 1-25.
- SPOSATI, A. O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, ano 26, n. 87, p. 96-122, 2006.
- STRECK, Danilo et al. *Educação popular e docência*. São Paulo: Cortez, 2014.
- TEIXEIRA, Solange Maria. Trabalho Interdisciplinar nos CRAS: um novo enfoque e trato à pobreza?. *Revista Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 286-297, ago./dez. 2010.
- TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.
- ÚCAR, Xavier. *El trabajador social entre la complejidad social y las profesiones de lo social*. [S.l.:s.n.].
- VERNIS, Domènec et al. *La gestión de las organizaciones no lucrativas*. Bibao: Deusto, 1998.
- YASBEK, M. C. *Questão social: desigualdade, pobreza e vulnerabilidade social*. São Paulo, 2008. (mimeo).
- _____. A Política Social brasileira nos anos 90: refilantropização da Questão Social. *Cadernos ABONG*, n. 11, 1995.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: WANDERLEY, Mariângela Belfiore; BÓGUS, Lucia e YAZBEK, Carmelita. *Desigualdade e a questão social*. 3. ed. São Paulo: EDUC, 2011.
- ZANCZURA, Rosane. Risco ou vulnerabilidade social?. *Revista Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 301-308, ago./dez. 2012.

ZITKOSKI, Jaime José. Educação popular e emancipação social: convergências nas propostas de Freire e Habermas. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 26., 2003, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPED, 2003. Disponível: <<http://www.anped.org.br/reunioes/26/inicio.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2012.

ZUCHETTI, Dinora; MOURA, Eliana; MENEZES, Magali. A artesanaria de um fazer: a prática do trabalho de educadores. *Revista Brasileira de Educação*, v. 19, n. 59, out./dez. 2014.

ANEXO A - Carta de apresentação às ONGs

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO
Linha de pesquisa: Educação, desenvolvimento e tecnologias

Doutoranda: Karine dos Santos – bolsista CAPES

Orientador: Prof. Dr. Danilo Streck

PROPOSTA DE PARCERIA PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA

Prezado coordenador,

A pesquisa *O “educativo” do social: Intencionalidades em conflito na ação das organizações sociais* tem como objetivo discutir com organizações não governamentais as implicações do fazer educativo de sua ação, construindo compreensões sobre os efeitos deste trabalho nas comunidades assistidas. Para isso, utiliza o referencial teórico da Educação Popular, Pedagogia Social e metodologias participativas, a dizer-se a observação participante e círculos de cultura.

Tendo presente que o campo empírico da pesquisa será a região oeste do município de São Leopoldo e o reconhecimento do trabalho realizado pelo Centro Medianeira como uma das organizações referência em atividades educativas no campo social desta localidade, entendemos que seria fundamental para este estudo poder contar com esta parceria.

Nesse sentido, gostaríamos de formalizar o convite, referindo que sua participação implicará no compromisso com o preenchimento de um questionário por parte de toda equipe da organização e com a participação em um círculo de cultura, no qual o tema a ser discutido é “A dimensão educativa das práticas desenvolvidas no campo social”, a partir das seguintes questões: - Como as organizações sociais compreendem o papel educativo de suas ações? - Quais objetivos buscam e como percebem os resultados de sua ação? - Que tipo de orientações coletivas ou visões de mundo emergem destas práticas?. Com duração de 2 a 3h de trabalho, o círculo de cultura reflete em processo de formação para todos os participantes. Também está previsto um evento de integração entre as equipes das organizações sociais

participantes desta pesquisa – Casa da Criança e do Adolescente e Instituto Lenon Joel pela Paz. Momento este ainda em fase de construção, com possibilidade de concretização no ano de 2014.

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos,

Karine Santos
Danilo Streck
21/11/2012

ANEXO B - Termo de consentimento livre e esclarecido

Eu, _____, inscrito no
CPF nº _____, residente e domiciliado em
_____, nesse Estado, na Rua _____,
nº _____, pela presente e na melhor forma de direito, a partir desta data, passo a permitir que
Karine dos Santos, doutoranda em educação, no desenvolvimento das atividades vinculadas ao seu
trabalho de pesquisa, faça uso das gravações em áudio e vídeo em seu trabalho, desde que mantenha
minha idoneidade pessoal.

Declaro que os registros de áudio e vídeo poderão ser utilizados de forma irrestrita,
sem remuneração pela colaboração e/ou participação pessoal.

O uso dos registros de áudio e vídeo deverá ocorrer somente nos limites aqui
estabelecidos.

Declaro que todas as informações acima são verdadeiras e de minha inteira
responsabilidade e assino essa autorização.

São Leopoldo, _____ de _____ de 2013.

Assinatura

ANEXO C - Estado da arte⁵¹**AS BASES DE DADOS QUE JUSTIFICAM A RELEVÂNCIA DO TEMA**

O Estado da Arte que apresento neste capítulo é resultado da consulta realizada em sete bancos de dados, que constituíram um arcabouço com 221 trabalhos selecionados, resultado de teses, dissertações, artigos de periódicos e trabalhos publicados em anais de eventos no período de 2000 a 2011. Foram utilizados seis descritores, com o objetivo de relacionar um número significativo de produções. Assim, foram descritores para este trabalho: 1 – Pedagogia Social; 2 – Educação Social; 3 – Educação Popular; 4 – Educação não formal; 5 – Social e 6 – Categoria do social.

A definição dos bancos de dados utilizados seguiu dois critérios: a tradição acadêmica e a relevância frente ao tema em questão. Cada um foi analisado individualmente, procurando manter um padrão. Para isso, sete dimensões foram definidas como suleadoras desse processo: variedade temática; natureza; ano de defesa/publicação/apresentação, estado linha de pesquisa; referencial teórico e metodologia.

O capítulo está dividido em três partes, que se complementam ao final: 1. Produção de Teses e Dissertações a partir do portal da CAPES e Programa de Pós-Graduação em Educação UNISINOS; 2. Periódicos a partir do banco de dados do Scielo, Pedagogia Social - Revista Interuniversitária e Revista Unisinos; 3. Produção de trabalhos em eventos, analisando os trabalhos apresentados na ANPED e nos Congressos Internacionais de Pedagogia Social. Por fim, procurei estabelecer um diálogo entre os trabalhos mais expressivos da realidade da pesquisa acadêmica no campo social.

2.1 PRODUÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES A PARTIR DO PORTAL DA CAPES E DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO UNISINOS

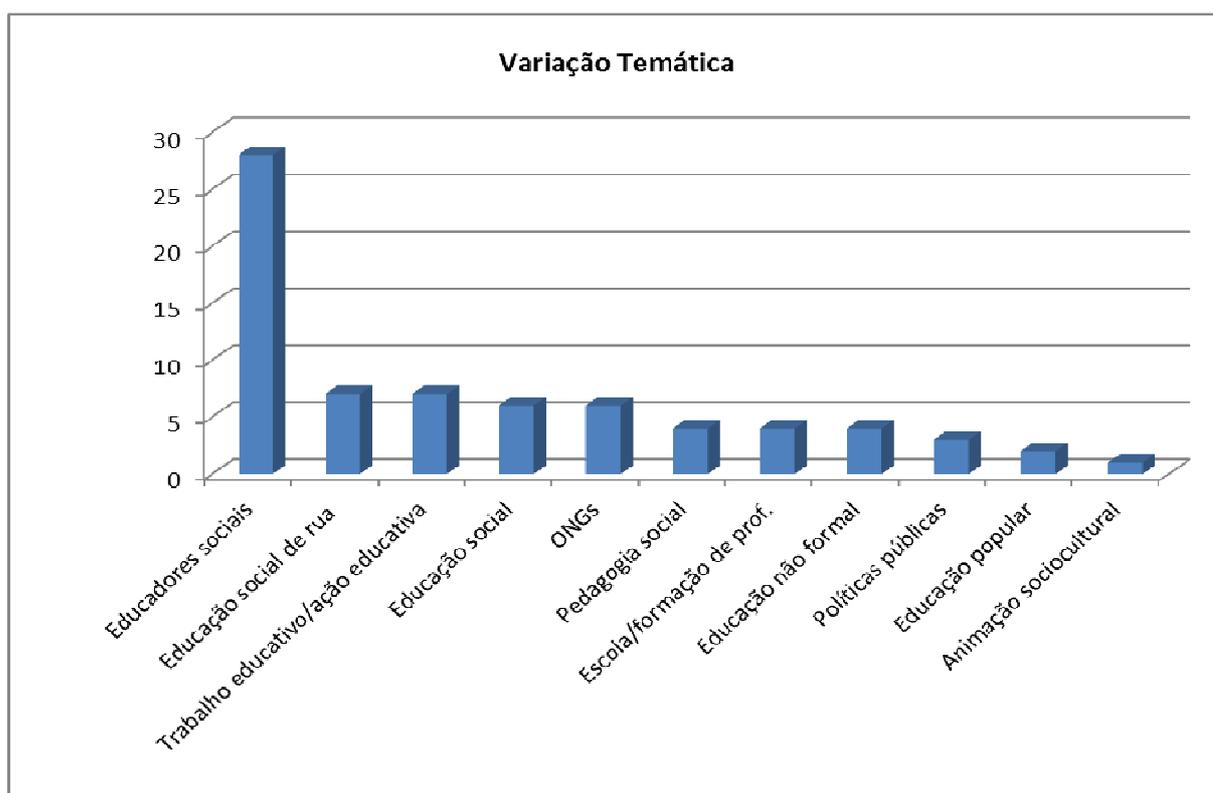
A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com objetivo de facilitar o acesso a informações sobre teses e dissertações defendidas junto a programas de pós-graduação do país, disponibiliza, desde março de 2001, um acervo fundamental que contribui para mensurar as produções acadêmicas nas mais diferentes áreas do conhecimento. A partir disso, as pesquisas para composição do Estado da Arte para determinado estudo acadêmico ganham uma viabilidade concreta.

⁵¹ Estado da arte elaborado por ocasião da construção do projeto de pesquisa, apresentando em banca de qualificação de tese em 2013.

Dessa forma, a pesquisa realizada no *Banco de Teses e Dissertações da CAPES*⁵², no período de 2000 a 2011, utilizando os descritores *pedagogia social* e *educação social*, exibiu a produção de sete teses e trinta e oito dissertações. Com o descritor *educação popular*, num volume de dez trabalhos selecionados, foram encontradas cinco teses e cinco dissertações. Já com o descritor *educação não formal*, também foram encontrados dez trabalhos: duas teses e oito dissertações. Em relação ao descritor *social*, a quantidade de trabalhos relacionados foi bastante numerosa, tornando impossível a seleção. E, por fim, com o descritor *categoria do social*, não foi encontrado nenhum trabalho.

Considerando a análise do resumo das 14 teses e 51 dissertações encontradas, podemos afirmar que há uma variedade temática significativa que compõe este campo de estudos, classificado em 11 grandes temas, como pode ser visualizado no gráfico abaixo:

Gráfico 2: Variedade Temática – CAPES



Fonte: Elaborado pela autora.

⁵² Vale salientar que foi tomado o devido cuidado para que a mesma tese ou dissertação não fosse analisada duas vezes por descritores diferentes, tomando por critério a primeira vez em que a mesma foi selecionada no sistema de busca. Cabe destacar, ainda, que do volume total de resumos analisados, 12 foram lidos na íntegra, compondo, inclusive, o referencial teórico deste projeto de tese.

Como os dados mostram, o tema mais recorrente foi *educadores sociais*, com 28 trabalhos, os quais relacionaram diferentes subtemas, tais como: estudos sobre representação social; questão social; formação e inserção profissional, relação com o saber; conflito com a lei; escola; violência; inclusão digital e telecentros comunitários; identidade, juventude, criança e adolescente; e educação não formal. É importante considerar que, nesse universo de subtemas, 50% da produção trataram do tema formação e inserção profissional. Desses trabalhos, destacam-se apenas três produções realizadas em áreas distintas, nenhuma delas na educação, a saber: Psicologia, Antropologia e Serviço Social. O tema *educadores sociais* começa a ser frequente na cena acadêmica em 2003, com relevância mais significativa nos anos de 2004, 2006 e 2007.

Já o tema *educação social de rua* aparece atrelado a discussões centradas na criança e no adolescente, na prática educativa, na problematização da representação da situação social de rua e nas histórias de vida de educadores sociais de rua (esta última a partir do olhar da Psicologia). Sua produção apresenta-se bem distribuída entre os anos de 2004, 2005, 2006, 2007 e 2009, com seis trabalhos em destaque. O tema *educação social*, também com seis produções, aparece com discussão centrada no papel do pedagogo, problematizando a prática pedagógica na educação não formal, na sua relação com o poder público e as políticas públicas, assim como em estudo sobre a sua implicação nas organizações. Com apenas um trabalho desenvolvido no âmbito do Serviço Social, sua distribuição ficou entre os anos de 2000, 2007, 2009 e 2010, este último sendo o de maior concentração. A temática *ONGs*, também com seis trabalhos, só aparece quando o descritor *educação não formal* e *educação popular* é utilizado. Na distribuição temporal, a produção ficou concentrada nos anos de 2005 e 2009. Destacam-se duas dissertações defendidas em 2007 e 2008, respectivamente, na área da administração, tratando especificamente do tema sustentabilidade.

Educação não formal aparece nominadamente com apenas cinco trabalhos, sendo um em 2009 e dois em 2011 quando referidos aos descritores *educação social* e *pedagogia social*. No entanto, quando o descritor utilizado foi *educação não formal*, ele aparece marcadamente com mais dois trabalhos, um em 2000 e outro em 2004, totalizando cinco trabalhos.

Com um índice de apenas quatro trabalhos, o tema *pedagogia social* surge como discussão acadêmica somente a partir de 2007, problematizado a partir das perspectivas da socioeducação e *ONGs* e educação do trabalho, utilizando os referenciais de Pistrak e Makarenko. Nessa temática, é discutido o acesso aos direitos e valores sociais numa perspectiva teológica e vislumbrado a partir da realidade brasileira na perspectiva de Pierre Bourdieu. Desses trabalhos, apenas dois fizeram referência à produção nesse campo em

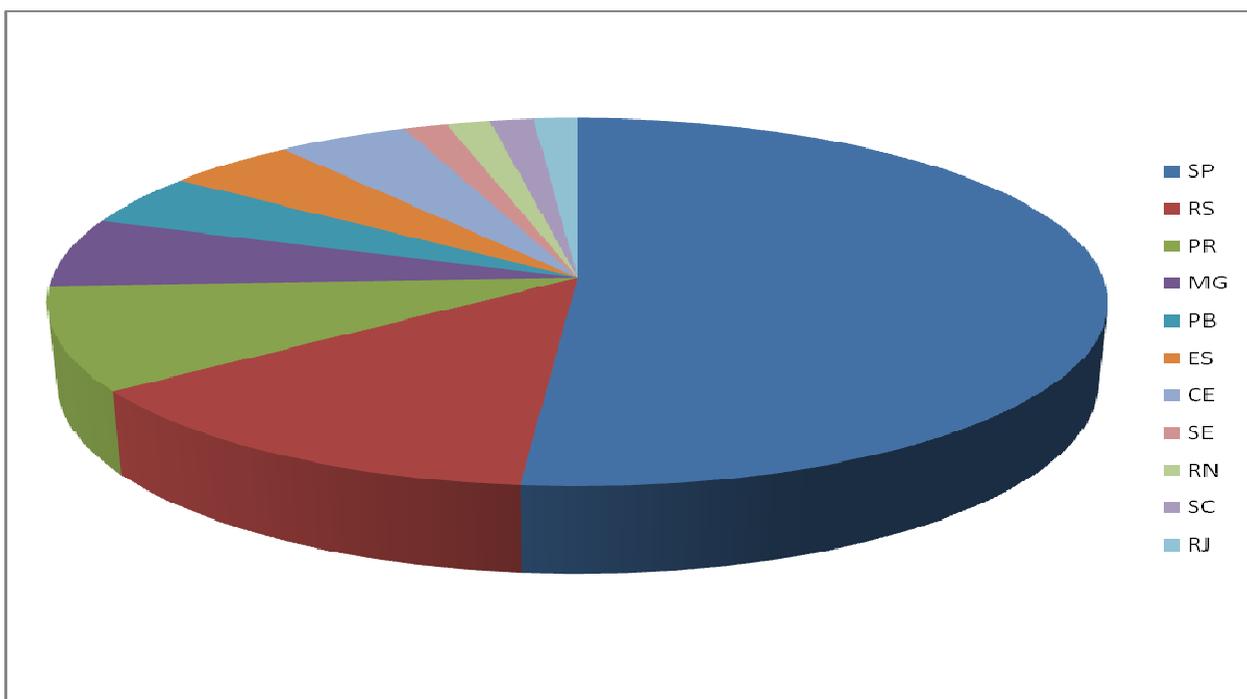
âmbito europeu. O tema *escola* também aparece com quatro trabalhos: em 2003, problematiza a relação entre a educação social e a educação física; em 2007, relaciona educação social e EJA; e em 2011, problematiza a práxis na formação do professor e discute a relação entre escola e educação sociocomunitária.

O tema *políticas públicas*, com três trabalhos, é problematizado sob o viés das práticas socioeducativas num estudo realizado na perspectiva da psicologia no ano de 2007; na perspectiva da práxis da assistência social, na sua relação com as políticas públicas no ano de 2010; e na perspectiva da educação popular em 2011.

Por fim, o tema *educadores populares*, distinto de *educadores sociais*, aparece em dois trabalhos, ambos desenvolvidos a partir de estudos comparativos defendidos em 2010 e 2011. E reunindo o menor índice de trabalhos, com apenas um, o tema *Animação sociocultural* aparece problematizando as políticas públicas e gestão. Esse trabalho foi desenvolvido no ano de 2004.

No aspecto metodológico, as pesquisas empregaram diferentes ferramentas, como: estudo de caso, pesquisa bibliográfica, abordagem etnográfica, análise documental, grupo focal, método autobiográfico, narrativas, histórias de vida, observação participante e pesquisa-ação. Os referenciais teóricos são os mais variados, com predomínio da educação popular, seguida por: Psicologia Social, Serviço Social, Ciências Sociais, Freire e educação não formal. Apenas dois trabalhos referiram a Pedagogia Social como referência teórica, e um trabalho utiliza autores do Terceiro Setor.

A distribuição por região do país mostra-se bastante concentrada na região Sudeste, especialmente no estado de São Paulo, como pode ser percebido no gráfico 2:

Gráfico 3: Concentração da Produção Acadêmica por Estado – CAPES

Fonte: Elaborado pela autora.

No banco de dados do *Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISINOS*, encontrei um universo de 236 teses e dissertações sobre temas bastante diversos. No entanto, não havia produções que se vinculassem com os descritores propostos. Em linhas gerais, encontrei, com uma certa frequência, produções que dialogam com o campo da educação não formal, mas direcionam para a discussão de gênero, educação no campo, medidas socioeducativas e inclusão digital. Esta é uma revelação importante, que confirma a pouca produção a esse respeito no Sul do país.

2.2 PERIÓDICOS A PARTIR DO BANCO DE DADOS DO SCIELO, PEDAGOGIA SOCIAL - REVISTA INTERUNIVERSITÁRIA E REVISTA UNISINOS

No banco de dados do *Scielo*⁵³, foram revisados dez títulos em nível nacional e cinco em nível internacional. Esses foram selecionados pela relevância frente ao tema deste projeto: Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas); Cadernos do Cedes (UNICAMP); Educar em Revista (UFPR); Educação em Revista (UFMG); Educação e Pesquisa (USP); Educação e Sociedade (UNICAMP); Estudos Avançados (USP); Revista Brasileira de Educação (ANPED); Revista da Faculdade de Educação (USP); Serviço Social e Sociedade (Cortez), e internacionais: Educación y Educadores (UniSabana/Bogotá); Revista de Estudios Latino-americanos (UNAM/México); Estudios Pedagógicos (Universidad Austral/Chile); Pedagogía (Universidad Central/Venezuela); Educere (Universidad de los Andes/Venezuela).

Com produção concentrada no período recente de 2006 a 2010, há onze textos, dos quais quatro tratam do tema pedagogia social sob o ponto de vista de uma discussão teórica. Apenas dois são frutos de estudos de tese ou dissertação, e os demais são oriundos de estudos de pesquisadores inseridos em programas de pós-graduação. A produção está distribuída entre: Espanha, com três trabalhos; Rio Grande do Sul e São Paulo, com dois artigos cada (considerando inclusive uma resenha crítica), seguindo por Venezuela, Equador, Paraná e Amazonas, com um artigo cada.

Na produção de artigos em periódicos para esse campo, na *Revista Educação Unisinos*⁵⁴, no período de 2000 a 2011, foram publicados quatro artigos que dialogam com o tema deste projeto: duas produções no ano de 2009, seguidas de uma produção no ano de 2006 e outra no ano de 2005. As produções restringem-se ao Sul do Brasil, com três situadas na região metropolitana de Porto Alegre-RS e uma no estado do Paraná. Entre as temáticas em destaque, a educação não formal foi a que apresentou maior relevância, seguida do tema emancipação e formação do educador social.

⁵³ Scielo - Scientific Electronic Library Online (Biblioteca Científica Eletrônica em Linha) é um modelo para a publicação eletrônica cooperativa de periódicos científicos na Internet. Especialmente desenvolvido para responder às necessidades da comunicação científica nos países em desenvolvimento e particularmente na América Latina e Caribe, o modelo proporciona uma solução eficiente para assegurar a visibilidade e o acesso universal a sua literatura científica, contribuindo para a superação do fenômeno conhecido como 'ciência perdida'. O Modelo SciELO é o produto da cooperação entre a FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, BIREME - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde, organizações nacionais e internacionais relacionadas com a comunicação científica e editores científicos. Endereço Eletrônico: <http://www.scielo.org>

⁵⁴ Revista trimestral editada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Endereço Eletrônico: <http://www.unisinos.br/revistas/index.php/educacao>

Para complementar o arcabouço das produções de artigos acadêmicos, consultei também o acervo da *Pedagogia Social - Revista Interuniversitária*⁵⁵, que apresentou uma expressiva produção, com 27 artigos relacionados diretamente com o tema. Com produção de maior relevância concentrada no período de 2003 a 2006, apresenta uma característica bastante interessante: o aprofundamento teórico-epistemológico, com ênfase nas discussões em torno do conceito e do pluralismo teórico que envolve o campo social. Para essa reflexão, selecionei apenas sete artigos, cujos conteúdos dialogam com os pressupostos teórico-epistemológicos do campo de ação da pedagogia social/educação social e contribuem para a reflexão deste projeto de tese.

A respeito das especificidades que os artigos evidenciaram, podemos afirmar que as discussões centraram-se nos temas: conceituação do fazer no campo social; intervenção e desenvolvimento comunitário; educação social; paradigmas no campo social e pedagogia social. Na distribuição da produção, destacou-se a Espanha, com cinco trabalhos, seguida da Argentina e Bélgica, com um trabalho cada.

2.3 TRABALHOS APRESENTADOS NA ANPED E NOS CONGRESSOS INTERNACIONAIS DE PEDAGOGIA SOCIAL

As reuniões anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)⁵⁶ são hoje um dos principais eventos que promove o diálogo entre pesquisadores de todo o Brasil, tendo como um de seus objetivos buscar o desenvolvimento e a consolidação do ensino de pós-graduação e da pesquisa na área da Educação. No endereço eletrônico da ANPED, consultei os trabalhos e pôsteres apresentados nos GTs de Movimentos Sociais e Educação (GT 3), Educação Popular (GT 6) e Educação de Jovens e Adultos (GT 18), totalizando 21 produções relacionadas ao tema e referencial teórico deste projeto. Destes, cinco são do GT de Movimento Sociais e Educação e dezesseis do GT de Educação Popular. No GT de Educação de Jovens e Adultos, nenhum dos trabalhos disponíveis tinha relação direta com o foco deste estudo.

Encontramos uma distribuição temática bastante equilibrada, com maior relevância nos temas: trabalho social; situação de rua e emancipação, cada um com três trabalhos.

⁵⁵ Revista editada pela Calamar Ediciones, órgão científico da Sociedade Iberoamericana de Pedagogia Social (SIPS). Editada desde 1986, com uma periodicidade anual até o ano de 2011. Em 2012, inicia a publicação de números com a periodicidade semestral. Endereço Eletrônico: <http://www.uned.es/pedagogiasocial.revistainteruniversitaria>

⁵⁶ A ANPEd — Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação — é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, fundada em 1976. Endereço eletrônico: <http://www.anped.org.br>

Seguem os temas: popular, educação popular; educação não formal e educação cidadã, com dois trabalhos cada. Os temas: Juventude; ONGs, processos educativos e formação de educadores apareceram com apenas um trabalho cada. No período de 11 anos, as edições da ANPED demonstraram que a produção de maior relevância para este estudo ocorreu entre os anos de 2003, 2007, 2008 e 2010. Na distribuição por região, nesse período, a que se destaca é a região Sul, concentrando seis trabalhos; seguida pela região Sudeste, com cinco trabalhos; e apenas um, da região Nordeste.

Os *Congressos Internacionais de Pedagogia Social (CIPS)*⁵⁷ representam a consolidação dessa temática no Brasil. Por iniciativa de um grupo de trabalho alicerçado em São Paulo, em parceria com diversas universidades (Makenzie, USP, UnB, PUC e UNISAL), ocorre este evento bienal, que se tornou referência para aqueles que trabalham, pesquisam e se interessam pela educação no campo social.

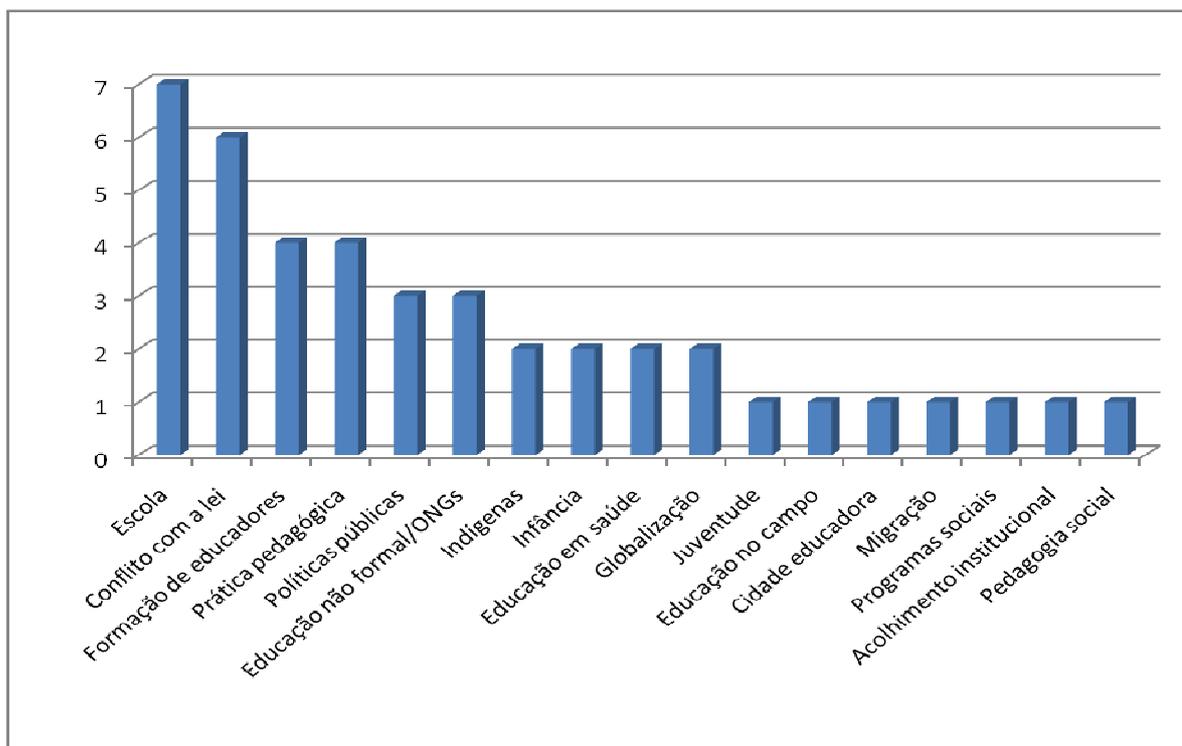
Em sua primeira edição, no ano de 2006, 44⁵⁸ trabalhos foram apresentados, incluindo os textos de todos os palestrantes, dos quais diferentes temáticas⁵⁹, como podemos ver no gráfico abaixo, foram postas em discussão e são entendidas como desdobramentos do campo da educação social.

⁵⁷ Todos os trabalhos apresentados nos CIPS encontram-se disponíveis no site do Scielo, já referido.

⁵⁸ Desse volume, um trabalho não pôde ser analisado, pois o texto foi bloqueado pelo autor, conforme consta na base do Scielo: “Artigo retirado do site em 03/02/2011, a pedido da Comissão Organizadora do I CIPS devido a erro na identificação da autoria”. Acesso em 30/01/2012.

⁵⁹ É importante salientar que a divisão temática aqui sugerida e utilizada como enquadramento analítico foi definido pela autora a partir da leitura geral do trabalho e pode não ter relação com as palavras-chave sugeridas pelos autores dos trabalhos propriamente dito.

Gráfico 4: Variedade Temática – I CIPS



Fonte: Elaborado pela autora.

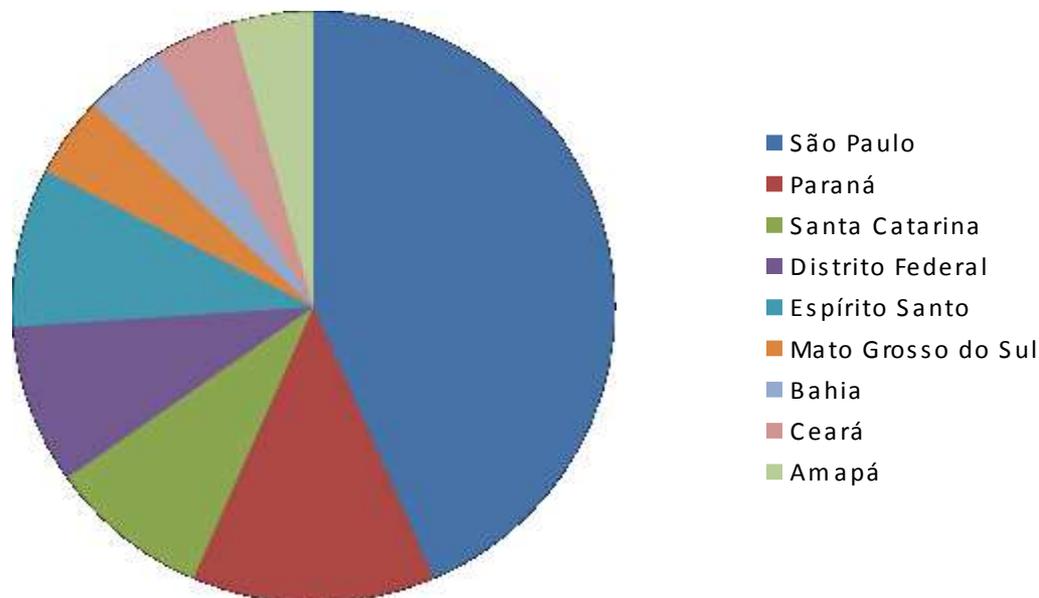
A diversidade temática evidenciada pelos autores dos trabalhos demonstra a amplitude em que o campo social vem se constituindo no Brasil. Da mesma forma, o referencial teórico suleador das reflexões apresentadas também é diverso, com ênfase em autores do campo da educação popular. O aporte indicado pelo título do evento – pedagogia social – mostrou-se tímido na redação dos trabalhos e fortemente relacionado aos discursos produzidos na América Latina.

Entre as áreas presentes nas produções dos trabalhos, o campo da Educação concentrou o maior número, com 23 trabalhos, seguido pela Psicologia, com 7 trabalhos. Ainda se fizeram presentes as áreas das Ciências Sociais (2); Serviço Social (1); Educação Física (1); História (1); Terapia Educacional (1); Filosofia (1); Enfermagem (1); Geografia (1); Epidemiologia (1) e Ciência da Computação (1). Do volume de trabalhos, apenas três relacionaram autores de áreas distintas.

Sobre a natureza dos trabalhos, confirmamos que onze são sínteses de estudos de mestrado, seguidos de seis resultados de estudos de doutoramento, somando mais seis na condição de reflexão teórica. Além disso, cinco desenvolvem reflexão teórico-prática, três são relatos de experiências, e dois são apresentações de projeto de extensão universitária. Com

relação à participação, no que diz respeito ao estado podemos observar a sua incidência no gráfico abaixo:

Gráfico 5: Concentração da Produção por Estado – I CIPS



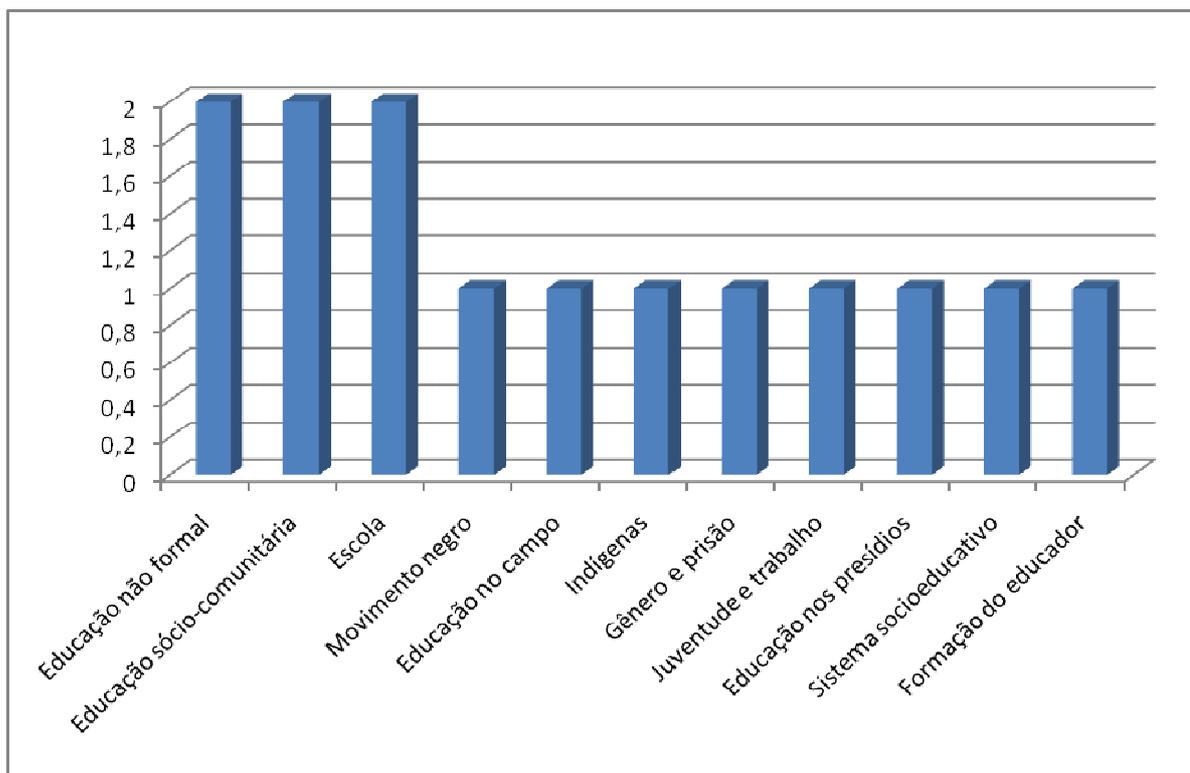
Fonte: Elaborado pela autora.

A segunda edição do Congresso Internacional de Pedagogia Social (2008) ocorreu de forma mais enxuta. Os critérios de seleção de trabalhos restringiram a participação a 14 inscrições apenas. Nessa edição, os textos dos palestrantes convidados não foram disponibilizados, pois integraram a primeira obra sobre o tema da Pedagogia Social no Brasil⁶⁰, editada no ano de 2009.

Sobre a variedade temática, a distribuição ficou bastante equilibrada, ainda confirmando a diversidade em que esse campo vem se constituído. Contou com temas pertinentes, como evidencia o gráfico que segue.

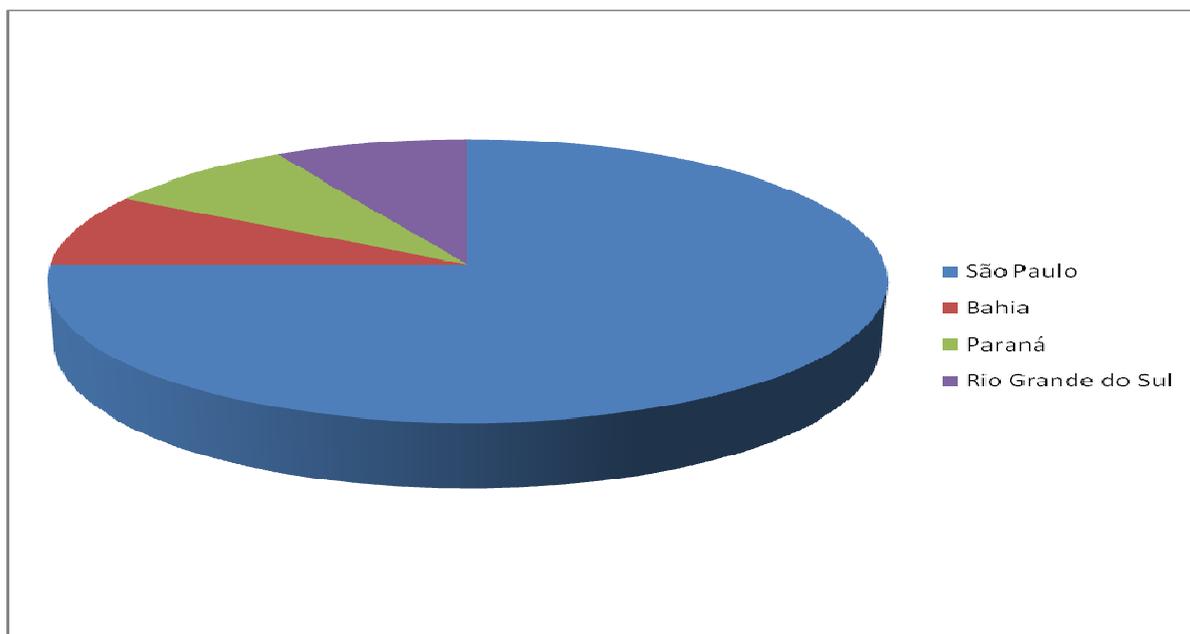
⁶⁰ SOUZA NETO, João Clemente de; SILVA, Roberto da; MOURA, Rogério. *Pedagogia Social*. São Paulo: Expressão & Arte Editora, 2009.

Gráfico 6: Variedade Temática – II CIPS



Fonte: Elaborado pela autora.

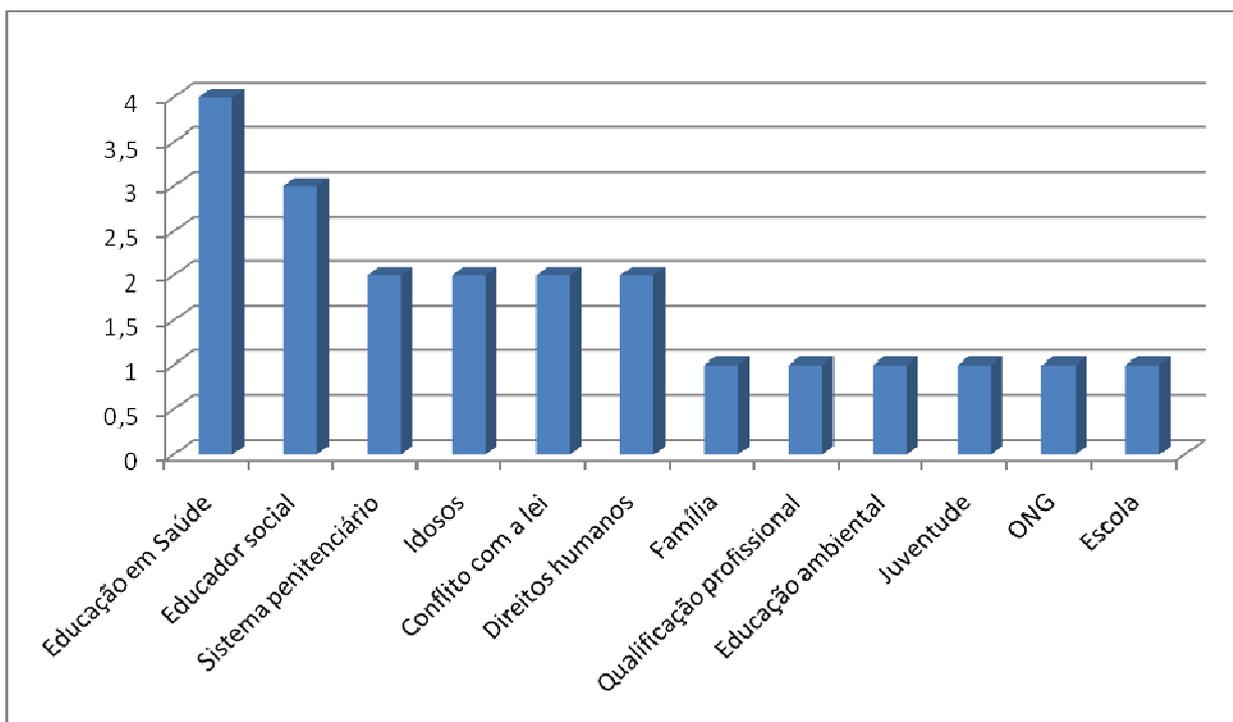
Três grandes áreas de concentração fizeram-se presentes: Educação (10); Ciências Sociais (2) e Psicologia (1). Quanto à natureza, podemos afirmar que seis apresentam resultados de dissertação de mestrado; três, de tese de doutorado; mais três analisam resultados de pesquisa acadêmica; e um, de reflexão teórico-prática vinculada a estudos de mestrado. Em relação à abrangência geográfica, o evento ficou ainda mais resumido, como podemos observar no gráfico.

Gráfico 7: Concentração da Produção por Estado – II CIPS

Fonte: Elaborado pela autora.

O III Congresso Internacional de Pedagogia Social, ocorrido no ano de 2010, contou com a apresentação de 28 trabalhos, incluindo os textos dos palestrantes convidados. A variedade temática foi mais ampla que nas edições anteriores, contando com diversos temas.

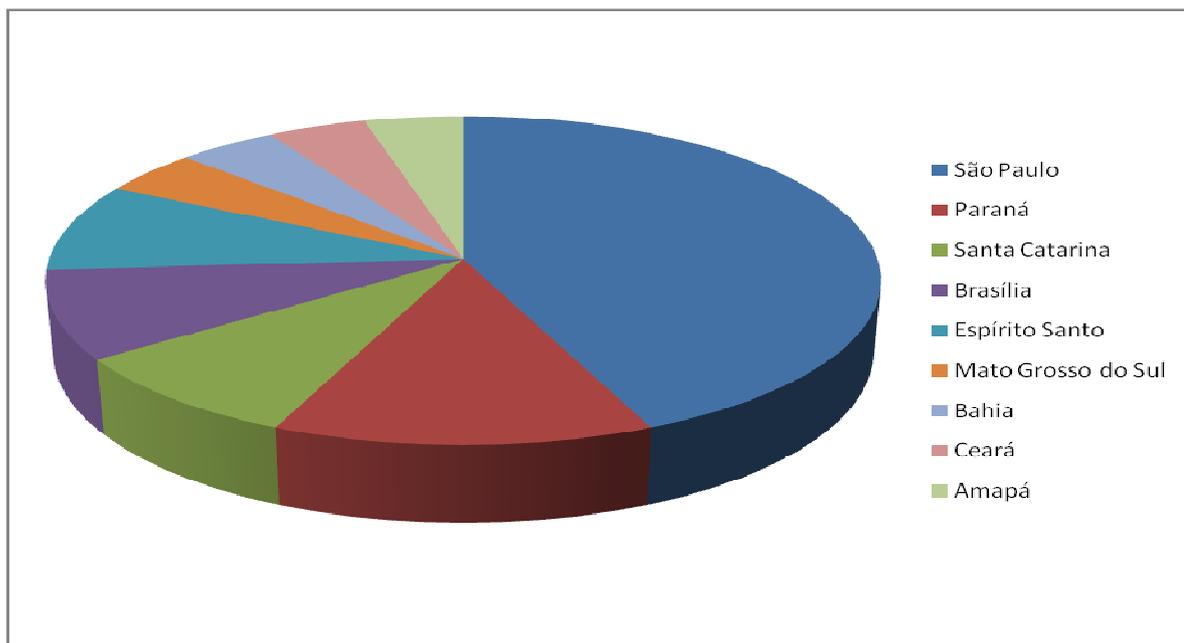
Gráfico 8: Variedade Temática - III CIPS



Fonte: Elaborado pela autora.

A variedade também foi expressiva no que diz respeito às áreas e locais geográficos. Participaram profissionais e militantes das áreas de Serviço Social (2); Psicologia (4); Saúde (2); História (1); Educação Física (2); Enfermagem (2); Medicina (1); Ciências Sociais (2), com forte presença de profissionais da Educação - onze participações. Apenas uma pessoa não mencionou a área da atuação. Geograficamente⁶¹, o maior volume de participantes é do estado de São Paulo, como pode ser visto no gráfico a seguir.

⁶¹ Apenas uma pessoa não indicou a sua localidade.

Gráfico 9: Concentração da Produção por Estado – III CIPS

Fonte: Elaborado pela autora.

A participação de representantes estrangeiros foi expressiva, com presenças do Chile, da Espanha, da Argentina e de Angola - uma representação de cada. Quanto à natureza dos trabalhos apresentados, foram categorizados como: Reflexão teórico-prática (3); Reflexão sobre a prática (2); Reflexão teórica (4); Pesquisa acadêmica (3); Resultados de estudos de Mestrado (6) e de Doutorado (4).

ANEXO D - Questionário equipes ONGs

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**Caro educador (a),**

É com imenso prazer que iniciamos esta caminhada. Fico muito grata por terem aceitado este desafio, que poderá trazer grandes aprendizados para todos nós. Para um melhor aproveitamento dos nossos encontros, e também já contribuindo para a minha pesquisa, gostaria de solicitar o preenchimento deste questionário, que tem como objetivo conhecer um pouco da história pessoal de cada um (a). Os relatos aqui realizados não serão utilizados para outro fim, senão para contextualizar o perfil do grupo. Sendo assim, as identificações serão totalmente descaracterizadas.

Dúvidas, remeter contato ao e-mail: karinesan@gmail.com

Muito obrigada!

Karine dos Santos

Orientador: Prof. Danilo Streck

Nome: _____

Idade: _____ Sexo: masculino () feminino ()

Estado civil: solteiro/a () casado/a () separado/a () outros _____

Tem filhos? sim () não () número de filhos: _____

Orientação religiosa: _____ Descendência étnica: _____

Cidade em que nasceu: _____ Estado: _____

Se não nasceu em São Leopoldo, vive aqui desde que ano? _____

Por qual motivo veio para esta cidade? _____

E na região Oeste? _____

Escolaridade: _____

Trabalha neste espaço há quanto tempo? _____

Em quais outros locais já

trabalhou? _____

Você faz parte de algum grupo, movimento ou associação? sim () não () Qual: _____

Comente um pouco sobre o seu local de atuação e a sua vivência como trabalhador social.

Contextualize as condições e situações que levaram você a escolher como campo profissional a área social, destacar acontecimentos, dilemas, atores sociais que foram relevantes nesse percurso, refletir criticamente sobre a sua vivência individual e coletiva no lugar onde atua.

Como percebe a comunidade onde atua? _____

Qual a sua percepção, como um todo, a respeito do trabalho da organização onde atua? _____

Como você percebe os resultados do seu trabalho? _____

ANEXO E - Entrevista gestores das ONGs

1ª parte – produção e reprodução da ação educativa

- 1 – Qual é o objetivo da ONG?
- 2 – Como são ou foram definidos esses objetivos?
- 3 – A ONG centra as suas atividades nos problemas e dificuldades dos beneficiários?
- 4 – Como ocorre a identificação dos problemas e dificuldades?
- 5 – Quais são as principais estratégias de ação que a ONG utiliza para alcançar os seus objetivos?

2ª parte – dimensão educativa das práticas

- 6 – Os beneficiários participam das decisões na ONG? Como?
- 7 – Os beneficiários participam da elaboração e sistematização das ações desenvolvidas?
- 8 – E da avaliação?
- 9 – O trabalho da ONG é desenvolvido em colaboração com outras ONGs? Explique como?
- 10 – E com ONGs da própria comunidade? Qual o nível de relação?
- 11 – O que você sabe sobre essas ONGs?

3ª parte – efeitos dessas práticas

- 12- Como são percebidos e registrados os resultados das ações da ONG?
- 13 – Na sua opinião, o que falta para que as ações da ONG sejam efetivadas na sua plenitude?

Assinale somente uma opção:

A relação que a ONG tem com os seus beneficiários se inicia a partir de:

- () Atividades planejadas pela organização, que depois são partilhados com seus destinatários
- () Atividades sempre originadas pelas necessidades dos destinatários
- () Atividades planejadas conjuntamente entre profissionais e destinatários
- () Atividades de caráter técnico- profissional

A atuação da ONG se centra em:

Trabalhar geralmente investigando as causas dos problemas da comunidade e procurando preveni-las

Quase sempre trabalhar sobre as consequências e efeitos das carências

Procura desenvolver as potencialidade locais e dos beneficiários de acordo com as suas necessidades

Outro: especifique _____

Dados pessoais:

Qual a sua profissão?

Qual o cargo que ocupa na ONG?

Há quanto tempo está nessa função?

Há quanto tempo está nessa organização?

Há quanto tempo trabalha no campo social?

Idade:

Sexo: